



Instituto Politécnico de Coimbra

Instituto Superior de Contabilidade
e Administração de Coimbra

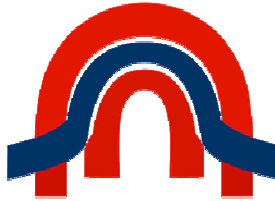
André Filipe Valente Oliveira

Relatório de Estágio
na Área Financeira do Município de Estarreja

Estágio realizado no âmbito do Mestrado de Contabilidade
e Gestão Pública com a Orientação da Professora Doutora
Maria da Conceição da Costa Marques

ISCAC | 2018 André Oliveira Relatório de Estágio na Área Financeira do Município de Estarreja

Coimbra, outubro de 2018



Instituto Politécnico de Coimbra

Instituto Superior de Contabilidade
e Administração de Coimbra

André Filipe Valente Oliveira

Relatório de Estágio na Área Financeira do Município de Estarreja

Relatório de estágio submetido ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de **Mestre em Contabilidade e Gestão Pública**, realizado sob a orientação da Professora Doutora Maria da Conceição da Costa Marques e supervisão da Dra. Carla Alexandra Gonçalves de Almeida, Chefe da Divisão Económica e Financeira do Município de Estarreja.

Coimbra, outubro de 2018

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro ser o autor deste relatório de estágio, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra Instituição de ensino superior para obtenção de um grau acadêmico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação do presente relatório de estágio.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar a minha gratidão a todos aqueles que de alguma forma permitiram a concretização deste estágio e correspondente relatório:

- À Professora Doutora Maria da Conceição da Costa Marques, pela sua orientação, opiniões e críticas, pelo apoio e conhecimentos transmitidos ao longo do meu percurso neste mestrado e incentivo ao longo da realização do estágio e relatório;
- À Dra. Carla Alexandra Gonçalves de Almeida, Chefe da Divisão Económica e Financeira (DEF) do Município de Estarreja, pela forma generosa e dedicada como sempre me acolheu e tratou durante a minha carreira profissional e em especial durante o período de estágio, colocando-me sempre novos desafios confiando nas minhas capacidades sem reservas;
- Ao Dr. Diamantino Manuel Sabina, Presidente da Câmara Municipal de Estarreja, por me ter concedido a possibilidade de realização deste estágio no Município de Estarreja, permitindo colocar em prática os novos conhecimentos e competências adquiridas no mestrado;
- Aos colegas de trabalho da Subunidade de Contabilidade, Tesouraria e Património, Dra. Raquel Félix, Paula Agra, Adelinda Nunes, Ana Silva e Helena Monteiro, que foram incansáveis no apoio que me proporcionaram, partilha de conhecimento e experiência, e pela forma como tornaram o meu estágio mais profícuo;
- À minha família, pelo incondicional apoio durante todo o mestrado, e pela profunda compreensão pelas ausências necessárias para a realização do mestrado e presente relatório, sem o seu apoio teria sido impossível concluir este percurso formativo;
- Aos meus colegas e companheiros de turma do Mestrado em Contabilidade e Gestão Pública, Dra. Diana Pinho e Dr. Júlio Costa, pelo apoio e partilha de conhecimentos e experiências ao longo de todo o mestrado;
- Aos amigos e a todos aqueles que, de alguma forma contribuíram para a realização deste mestrado, o meu sincero agradecimento.

RESUMO

Os Municípios, devido à sua proximidade com os cidadãos e com os agentes económicos, desempenham hoje um papel de interlocutores na gestão da inovação, do desenvolvimento e do empreendedorismo.

A criação e subsequente evolução das Leis das Finanças Locais, tem subjacente o objetivo de atribuir às autarquias locais o maior grau de independência financeira possível relativamente ao Estado, determinando, para tal, uma descentralização financeira e administrativa consentânea com as atribuições e competências que lhes estão atribuídas.

A Contabilidade Pública em Portugal tem sofrido grandes alterações nos últimos anos, prosseguindo assim três grandes finalidades: de gestão, de controlo e de análise e divulgação, fornecendo a informação necessária aos órgãos de decisão, tanto em termos políticos como de gestão; deverá permitir uma gestão financeira integrada, ao interligar a contabilidade orçamental com a contabilidade financeira e com a contabilidade de gestão.

Atendendo à proximidade da entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), importa avaliar as necessidades de preparação para transição do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) para o SNC-AP, estabelecendo os procedimentos para preparar o futuro e gerir as implicações da mudança ao nível da implementação operacional do SNC-AP e avaliar os impactos potenciais da mudança ao nível do património líquido do Município.

O presente relatório de estágio tem como objetivo apresentar todas as atividades realizadas ao longo do período de estágio no Município de Estarreja, após um breve enquadramento teórico com especial enfoque na transição entre os normativos contabilísticos.

O objetivo principal do estágio foi a realização de tarefas inerentes à área financeira e contabilidade, permitindo colocar em prática os conhecimentos obtidos durante a parte letiva do mestrado, bem como estudar e desenvolver os procedimentos inerentes às constantes mudanças e exigências da contabilidade pública atual.

Palavras-chave: municípios; finanças locais; contabilidade pública; POCAL; SNC-AP; transição de normativos;

ABSTRACT

The municipalities perform an interlocutor role in innovation management, development and entrepreneurship due to their proximity to citizens and economic agents.

The creation and subsequent development of Local Finance Laws has the underlying purpose of assigning local authorities the possible highest degree of financial independence with respect to the State, thereby establishing a financial and administrative decentralization in line with their attributions and competences.

The Municipal Accounting in Portugal has undergone great changes in recent years, pursuing three main purposes: management, control and analysis and disclosure, providing the necessary information to decision-making bodies, both in political and management terms; should enable an integrated financial management by linking budgetary accounting with financial accounting and management accounting.

Considering the proximity of the entry into force of the Accounting Standard System for Public Administrations, it is important to assess the preparation requirements for the transition from the Official Accounting Plan of Local Authorities to the Accounting Standard System for Public Administrations, establishing procedures to prepare for the future and manage the implications of change in the operational implementation of the Accounting Standard System for Public Administrations and to assess the potential impacts of the change in the Municipality's net worth.

This internship report aims to present all the activities carried out during the internship period in the Municipality of Estarreja, after a brief theoretical framework with a special focus on the transition between accounting standards.

The main purpose of the internship was the accomplishment of tasks inherent to the financial and accounting area, allowing to put into practice the knowledge acquired during the academic part of the master's degree, as well as studying and developing the procedures inherent to the constant changes and requirements of the current public accounting.

Keywords: municipalities; local finance; public accounting; Official Accounting Plan of Local Authorities; Accounting Standard System for Public Administrations; accounting standards transitions

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – APRESENTAÇÃO DA ENTIDADE DE ACOLHIMENTO	3
1.1 O Concelho de Estarreja.....	3
1.2 O Município	4
CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	6
2.1 As Autarquias Locais	6
2.2 Os Municípios	9
2.3 As Finanças Locais	11
CAPÍTULO III – O SISTEMA CONTABILÍSTICO - POCAL	16
3.1 Evolução da Contabilidade Pública	16
3.2 Documentos Previsionais	18
3.3 Execução Orçamental da Receita e Despesa.....	21
3.4 Prestação de Contas.....	25
3.5 Contabilidade de Custos.....	26
3.6 O Sistema de Controlo Interno.....	29
CAPÍTULO IV – O SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.....	33
4.1 O SNC-AP.....	33
4.2 A Estrutura concetual	36
4.3 O PCM – Plano de Contas Multidimensional.....	38
4.4 As Normas de Contabilidade Pública	40
4.4.1 NCP 3 – Ativos Intangíveis	41
4.4.2 NCP 5 – Ativos Fixos Tangíveis	43
4.4.3 NCP 8 – Propriedades de Investimento	45

4.4.4	NCP 15 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.....	47
CAPÍTULO V – O ESTÁGIO CURRICULAR		50
5.1	Objetivo e plano de estágio	50
5.2	Principais tarefas desempenhadas	52
5.2.1	Cumprimento do Dever de Informação	52
5.2.2	Obrigações declarativas – Fiscais e Contributivas	54
5.2.3	Prestação de Contas – Exercício Económico 2017.....	55
5.2.4	LCPA – Apuramento de Fundos Disponíveis e dever de informação	56
5.2.5	Execução Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal	59
5.2.6	Cabimentos / Compromissos / Tratamento de Faturas e Pagamentos	60
5.2.7	Contabilidade de Gestão	62
5.2.8	Revisão da Norma de Controlo Interno	63
5.2.9	Sistema de Gestão da Qualidade – Elaboração de Procedimentos	64
5.2.10	Procedimentos de preparação para a transição POCAL => SNC-AP	65
CONCLUSÃO		69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		71
LEGISLAÇÃO		74
APÊNDICES		77
APÊNDICE 1. Monitorização Dever de Informação - 2018.....		78
APÊNDICE 2. Monitorização – Obrigações Fiscais e Contributivas - 2018		79
APÊNDICE 3. Mapa de controlo de compromissos por faturar.....		80
APÊNDICE 4. Procedimento de Qualidade – Processamento da Receita		81
APÊNDICE 5. Procedimento de Qualidade – Gestão Orçamental		87
APÊNDICE 6. Quadro de Equivalências PC POCAL – PCM SNC-AP.....		91
APÊNDICE 7. Mapa de Análise Ativos – Edifícios Cedidos		92
ANEXOS		93

ANEXO 1	94
Membros do Órgão Executivo do Município de Estarreja – Responsabilidades Políticas.....	95
ANEXO 2	96
Indicadores de Gestão – Município de Estarreja	97
ANEXO 3	100
Estrutura dos Documentos de Prestação de Contas	101
ANEXO 4	102
Relatório Financeiro a Enviar ao Executivo	103

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Divisão Territorial da região: NUTS III e Municípios.....	3
Figura 2 - Organograma Município de Estarreja	5
Figura 3 – Esquema de repartição de gastos indiretos – Contabilidade de Gestão.....	28
Figura 4 – <i>Print</i> do ecrã de cálculo dos Fundos Disponíveis – Sistema de Contabilidade Autárquica.....	57
Figura 5 – Fases da despesa.....	61
Figura 6 – <i>Print</i> de Ficha de Atividade.....	62
Figura 7 – <i>Print</i> relatório por atividade	63

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Dinâmica Populacional, Estarreja 2016	4
Quadro 2 – Caracterização das NUTS – Dimensão dos Municípios Portugueses.....	10
Quadro 3 – Classificador económico da receita	12
Quadro 4 - Classificador económico da despesa	12
Quadro 5 – Princípios consagrados na Lei do Enquadramento Orçamental	13
Quadro 6 – Princípios Consagrados na Lei das Finanças Locais	13
Quadro 7 - Resumo de Execução Orçamental 2017	23
Quadro 8 – Cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental	24
Quadro 9 – Mapas de Prestação de Contas.....	25
Quadro 10 – Quadro comparativo – POCAL VS SNC-AP	35
Quadro 11 – Normas de Contabilidade Pública - SNC-AP	40
Quadro 12 – Tratamento contabilístico – Terrenos e Edifícios	46
Quadro 13 – Condições que determinam o tratamento de provisões e passivos contingentes	48
Quadro 14 – Funções e tarefas a realizar durante o período de estágio.....	51
Quadro 15 – <i>Inputs submetidos na aplicação SIIAL</i>	53

Quadro 16 – Enquadramento de Propostas de despesa no âmbito da LCPA	59
Quadro 17 – Alterações Orçamentais – 1º Semestre 2018	60

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do Número de Trabalhadores Efetivos	5
Gráfico 2 - Variação das Receitas e Despesas 2014/2017	23

Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas

AFT – Ativos Fixos Tangíveis

CC – Contabilidade de Custos

CCDR-C - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

CEE – Comunidade Económica Europeia

CI – Controlo Interno

CIBE – Cadastro e Inventário de Bens do Estado

CNC – Comissão de Normalização Contabilística

COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*

CRP – Constituição da República Portuguesa

DEF – Divisão Económica e Financeira

DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais

DGO – Direção Geral do Orçamento

DL – Decreto-Lei

FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro

FGM – Fundo Geral Municipal

FSM – Fundo Social Municipal

IGF – Inspeção Geral de Finanças

IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPSAS – *International Public Sector Accounting Standards* (Normas Internacionais de Contabilidade Pública)

IRS – Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

ISCAC – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra

IUC – Imposto Único de Circulação

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

LCPA – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso

LEO – Lei do Enquadramento Orçamental

LFL – Lei das Finanças Locais

NCI – Norma de Controlo Interno

NCP – Normas de Contabilidade Pública

PAM – Plano de Atividades Municipais

PCM – Plano de Contas Multidimensional

POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

POCP - Plano Oficial de Contabilidade Pública

PPI – Plano Plurianual de Investimento

QEC - Quadro Estratégico Comum

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

ROC – Revisores Oficiais de Contas

SCA – Sistema de Contabilidade Autárquica

SCI – Sistema de Controlo Interno

SGQ – Sistema de Gestão da Qualidade

SIIAL – Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais

SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

SPA – Setor Público Administrativo

TC – Tribunal de Contas

UE – União Europeia

INTRODUÇÃO

Após a conclusão da parte letiva do mestrado em Contabilidade e Gestão Pública, surgiu a oportunidade de realizar o estágio curricular, que se desenvolveu no período de fevereiro a julho de 2018, com uma duração de 960 horas, na Divisão Económica e Financeira (DEF) do Município de Estarreja.

A escolha do local para a realização do estágio recaiu sobre o Município de Estarreja, não só pela vantagem de ser o local onde desempenho funções há cerca de 13 anos, mas principalmente pelo desafio em si, que coincidiu com o início de novas funções como Técnico Superior de Contabilidade, permitindo-me colocar na prática muitos dos conhecimentos adquiridos durante a parte letiva do mestrado.

A necessidade de informação contabilística atempada, fiável e comparável é uma realidade que tem vindo a crescer ao longo das últimas décadas. Esta é, não só uma consequência da internacionalização e globalização da economia, mas surge sobretudo, de uma maior consciência do que é gerir, num ambiente que se verifica cada vez mais dinâmico e competitivo.

A adoção de normas internacionais de contabilidade torna-se desta forma imprescindível, na medida em que fatores como a globalização e o envolvimento em projetos e programas internacionais e a obrigatoriedade de prestar informação orçamental e financeira, só serão exequíveis através de informação contabilística harmonizada.

Impõe-se, agora, a adoção das normas internacionais adaptadas ao setor público português através da implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e das suas Normas de Contabilidade Pública (NCP). Com efeito, a adoção destas normas é urgente e indispensável, nomeadamente, ao nível da consistência da normalização contabilística nacional e ao nível da consolidação de contas.

Assim, e tendo presente a aproximação da entrada em vigor do SNC-AP, como uma ferramenta essencial para ter uma visão compreensiva e completa das finanças das administrações públicas, considerou-se relevante a realização do presente estágio na área financeira do Município de Estarreja.

O presente relatório tem como objetivo descrever todas as atividades que foram desenvolvidas durante o estágio. No primeiro capítulo é efetuada uma breve descrição e caracterização da entidade acolhedora. No segundo capítulo é efetuado um enquadramento teórico dos Municípios. No terceiro e quarto capítulos, é efetuada uma abordagem ao sistema contabilístico do Município e ao novo normativo contabilístico SNC-AP. Por último, no quinto capítulo, descrevem-se as funções e tarefas realizadas durante o estágio curricular.

CAPÍTULO I – APRESENTAÇÃO DA ENTIDADE DE ACOLHIMENTO

1.1 O Concelho de Estarreja

O Concelho de Estarreja com uma área de aproximadamente 108 Km², integra à escala regional em termos de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, a NUTII - Região Centro e a NUTIII do Baixo Vouga, onde se encontram também os concelhos de Ovar, Murtosa, Aveiro, Albergaria-a-Velha, Sever do Vouga, Águeda, Ílhavo, Vagos, Oliveira do Bairro, e Anadia, conforme figura 1.

O concelho de Estarreja pertence administrativamente ao distrito de Aveiro (Beira Litoral). Localiza-se na sub-região do Baixo Vouga, pertencente à Região Centro e ao Distrito de Aveiro e integra-se numa individualidade regional – **a ria**.

Esta sub-região do Baixo Vouga, compreende a porção correspondente à foz da bacia do Rio Vouga, encontra-se limitada a Norte pelo Grande Porto, a Este por Dão Lafões, a Sul pelo Baixo Mondego e a oeste pelo oceano atlântico. Tem uma área de 1802,3km² e uma população de 390.840 habitantes (censos de 2011)¹.



O território municipal encontra-se limitado a norte – noroeste pelo concelho de Ovar, a sul pelo concelho de Aveiro, a oeste pelo concelho da Murtosa, a nordeste pelo concelho de Oliveira de Azeméis e a este – sudeste pelo concelho de Albergaria-a-Velha. O concelho de Estarreja abrange 5 freguesias: Avanca, Beduído e Veiros, Canelas e Fermelã, Pardilhó e Salreu.

Figura 1 – Divisão Territorial da região: NUTS III e Municípios

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.






¹ **Fonte:** Instituto Nacional de Estatística. (2011). Censos 2011 Resultados Definitivos. Acedido a 04 de junho de 2018, disponível em <https://www.ine.pt/>.

Estarreja integra ainda a área de intervenção da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Centro (CCDR-C), fazendo parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, unidade administrativa de delimitação do território para efeitos da programação comunitária 2014-2020 (Quadro Estratégico Comum - QEC), no âmbito do regime do associativismo intermunicipal.

O concelho de Estarreja fica situado num território levemente acidentado a nascente e de planície a poente. É-lhe fronteira a Ria de Aveiro e o seu rio principal é o Antuã, que delimita as freguesias de Beduído, pelo Sul, e de Salreu, pelo Norte.

De acordo com dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em novembro de 2017 em “Retorno de Informação Personalizada dos Municípios” [“https://www.ine.pt/documentos/municipios/0108.pdf”](https://www.ine.pt/documentos/municipios/0108.pdf), em 2016 a população residente no concelho de Estarreja é de 26.242 habitantes, o que corresponde a 7,2% da população da NUTSIII- Baixo Vouga (363.752 hab) e a cerca de 1,2% da NUTS II - Região Centro (2.243.934 hab).

Quadro 1 - Dinâmica Populacional, Estarreja 2016

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
 População residente (N.º)	26 242	363 752	2 243 934	10 309 573	7,2
Homens	12 558	172 547	1 063 284	4 882 456	7,3
Mulheres	13 684	191 205	1 180 650	5 427 117	7,2
Com menos de 15 anos	3 444	48 186	281 444	1 442 416	7,1
Com 65 ou mais anos	5 499	74 861	530 413	2 176 640	7,3
 Densidade pop. (N.º/Km²)	242,6	214,9	79,6	111,8	-
 Taxa de crescimento efetivo anual (%)	-0,4	-0,2	-0,6	-0,3	-
 Taxa de crescimento natural anual (%)	-0,3	-0,2	-0,5	-0,2	-
 Índice de Potencialidade	80,3	71,3	70,8	71,3	-

Fonte: INE, Estimativas Provisórias da População Residente; Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Direção Geral do Território, Carta Administrativa Oficial de Portugal.

1.2 O Município

A organização do Município de Estarreja caracteriza-se pela existência de duas estruturas fundamentais, uma política e outra administrativa.

A estrutura política assenta em dois órgãos, a Câmara Municipal, com funções essencialmente executivas e a Assembleia Municipal, com funções de natureza predominantemente deliberativa e fiscalizadora da atividade desenvolvida pela primeira.

A Assembleia Municipal é composta por 21 deputados, dos quais 21 são eleitos diretamente pelo colégio eleitoral do Município e indiretamente, uma vez que assumem aquela função na qualidade de Presidentes de Junta das Freguesias que constituem a divisão administrativa do Concelho de Estarreja.

A Câmara Municipal é constituída por 7 (sete) membros – 1 (um) Presidente e 6 (seis) Vereadores, a quem compete, um quadro de delegações previamente estabelecido, que tem o grosso da responsabilidade pela definição das estratégias e políticas municipais, bem como as decisões mais relevantes sobre a atividade dos serviços municipais.

No **anexo n.º 1** apresenta-se a identificação dos membros do órgão executivo, com a indicação das competências que lhe estão delegadas.

O organograma da Câmara Municipal apresenta a forma que consta da **figura 2**:



Figura 2 - Organograma Município de Estarreja

Fonte: Relatório de Gestão - Prestação de Contas do Município de Estarreja (2017)

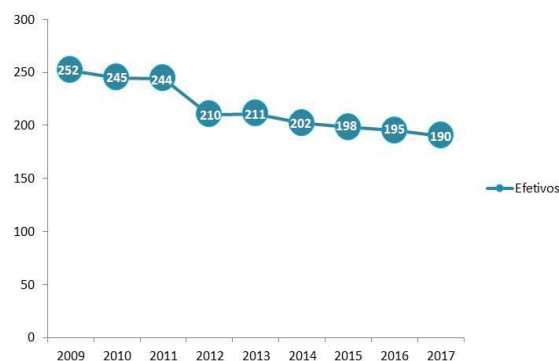


Gráfico 1 – Evolução do Número de Trabalhadores Efetivos

Fonte: Elaboração Própria

No final de 2017, o efetivo municipal (número de trabalhadores ao serviço excluindo os contratos de prestação de serviço), era de 190 trabalhadores, número que representa uma **diminuição de 2,56% em relação ao ano anterior**.

CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 As Autarquias Locais

No presente capítulo, será efetuado um enquadramento da Administração Pública e as suas especificidades, com maior ênfase para a Administração Local, mais especificamente, os Municípios, que devido à sua proximidade com os cidadãos e com os agentes económicos locais, têm sem dúvida uma forte interferência no desenvolvimento do país. A história dos Municípios remonta à altura do Estado Novo, desde 1926, que determinava uma vincada dependência legal e financeira do Poder Local em relação à Administração Central.

Após a revolução de 28 de maio de 1926, o Estado Novo, criado em 1933, sobretudo por razões ideológicas e propagandísticas, serviu para assinalar a entrada num novo período político, que ficou marcado por uma conceção presidencialista, autoritária e antiparlamentar do Estado. Neste sentido, o Estado Novo encerrou o período do liberalismo em Portugal, abrangendo-se nele não só a Primeira República, como também o Constitucionalismo monárquico. Este regime político fez-se refletir na Contabilidade Pública, através das normas aprovadas naquele período (Almeida e Marques, 2002).

Já o novo Código Administrativo de 1940, aprovado pelo DL nº 31095, de 31 de dezembro, estipulava no seu artigo 36º que os Presidentes e Vice-Presidentes das Câmaras Municipais eram nomeados pelo Governo, e os Vereadores eram eleitos por um Conselho Municipal de carácter corporativo.

O próprio entendimento das finanças locais tinha um carácter centralizador: consagrando no artigo 668º do mesmo código, a autonomia financeira do concelho, da freguesia e da província (“sem prejuízo da fiscalização da tutela e do Estado”), e ao mesmo tempo estipulava no artigo 55º que qualquer deliberação proveniente dessa autonomia deveria ser referendada e aprovada pelo Governo ou pelo Conselho Municipal, o que acaba por reduzir ou até anular, a autonomia do Poder Local.

Após a Revolução de 25 de Abril de 1974 são dissolvidos os corpos administrativos do Estado Novo e foram nomeadas as Comissões Administrativas que visavam assegurar a gestão dos interesses locais e que permaneceram até finais de 1976. É com a Constituição de 1976 que são estabelecidos os princípios que viriam a nortear a

autonomia das autarquias locais e a descentralização da Administração Pública, verificando-se as primeiras eleições autárquicas em dezembro desse mesmo ano, consagrando assim o sufrágio universal.

O artigo 235º da Constituição da República Portuguesa (CRP), vem definir as Autarquias Locais como “pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas”; representam assim a administração autónoma de base territorial, prossequindo os interesses públicos das pessoas de um determinado território, e no caso dos Municípios, de um determinado concelho. Os seus órgãos assentam na representatividade democrática, sendo os seus titulares escolhidos através das eleições, representando as respetivas populações.

O artigo 236º da CRP define as categorias em que se dividem as Autarquias Locais: no Continente estas compreendem as Freguesias, os Municípios e as Regiões Administrativas (que nunca foram implementadas); nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira são apenas os Municípios e as Freguesias.

O princípio da autonomia do poder local está consagrado na CRP que estipula expressamente que “as autarquias locais têm património e finanças próprios”; “podem dispor de poderes tributários, nos casos e nos termos previstos na lei” (artigo 238º); “podem submeter a referendo dos respetivos cidadãos eleitores matérias incluídas nas competências dos seus órgãos, nos casos, nos termos e com a eficácia que a lei estabelecer” (artigo 240º); “dispõem de poder regulamentar próprio nos limites da Constituição, das leis e dos regulamentos emanados das autarquias de grau superior ou das autoridades com poder tutelar” (artigo 241º); e “possuem quadros de pessoal próprios, nos termos da lei” (artigo 243º).

É relevante referir que as Autarquias Locais estão sujeitas à tutela administrativa, prevista no artigo 242º da Constituição, que consiste “na verificação do cumprimento da lei por parte dos órgãos autárquicos”, sendo exercida “nos casos e segundo as formas previstas na lei”.

No que diz respeito ao regime financeiro das Autarquias Locais, o regime democrático define como princípios fundamentais a justiça na repartição dos fundos públicos, seja pelo Estado Central, seja pelas autarquias e ainda a correção das desigualdades entre autarquias do mesmo grau. Contudo, apesar do reconhecimento da autonomia financeira das autarquias por parte do Estado Central, estas continuaram a funcionar como

instrumentos a ele subordinados, com uma autonomia pouco clara e definida. Foi através da promulgação da Lei nº 1/79, de 2 de janeiro de 1979, primeira Lei das Finanças Locais (LFL), que passou a existir legislação que transpôs para o ordenamento legislativo a verdadeira autonomia local. Com esta lei, as autarquias passaram a conhecer previamente qual a receita global de que vão dispor para cobrir os seus planos de atividade; o diploma alargava o leque de receitas municipais, ao mesmo tempo que cria uma medida inovadora que visava a correção de assimetrias regionais, o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), existente até aos dias de hoje.

No entanto, no período de 1979 a 1984 ocorreu um corte sucessivo das verbas atribuídas pelos Governos Centrais conduzindo a uma alteração da LFL, através do Dec. Lei nº 98/84, em que aparece já um reajustamento dos critérios de repartição do FEF e também a inclusão de novas taxas e impostos nas receitas municipais.

Em 1987, surge um novo diploma sobre as Finanças Locais, a Lei nº 1/87, de 6 de janeiro, que amplia novamente as receitas autárquicas, que passam também a incluir a Sisa e inclui também uma nova forma de cálculo do FEF, diretamente ligada às receitas do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), o que por si vem trazer uma nova articulação com atividade económica de base local. Com a entrada de Portugal na então Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986, as autarquias viram incrementadas as suas fontes de financiamento, podendo assim concretizar uma série de infraestruturas e equipamentos como sejam a rede viária, o saneamento básico e o ordenamento do território; ao mesmo tempo novas prioridades foram incluídas, nomeadamente a nível cultural.

A aprovação da Carta Europeia da Autonomia Local, em 1985 em Estrasburgo pelo Conselho Europeu, vem também consagrar o conceito de Autonomia Local com “o direito e a capacidade efetiva de as autarquias locais regulamentarem e gerirem, nos termos da lei, sob sua responsabilidade e no interesse das respetivas populações, uma parte importante dos assuntos públicos”, atribuindo-lhe “completa liberdade de iniciativa relativamente a qualquer questão que não seja excluída da sua competência ou atribuída a uma outra autoridade”, dentro dos limites da lei; este diploma foi ratificado em Portugal através da Resolução da Assembleia da República nº 28/90, publicada em Diário da República em 23 de Outubro.

Embora a construção do regime democrático e a própria União Europeia (UE) terem vindo consagrar constitucionalmente a autonomia jurídica e a liberdade de iniciativa em

assuntos da sua competência às autarquias locais, não quer dizer que não exista uma tutela por parte do Estado sobre a sua atuação, tal como já foi atrás referido. A tutela do Poder Central faz cumprir a Lei e verifica a sua execução no que respeita á gestão financeira e patrimonial, exercendo também uma tutela administrativa e jurisdicional. A tutela administrativa é feita através de inspeções, inquéritos e sindicâncias que pretendem aferir a verificação do cumprimento da lei, do plano de atividades, do orçamento e respetiva execução, criação, liquidação e cobrança de receitas; autorização, liquidação e pagamento de despesas e assunção de compromissos, endividamento e gestão patrimonial. A tutela jurisdicional é exercida pelos tribunais, competindo ao Tribunal de Contas fiscalizar a legalidade e a cobertura orçamental dos documentos de despesas ou representativos de responsabilidades financeiras e ainda fazer o julgamento de contas; compete também a este órgão a fiscalização prévia dos contratos, que por lei, estejam sujeitos ao visto do Tribunal de Contas.

2.2 Os Municípios

Ao abrigo do estipulado na lei, os Municípios dispõem de património, finanças, receitas, poder regulamentar e quadros de pessoal próprios, bem como os seus próprios órgãos: a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, que são eleitos por sufrágio universal, direto e secreto dos cidadãos eleitores recenseados na área do Município. A Câmara Municipal é o órgão colegial com funções executivas, isto é, é a responsável pela gestão corrente da autarquia; a Assembleia Municipal é o órgão com poder deliberativo, competindo-lhe aprovar o Orçamento, as Opções do Plano, acompanhar a atividade da Câmara, e, posteriormente, apreciar os documentos de Prestação de Contas.

As atribuições e competências dos órgãos dos Municípios (e das freguesias) encontram-se definidas na Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, na Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro e, mais recentemente, na Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, que “estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico”.

Tendo em consideração a crescente importância da autonomia local, a reforma democrática do Estado e a descentralização da Administração Pública, o Estado tem vindo a reforçar as atribuições e competências da Administração Local, traduzidas agora no artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que elenca as atribuições para os Municípios nos seguintes domínios: equipamento rural e urbano, energia, transportes e comunicações, educação, património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, saúde, ação social, habitação, proteção civil, ambiente e saneamento básico, defesa do consumidor, promoção do desenvolvimento, ordenamento do território e urbanismo, polícia municipal, cooperação externa. As atribuições e competências das autarquias locais visam a salvaguarda dos princípios “da descentralização administrativa, da subsidiariedade, da complementaridade, da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos e a intangibilidade das atribuições do Estado”, de acordo com o preceituado no artigo 4º da Lei nº 75/2013. O entendimento é o de que quem está mais próximo das populações e melhor conhece os seus problemas e necessidades, estará mais apto e em melhores condições de resolvê-los, garantindo assim a maximização da eficácia das decisões e defesa dos direitos dos cidadãos.

O mapa municipal é constituído neste momento por 308 Municípios em Portugal: 278 no Continente, 19 na Região Autónoma dos Açores e 11 na Região Autónoma da Madeira, marcados por uma grande heterogeneidade.

Em termos de distribuição geográfica constatamos que os Municípios de menor dimensão se concentram essencialmente no Alentejo e nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. Também a Região Centro é composta por um grande número de pequenos municípios, representando estes cerca de 63% do total da região.

Quadro 2 – Caracterização das NUTS – Dimensão dos Municípios Portugueses

%	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Pequenos	53%	64%	6%	78%	44%	79%	64%
Médios	35%	34%	33%	22%	56%	21%	27%
Grandes	12%	2%	61%	0%	0%	0%	9%

Fonte: Carvalho et. al., Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2016, p. 23

2.3 As Finanças Locais

O enquadramento financeiro das Autarquias Locais está contemplado na Lei das Finanças Locais. A primeira LFL do período democrático surge, como já foi referido, em 1979 (Lei nº 1/79, de 2 janeiro), tendo sido revista posteriormente pelo Decreto-Lei (DL) nº 98/94, de 29 de Março. Entretanto, já lhe sucederam quatro outras Leis das Finanças Locais: a Lei nº 1/87, de 6 Janeiro; a Lei nº 42/98, de 6 de Agosto; a Lei 2/2007, de 15 de Janeiro e, mais recentemente, a Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, e que entrou em vigor em janeiro de 2014.

O artigo 14º da Nova Lei das Finanças Locais define as receitas dos Municípios, mais especificamente: o IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis; a derrama; o IUC - Imposto Único de Circulação; as Taxas e preços resultantes da concessão de licenças e da prestação de serviços; a participação nos recursos públicos (FEF, FSM, IRS); os encargos de mais-valias destinados por Lei ao Município; as multas e coimas fixadas por Lei, regulamento ou postura; o rendimento de bens próprios, móveis ou imóveis, por eles administrados, dados em concessão ou cedidos em exploração; a participação nos lucros de sociedades e nos resultados de outras entidades em que o Município tome parte; as heranças, legados, doações e outras liberalidades a favor do Município; a alienação de bens próprios, móveis ou imóveis; os empréstimos (incluindo os resultantes da emissão de obrigações municipais) e todas as outras receitas estabelecidas por lei ou regulamento a favor dos Municípios.

O artigo 15º indica que os Municípios dispõem de poderes tributários relativamente a impostos e outros tributos a cuja receita tenham direito, nomeadamente, no que se refere ao acesso à informação sobre a cobrança e liquidação de impostos municipais assegurada pelos serviços do Estado; sobre a possibilidade de cobrança coerciva de impostos e outros tributos cuja receita lhes pertença; sobre a concessão de isenções e benefícios fiscais e ainda sobre a possibilidade de compensação pela concessão de benefícios fiscais relativos a impostos e outros tributos a cuja receita tenham direito, por parte do Governo.

O DL nº 26/2002, de 14 de fevereiro, aprovou o Classificador Económico a que deve obedecer a inscrição contabilística das receitas, sendo estas agrupadas em receitas correntes, receitas de capital e outras receitas, conforme consta do quadro n.º 3.

Quadro 3 – Classificador económico da receita

Receitas Correntes	Receitas de Capital	Outras Receitas
01 - Impostos diretos	09 - Venda de bens de investimento	15 - Reposições não abatidas aos pagamentos
02 - Impostos indiretos	10 - Transferências de capital	16 - Saldo da gerência anterior
04 - Taxas, multas e outras penalidades	11 - Ativos financeiros	17 - Operações extraordinárias
05- Rendimentos de propriedade	12 - Passivos financeiros	
06 - Transferências correntes	13 - Outras receitas de capital	
07 - Venda de bens e serviços		
08 - Outras receitas correntes		

Fonte: Elaboração Própria com base no DL nº 26/2002, de 14 de fevereiro

À semelhança do que ocorre com as receitas, o mesmo diploma, agrupa também as despesas por natureza económica: despesas correntes, despesas de capital e outras despesas, de acordo com a desagregação do quadro 4.

Quadro 4 - Classificador económico da despesa

Despesas Correntes	Despesas de Capital	Outras Despesas
01 – Despesas com pessoal	07 – Aquisição de bens de capital	12 – Operações extraorçamentais
02 – Aquisições de bens e serviços	08 - Transferências de capital	
03 – Juros e outros encargos	09 - Ativos financeiros	
04- Transferências correntes	10 - Passivos financeiros	
05 - Subsídios	11 - Outras despesas de capital	
06 – Outras despesas correntes		

Fonte: Elaboração Própria com base no DL nº 26/2002, de 14 de fevereiro

Conforme o disposto no artigo 3º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, os Municípios estão sujeitos à aplicação dos princípios consagrados na Lei do Enquadramento Orçamental, “aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada pela Lei Orgânica nº 2/2002, de 28 de agosto, e pelas Leis nº 23/2003, de 2 de julho, 48/2004, de 24 de agosto, 48/2010, de 19 de outubro, 22/2011, de 20 de maio, e 52/2011, de 13 de outubro, e alterada e republicada pela Lei nº 37/2013, de 14 de junho, que expressamente o refiram”, e que se indicam no Quadro 5.

Em 2015 foi publicada a nova Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei nº 151/2015, de 11 de setembro, onde deixaram de figurar os princípios do equilíbrio e da responsabilidade.

Quadro 5 – Princípios consagrados na Lei do Enquadramento Orçamental

Princípios consagrados na Lei do Enquadramento Orçamental
Princípio da anualidade e plurianualidade
Princípio da unidade e universalidade
Princípio da não compensação
Princípio da não compensação
Princípio da não consignação
Princípio da especificação
Princípio do equilíbrio
Princípio da equidade inter-geracional
Princípio da estabilidade orçamental
Princípio da solidariedade recíproca
Princípio da transparência orçamental
Princípio da sustentabilidade
Princípio da economia, eficiência e eficácia
Princípio da responsabilidade

Fonte: Elaboração Própria com base na LEO

O mesmo artigo da LFL, no seu nº 2, indica também que a “atividade financeira das autarquias locais” deve respeitar os princípios inscritos no Quadro 6.

Quadro 6 – Princípios Consagrados na Lei das Finanças Locais

Princípios consagrados na Lei das Finanças Locais
Princípio da legalidade
Princípio da estabilidade orçamental
Princípio da autonomia financeira
Princípio da transparência
Princípio da solidariedade nacional recíproca
Princípio da equidade inter-geracional
Princípio da justa repartição de recursos públicos entre o Estado e as Autarquias Locais
Princípio da coordenação entre as finanças locais e as finanças do Estado
Princípio da tutela inspetiva

Fonte: Elaboração Própria com base na LFL

O Capítulo IV da Nova Lei das Finanças Locais, que contém as Regras Orçamentais, vem impor novas condicionantes no processo de elaboração e aprovação dos documentos previsionais e reforça as regras orçamentais: equilíbrio orçamental, anualidade e plurianualidade, unidade e universalidade e não consignação.

No artigo 40º, equilíbrio orçamental, são estabelecidos os pressupostos para a elaboração dos orçamentos das entidades do setor local que preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, acrescentando a regra básica do equilíbrio corrente que estabelece que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente mais as amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

No que diz respeito à regra da anualidade e plurianualidade, a LFL estabelece que os orçamentos anuais se enquadram num Quadro Plurianual de Programação Orçamental, que consta do quadro de médio prazo para as finanças da Autarquia Local.

A regra da unidade e da universalidade indica que os orçamentos das autarquias locais, e das entidades intermunicipais, compreendem todas as receitas e todas as despesas de todos os seus órgãos e serviços sem autonomia financeira.

Quanto à quarta regra, não consignação, estipula que não pode afetar-se o produto de quaisquer receitas à cobertura de determinada despesa, exceto: fundos comunitários, fundo social municipal, cooperação técnica e financeira nos termos do artigo 22º da LFL; empréstimos de médio e longo prazo para aplicação em investimento ou contraídos no âmbito de mecanismos de recuperação financeira e receitas provenientes dos preços cobrados, nas situações previstas no nº 8 do artigo 21º da mesma lei.

De acordo com o preceituado no nº 2 do artigo 238º da CRP, o regime de finanças locais “visa a justa repartição de recursos públicos pelo Estado e pelas Autarquias Locais e a necessária correção de desigualdades entre as autarquias do mesmo grau”; o artigo 32º da LFL estabelece a forma como é feita a distribuição do Fundo Geral Municipal (FGM) visando também a garantia do estipulado na CRP.

Tendo em conta a importância que o endividamento das Autarquias Locais tem vindo a assumir, com todas as consequências daí decorrentes, a nova LFL vem impor novos limites à assunção de dívidas. O endividamento autárquico deve orientar-se por princípios de rigor e eficiência garantindo uma distribuição equilibrada de custos pelos vários orçamentos anuais, minimizando custos diretos e indiretos numa perspetiva de longo prazo, prevenindo uma excessiva concentração temporal das amortizações não expondo a autarquia a riscos excessivos. Para prevenir situações de incumprimento, o artigo 56º vem estabelecer mecanismos de alerta precoce para evitar situações como as que conduziram ao elevado endividamento municipal. Assim, sempre que, na informação reportada à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), a dívida total prevista no artigo 52º atinja ou ultrapasse a média da receita corrente líquida cobrada

nos três exercícios anteriores, são informados os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das Autarquias Locais e os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do Município em causa, que informam os respetivos membros na primeira reunião ou sessão seguinte. Sempre que o limite referido seja ultrapassado em 1,5 vezes será também informado o Banco de Portugal. Acrescenta ainda o mesmo artigo que caso o Município registe em dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita inferior a 85% deverão também ser informadas as entidades atrás referidas, o que vem obrigar a uma nova atenção na elaboração dos orçamentos, que deixarão de ser empolados do lado da receita, o que era prática comum, como já foi referido.

Encontram-se também previstos no mesmo diploma mecanismos de saneamento e recuperação financeira para os Municípios que ultrapassem os limites do referido artigo 52º e que assumirão carácter facultativo ou obrigatório dependendo dos valores ultrapassados.

CAPÍTULO III – O SISTEMA CONTABILÍSTICO - POCAL

3.1 Evolução da Contabilidade Pública

Nos últimos anos, a Contabilidade Autárquica em Portugal tem sofrido grandes alterações. O regime anterior ao POCAL apoiava-se no DL n.º 243/79, de 25 de julho, no DL n.º 341/83, de 21 de julho, no Decreto Regulamentar n.º 92-C/84, de 28 de dezembro, e no DL n.º 226/93, de 22 de junho, e assentava numa solução estritamente orçamental e unigráfica, com especial enfoque ao nível do controlo da legalidade e do equilíbrio financeiro na ótica da tesouraria. Era assim um sistema que apresentava algumas limitações, uma vez que: (a) não permitia conhecer o valor do património da Entidade; (b) não permitia saber os valores investidos pela Entidade por administração direta; (c) não permitia conhecer a verdadeira situação patrimonial e económico-financeira; (d) não era possível medir a eficiência, eficácia e economia na utilização dos recursos; e) também não fornecia os custos das atividades e serviços.

Atendendo à crescente complexidade e atribuições das Autarquias Locais, com uma participação crescente na provisão de bens e serviços públicos, revelava-se insuficiente a manutenção deste sistema de contabilidade que visava apenas responder às questões de controlo da legalidade e do equilíbrio financeiro, omitindo a informação referente à situação patrimonial, económica e financeira da Entidade. Era imperativo que a gestão pudesse obter informação acerca do cumprimento dos objetivos definidos, quais os recursos disponíveis e qual o nível de eficiência e economicidade na utilização desses mesmos recursos.

O POCAL, surge como plano sectorial ao Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), publicado em 1997, através do DL n.º 232/97, de 3 de setembro, para colmatar as deficiências da informação existente, surgindo com o objetivo principal da integração num único sistema contabilístico, da contabilidade orçamental, patrimonial e analítica de forma a constituir um instrumento de apoio à gestão das entidades públicas.

Na opinião de Marques (2003), o POCP podia constituir um poderoso instrumento de apoio à tomada de decisões dos gestores e deveria permitir o controlo financeiro e a disponibilização de informação de forma a garantir uma maior transparência da situação financeira e patrimonial das entidades públicas. Além disso, o POCP também permitia o acompanhamento da execução orçamental, a obtenção de informação contabilística

relevante para a obtenção de dados agregados para a contabilidade nacional e o acesso à informação sobre a situação patrimonial de cada organismo.

Tendo em conta esta realidade, tornou-se necessário transpor para o universo das Autarquias Locais alguns princípios e conceitos da gestão empresarial que permitissem a rentabilização do património e a melhoria da qualidade dos serviços prestados, tornando o sistema contabilístico num instrumento de apoio à gestão patrimonial e financeira (ainda que o objetivo das Autarquias Locais não seja o lucro, mas a prestação de serviços às populações). Tornava-se também necessário normalizar e uniformizar a contabilidade autárquica, e, por fim, a possibilidade de se obter a comparabilidade entre as várias autarquias locais a nível nacional. É neste contexto que é publicado o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo DL n° 54-A/99, de 22 de fevereiro, que veio assim suprir algumas das lacunas do anterior sistema, visando consubstanciar a reforma da administração financeira e das contas públicas no setor da administração autárquica, tal como referido no próprio diploma.

Blondal (2003), Cohen (2009) e Kober et al. (2010) atribuem ênfase à introdução das reformas na Contabilidade do Setor Público, juntamente com outras reformas administrativas, para a melhoria do processo de tomada de decisão nas entidades públicas, referindo que o impacto da reforma da Contabilidade do Setor Público no processo de decisão é constrangido quer social quer institucionalmente e pode, potencialmente, alterar-se significativamente de um contexto para outro.

Desta forma, a perspetiva de investigação em Contabilidade do Setor Público centrada nos pressupostos das teorias económicas, torna-se limitada e exige a complementaridade de outras abordagens de investigação (Lapsley, 2009), designadamente as que derivam da teoria das ciências sociais.

Segundo Caiado (2009), o POCAL surge como um instrumento de apoio à gestão económica, eficaz e eficiente da administração local com os seguintes objetivos:

- Controlo financeiro por parte dos Órgãos das Autarquias (através do acompanhamento da execução orçamental numa perspetiva de caixa e de compromissos) e uma maior informação financeira para a tomada de decisão;
- Estabelecer regras e procedimentos específicos para a execução do orçamento e alteração aos documentos orçamentais;

- Respeitar os princípios contabilísticos definidos no POCP e na Lei do Enquadramento Orçamental (LEO);
- Considerar sempre os princípios da utilização mais racional possível das dotações aprovadas e da melhor gestão da tesouraria;
- Uniformizar os critérios de previsão estabelecendo regras para a previsão das principais receitas e das despesas mais relevantes;
- Obter, de forma expedita, os elementos indispensáveis ao cálculo dos agregados relevantes da contabilidade nacional;
- Disponibilizar informação sobre a situação patrimonial da Autarquia.

A contabilidade autárquica prossegue assim três grandes finalidades: de gestão, de controlo e de análise e divulgação, fornecendo a informação necessária aos órgãos de decisão, tanto em termos políticos como de gestão; deverá permitir uma gestão financeira integrada, ao interligar a contabilidade orçamental com a contabilidade patrimonial e com a contabilidade de custos.

O POCAL passa a ser de aplicação obrigatória a partir do exercício de 2000 nas Autarquias Locais e Entidades equiparadas, enquadrando-se nestas últimas as áreas metropolitanas, as assembleias distritais, as associações de freguesia e de Municípios de direito público. Posteriormente já sofreu algumas alterações com os seguintes diplomas legislativos: Lei nº 162/99, de 14 de setembro; DL nº 315/2000, de 2 de dezembro; DL nº 84-A/2002, de 5 de abril e, a versão mais recente, a Lei nº 60-A/2005, de 30 de dezembro.

3.2 Documentos Previsionais

Segundo Jordan, Neves, & Rodrigues (2011), o orçamento pode ser definido como um instrumento de apoio à gestão, que permite as organizações alcançarem os objetivos definidos e podendo ser assim considerado como um instrumento de decisão e de ação.

O orçamento, enquanto instrumento previsional, pode ser definido como um documento formal, que expressa quantitativamente os objetivos e os planos de ação de curto prazo das organizações. Sendo a materialização final do processo que transforma as previsões em objetivos e estes em planos de ação, permitindo que as organizações antecipem

assim o conhecimento aproximado sobre os resultados que se esperam obter no ano seguinte, de acordo com os seus objetivos (Rodrigues & Reis, 2015).

Numa outra perspetiva, o orçamento é um quadro ou um conjunto de quadros que fixa em termos previsionais, quantitativos e também em prazos, as atividades a desenvolver pela organização, os gastos, os rendimentos e os fluxos financeiros que daí decorram (Pereira & Franco, 1994).

O planeamento e a programação de atividades representam um imperativo legal ao mesmo tempo que traduzem também a necessidade dos Municípios definirem prioridades face aos recursos disponíveis.

Planear consiste em definir prioridades, decidir hoje o que se vai fazer no futuro respeitando a missão, atribuições e competências das Autarquias. Não pode ser visto como um processo estático, mas sim dinâmico, ajustável e adotado à realidade sempre em mudança; há que definir uma estratégia, definir um rumo para os objetivos traçados e executá-lo.

De acordo com o POCAL, Ponto 2.3 “os documentos previsionais a adotar por todas as Autarquias Locais são as Grandes Opções do Plano e o Orçamento”. As Grandes Opções do Plano definem “as linhas de desenvolvimento estratégico da Autarquia”, e incluem o Plano Plurianual de Investimento e as Atividades Mais Relevantes.

O POCAL define ainda que na execução dos documentos previsionais devem ser tidos sempre em conta os princípios da utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente de tesouraria isto é, a assunção de custos e despesas deve ser justificada quanto à sua economia, eficiência e eficácia.

A elaboração dos documentos previsionais é da competência do Órgão Executivo Municipal, isto é, da Câmara Municipal, que os remete para aprovação ao Órgão Deliberativo, isto é, a Assembleia Municipal.

Um dos documentos que integra os documentos previsionais de um Município, é o Plano Plurianual de Investimentos (PPI), elaborado numa base móvel de quatro anos, inclui todos os projetos e ações a realizar com base nos objetivos traçados para a Autarquia e explicita também a respetiva previsão de despesa; só poderão ser realizados projetos ou ações até ao montante que estiver inscrito para esse ano no orçamento respetivo, em financiamento definido.

Pode ser necessário realizar modificações ao PPI que se traduzem em revisões e alterações:

- As revisões resultam da necessidade de inclusão e / ou anulação de projetos nele incluídos, implicando também as adequadas modificações ao orçamento;
- As alterações resultam da realização antecipada de ações previstas para anos posteriores ou da modificação do montante das despesas de qualquer projeto.

O Orçamento dos Municípios apresenta a previsão das despesas anuais com a execução dos projetos e ações que integram o PPI e o Mapa das Atividades Mais Relevantes (AMR), assim como a previsão das despesas com os encargos correntes para executar a atividade da Autarquia; paralelamente deverá fazer a previsão das receitas necessárias para financiar essa mesma atividade.

Em complemento, o POCAL define, no Ponto 3.3, as Regras Previsionais que devem estar subjacentes à elaboração do Orçamento, nomeadamente no que se refere aos impostos, taxas e tarifas, às transferências correntes e de capital, aos empréstimos e às despesas com pessoal.

De salientar que a Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2014, veio estabelecer uma nova regra relativa à previsão das receitas a incluir nos orçamentos dos Municípios do ano de 2015. A referida lei estabelece no artigo 253º que “os Municípios não podem, na elaboração dos documentos previsionais para 2015, orçamentar receitas respeitantes à venda de imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses que precedem o mês da sua elaboração”. Esta é mais uma regra que pretende impor um travão aos orçamentos empolados, sustentados em receitas de capital fictícias, e que conduziram a situações de grande desequilíbrio financeiro e de enormes dívidas.

O movimento conducente à harmonização e normalização nas contas públicas e a necessidade de maior rigor na aplicação dos dinheiros públicos levaram a uma necessidade crescente de maior planeamento que deve conduzir a uma maior eficácia e eficiência de atuação. Existe assim a necessidade de obter informação sobre encargos financeiros totais com a execução dos projetos e ações neles contidos, sejam os já passados, sejam também aqueles que se prevê virem a ser suportados. Este planeamento estratégico, fundamental a uma boa gestão municipal, permite também às organizações

responderem às expectativas dos cidadãos e, ao mesmo tempo, monitorizar os objetivos traçados e a missão definida.

3.3 Execução Orçamental da Receita e Despesa

A execução do orçamento traduz-se nos atos e operações materiais que a gestão municipal pratica com vista à cobrança das receitas e realização das despesas inscritas ou para prover ao seu ajustamento, se necessário.

Após o planeamento e a elaboração do orçamento das organizações, importa analisar, ao longo do ano, a forma como o orçamento está a ser executado, assegurando assim o seu controlo (Pereira & Franco, 1994).

Para Rodrigues & Reis (2015), o controlo orçamental representa um instrumento importante de gestão, que tem como quadro de referência o orçamento. Desta forma, o método de controlo orçamental consiste essencialmente em permitir a:

- Comparação dos resultados reais com os valores das previsões contidas no orçamento, aos diferentes níveis de responsabilidade;
- Análise e controlo dos desvios apurados;
- Empreendimento de ações corretivas.

Existem algumas regras definidas no POCAL que devem ser respeitadas na execução orçamental. No que respeita às receitas, estas só podem ser liquidadas e arrecadadas se tiverem sido objeto de inscrição orçamental adequada; as receitas liquidadas e não cobradas até 31 de dezembro devem ser contabilizadas pelas rubricas do orçamento do ano em que a cobrança se efetuar e o saldo da gerência anterior só pode ser utilizado após a aprovação dos documentos da prestação de contas do exercício a que se refere. No que se refere às despesas uma das regras fundamentais obriga a que sejam sempre tidos em conta os princípios da utilização racional das dotações aprovadas, o que implica a justificação da despesa quanto à sua economia, eficiência e eficácia, e por outro lado obriga também a uma gestão eficiente de tesouraria. Outra regra fundamental definida no POCAL indica que as despesas só podem ser cativadas, assumidas, autorizadas e pagas se, para além de serem legais, estiverem inscritas no orçamento e com dotação igual ou superior ao cabimento e ao compromisso, respetivamente.

Para acompanhar a execução orçamental o POCAL define a articulação dos três regimes contabilísticos aí previstos: orçamental, patrimonial e de custos. A contabilidade orçamental permite registar as despesas e as receitas e efetuar o seu controlo através dos mapas de execução orçamental; a contabilidade patrimonial apresenta-nos a valor económico do património da Entidade, os seus resultados globais e a origem e a aplicação dos fundos; por último, a contabilidade de custos deverá permitir o conhecimento dos custos associados a cada projeto, atividade, bem ou serviço sendo obrigatória para a fixação de preços e tarifas.

O controlo orçamental, baseia-se na comparação das realizações e o previsto no orçamento, procurando encontrar e explicar, prioritariamente, os desvios evidenciados. A estes desvios é dado o nome de desvios orçamentais, que são calculados pela diferença entre os valores reais e os valores orçamentados, podendo ser favoráveis ou desfavoráveis (Caiado, 2009).

O orçamento das entidades públicas engloba as suas receitas e despesas, e a execução orçamental permite aos órgãos executivo e deliberativo exercer o controlo dos atos de gestão da autarquia.

Através da informação orçamental é possível estabelecer comparações entre a receita arrecadada e a despesa executada, verificar desvios face às previsões e verificar a existência de eventuais saldos orçamentais, o que de certo modo permite avaliar a extensão com que o Município cumpre os objetivos financeiros propostos, e promovendo assim a responsabilidade pela prestação de contas.

A estrutura da receita e da despesa obedece ao estabelecido no classificador económico apresentado no Decreto-Lei (DL) n.º 26/2002 de 14 de fevereiro, dividindo-se em correntes e de capital e outras receitas/despesas.

O orçamento é composto por receitas correntes e receitas de capital, que sustentam despesas diferenciadas de igual forma, e está sujeito ao princípio do equilíbrio orçamental, sempre numa perspetiva de otimização dos recursos recebidos, face às necessidades de despesa existentes.

Em 2017, o Município de Estarreja arrecadou **receitas totais** no montante de **22.369,726,93€**, o que representa uma taxa de execução da receita de 98,24%, e um nível de **despesa total** paga de **17.034.616,38€**, que equivale a uma taxa de execução da despesa de 74,81%, conforme demonstrado no quadro n.º 7.

De referir, que o valor do saldo de gerência anterior e transitado para 2017, foi de 4.264.270,20€ que após a sua aprovação das contas do ano anterior, é integrado no orçamento do ano seguinte, traduzindo-se em disponibilidade para cobertura de despesas realizadas no ano 2017.

Quadro 7 - Resumo de Execução Orçamental 2017

Designação	Previsão		Valor da Execução (c)	Desvio		
	Inicial (a)	Final (b)		Valor (c)-(b)	Exec % (c)/(a)	Exec % (c)/(b)
Receitas Correntes	13.698.351,00	13.698.351,00	13.917.129,22	218.778,22	101,60%	101,60%
Receitas de Capital	3.271.649,00	4.778.049,08	4.187.115,41	-590.933,67	127,98%	87,63%
Outras	30.000,00	4.294.270,20	4.265.482,30	-28.787,90	14218,27%	99,33%
Receitas Totais	17.000.000,00	22.770.670,28	22.369.726,93	-400.943,35	131,59%	98,24%
Despesas Correntes	11.106.620,00	11.979.918,61	10.277.652,73	-1.702.265,88	92,54%	85,79%
Despesas de Capital	5.893.380,00	10.790.751,67	6.756.963,65	-4.033.788,02	114,65%	62,62%
Despesas Totais	17.000.000,00	22.770.670,28	17.034.616,38	-5.736.053,90	100,20%	74,81%

Fonte: Adaptado de Relatório de Gestão - Prestação de Contas do Município de Estarreja (2017)

No quadriénio de 2014/2017, as receitas cobradas e as despesas pagas tiveram a evolução que se encontra expressa no gráfico n.º 2.

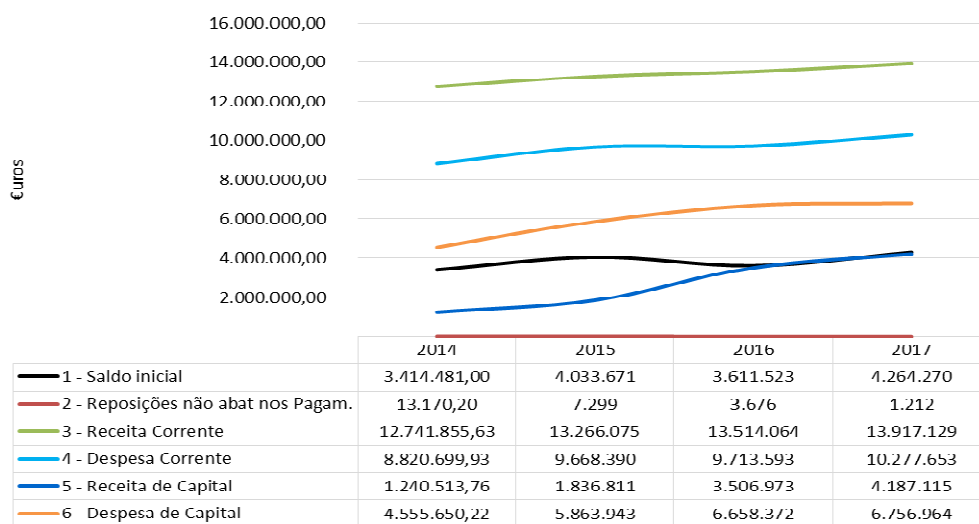


Gráfico 2 - Variação das Receitas e Despesas 2014/2017

Fonte: Adaptado de Relatório de Gestão - Prestação de Contas do Município de Estarreja (2017)

No que respeita ao cumprimento da regra do equilíbrio orçamental consagrada no Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece que os orçamentos preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas e que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos

igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

De referir, que o cumprimento da referida regra de equilíbrio orçamental deve ser garantido, relativamente a cada ano económico, no momento da elaboração do orçamento, das respetivas modificações e em termos de execução orçamental.

As condições impostas legalmente, funcionam como forma de contenção do deficit orçamental e de formação da poupança corrente, tendo em vista a sua aplicação na despesa de investimento.

Para aferir o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental nas diferentes fases do ciclo orçamental, apresenta-se o quadro n.º 8:

Quadro 8 – Cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental

ANO 2017				
		Dotação Inicial	Dotação Final	Execução Orçamental
(1)	Receita Corrente	13 698 351,00	13 698 351,00	13 917 129,22
(2)	Despesa Corrente	11 106 620,00	11 979 918,61	10 277 652,73
(3)=(1)-(2)	Poupança Corrente	2 591 731,00	1 718 432,39	3 639 476,49
(4)	Amortizações Médias Empréstimos M/LI	1 142 678,96	1 142 678,96	1 142 678,96
(5)=(3)-(4)		1 449 052,04	575 753,43	2 496 797,53

Fonte: Adaptado de Relatório de Gestão - Prestação de Contas do Município de Estarreja (2017)

Conclui-se da análise do quadro n.º 8 que o Município cumpriu integralmente o princípio do equilíbrio orçamental, verificando-se uma cobertura das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo pela poupança corrente, culminando, em matéria de execução orçamental, com a libertação de 2.496.797,53€ para financiamento de investimento.

Como complemento a esta análise ao desempenho económico e financeiro do Município encontram-se, no **Anexo 2**, alguns indicadores de gestão do Município de Estarreja, com a correspondente evolução relativamente a anos anteriores.

3.4 Prestação de Contas

A qualidade da informação financeira dos Municípios é muito importante e deve representar de forma fidedigna e completa a realidade económica, financeira e patrimonial da Entidade, devendo contribuir para a tomada de decisão dos responsáveis ao mesmo tempo que presta contas aos munícipes. Além disso, a legislação impõe a obrigatoriedade da prestação de contas a alguns organismos, como o Tribunal de Contas, Direção Geral das Autarquias Locais, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, o INE, etc.

Tal como refere Marques (2002: 7), «a prestação de contas pode dizer-se que é a síntese do período financeiro em análise e constitui uma das tarefas importantes da área contabilística e financeira de qualquer empresa ou entidade».

A prestação de contas representa um inventário de todos os atos económicos e ou financeiros ocorridos durante o ano económico, devendo conjugar mapas referentes à informação orçamental, informação financeira, patrimonial e económica do Município. Esses mapas são apresentados no quadro n.º 9.

Quadro 9 – Mapas de Prestação de Contas

Balanço	Traduz a situação financeira e patrimonial da Entidade, balanceando o ativo e o passivo, de modo a apurar o valor e a natureza dos fundos próprios (ou situação líquida);
Demonstração de resultados	Apresenta os resultados decorrentes da atividade da Autarquia Local, permitindo avaliar onde foram aplicados os recursos. Deverá ser elaborada obrigatoriamente por natureza de custos e proveitos, sendo facultativa a elaboração por funções.
Mapa de controlo orçamental da despesa	Presta contas sobre a execução orçamental da despesa, além de permitir o seu controlo ao longo do ano.
Mapa de controlo orçamental da receita	Traduz a execução orçamental da receita, permitindo, do mesmo modo, o seu controlo ao longo do ano.
Mapa de execução anual do PPI	Traduz a execução do Plano Plurianual de Investimentos no ano, indicando o nível de execução financeira anual e global; faculta informação sobre cada projeto ou ação, sobre as formas de realização de cada um, sobre as fontes de financiamento e sobre a execução financeira dos anos anteriores, do exercício e dos anos futuros;
Mapa de fluxos de caixa	Apresenta a discriminação das importâncias relativas a todos os pagamentos e recebimentos realizados no ano, quer digam respeito à execução orçamental ou às operações de tesouraria;
Mapa de operações de tesouraria	Evidencia as cobranças que o Município fez para terceiros, e deve ser articulado com o mapa de fluxos de caixa;
Anexos às demonstrações financeiras	Transmitem as informações necessárias à compreensão das informações expressas nas demonstrações financeiras. Subdividem-se em três partes: Caracterização da Entidade, Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados e Notas sobre o Processo Orçamental e respetiva Execução.
Relatório de Gestão	Apresenta a situação económica relativa ao exercício, a situação financeira, a evolução das dívidas dos últimos três anos, a proposta de aplicação dos resultados do exercício e os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício, caso existam.

Fonte: Elaboração Própria com base no POCAL

Para Vela (1992) e Jorge (2003) a definição dos objetivos da informação financeira, segundo um processo lógico, requer, em primeiro lugar, identificar os utilizadores da informação, bem como as suas necessidades. O relato financeiro será útil e adequado quando satisfizer as necessidades dos seus utilizadores. Porém, muitas das vezes o que os utilizadores esperam do relato é substancialmente distinto do que este lhes proporciona.

Atentos as características apresentadas, o grupo de utilizadores potenciais da informação financeira do Setor Público é diverso, o que dificulta largamente o poder de elaborar e divulgar informação que satisfaça as necessidades de todos os potenciais utilizadores (Jones & Pendlebury, 2000). Por isso, a diferença de expectativas que se produz deve ser colmatada com a divulgação de informação adicional pelas próprias entidades públicas (Vela, 1992).

Em suma, o paradigma dos utilizadores da informação e suas necessidades concebe o sistema contabilístico como um “meio” para a divulgação de informações úteis para a tomada de decisão, o que implica conhecer os principais utilizadores da informação e as suas necessidades. A ênfase do paradigma da utilidade na Contabilidade Pública acentuou-se com as reformas introduzidas a nível mundial, nos sistemas de informação de contabilidade e no relato financeiro, com a preparação e divulgação de informação para apoio as tomadas de decisão internas, consequência das alterações nos modelos de gestão introduzidas no âmbito da *New Public Management*, gerando novas necessidades informativas.

3.5 Contabilidade de Custos

Com a aprovação do POCAL consagrou-se a obrigatoriedade da aplicação da Contabilidade de Custos pelos Municípios portugueses, no que diz respeito ao apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação dos preços dos bens fornecidos e dos serviços prestados (Ponto 2.8.3.1 do POCAL).

A contabilidade de custos (CC) é um sistema de determinação dos custos por objeto de custo (função, bem produzido ou serviço prestado), que visa fornecer informação à gestão, através do apuramento do valor real do custo das atividades autárquicas e do

fornecimento da informação necessária ao processo de planeamento e controlo autárquicos.

Contudo, e apesar da obrigatoriedade legal definida no POCAL, muitos Municípios ainda não aplicaram nem desenvolveram na íntegra este tipo de contabilidade, seja por dificuldades decorrentes das próprias lacunas existentes na lei, seja porque não existe uma exigência em termos de prestação de contas em relação a este tipo de informação.

A contabilidade de custos definida no POCAL assenta numa perspetiva de custos calculados *a posteriori*, isto é, custos reais já incorridos e registados na contabilidade patrimonial. Assim, importa proceder a uma reclassificação dos custos da contabilidade patrimonial, passando de uma classificação por natureza para uma classificação por objetos de custo, atendendo primeiramente a uma classificação funcional que servirá de base a esse cálculo e que segue a mesma orientação da classificação funcional da despesa preconizada nos Pontos 2.5.1, 10.1 e 11.1 do POCAL, com as necessárias adaptações. Além das funções importa analisar os bens e os serviços produzidos e prestados pelo Município e adaptar a contabilidade de custos a cada realidade em particular. O Ponto 2.8.3.2 do POCAL indica que “o custo das funções, dos bens e dos serviços corresponde aos respetivos custos diretos e indiretos relacionados com a produção, distribuição, administração, geral e financeiros”.

Ora, a existência de custos implica a sua imputação, definida no Ponto 2.8.3.3, que indica que a mesma é feita através de coeficientes, após e com base nos custos diretos de cada função; a repartição dos custos indiretos dos bens ou serviços faz-se também através da aplicação de coeficientes de imputação. Estamos assim perante um sistema de custeio total em que todos os custos suportados são, de alguma forma, repartidos por funções, bens ou serviços.

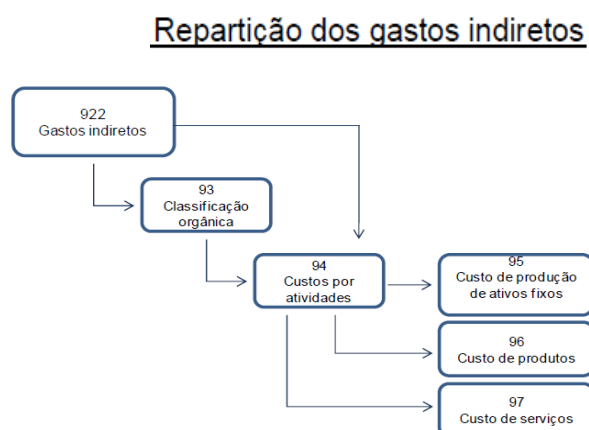
O Ponto 2.8.3.6 do POCAL estabelece um conjunto de mapas da contabilidade de custos e que se traduzem em fichas de materiais, cálculo de custo/hora de mão-de-obra, cálculo de custo/hora de máquinas e viaturas; apuramento de custos indiretos; apuramento de custos de cada bem ou serviço; apuramento de custos diretos da função e apuramento de custos por função.

A introdução na Contabilidade Autárquica da Contabilidade de Custos/Gestão, assume atualmente um papel preponderante para as tomadas de decisão internas. A relevância da Contabilidade de Gestão decorre da necessidade que os dirigentes autárquicos têm de dispor de informação contabilística para divulgação ao exterior, mas também das

necessidades decorrentes das tomadas de decisão internas. Neste sentido, a Contabilidade de Gestão, na Administração Pública, perdeu o cariz de ser tradicionalmente um sistema contabilístico para informação interna de apoio à gestão (Teixeira, 2009).

Através da contabilidade de custos, são utilizadas bases de imputação adequadas, como nº de horas de atividade (nos custos com pessoal). A inadequação da base de repartição distorce os verdadeiros custos dos produtos ou serviços, por isso, uma só base de repartição, é uma fraca ferramenta para a gestão, devido à arbitrariedade na distribuição dos custos aos objetos de custo (Martins e Rodrigues, 2004).

O esquema na **figura 3** abaixo ilustra as possíveis etapas de repartição dos gastos indiretos até à obtenção do custo total por ativos fixos, produtos ou serviços finais.



Fonte: Manual Implementação SNC-AP, CNC

Figura 3 – Esquema de repartição de gastos indiretos – Contabilidade de Gestão

Para a repartição dos custos indiretos, é frequentemente utilizado o **sistema ABC** (*activity-based costing*), que se caracteriza pela imputação dos custos indiretos às atividades desenvolvidas para satisfazer as necessidades dos cidadãos/clientes dado que este modelo assenta no pressuposto de que são as atividades que consomem os recursos (Jordan, Neves, & Rodrigues, 2011), revelando-se por isso mais adequado para a realidade das entidades públicas cujos serviços estão focados nos cidadãos/utentes e nas suas necessidades.

O sistema ABC mais do que constituir uma ferramenta ou técnica de custos, favorece a sua gestão, tendo por isso, uma dupla vertente: baseia-se tanto no cálculo e controlo dos custos, como na gestão dos mesmos.

Martins e Rodrigues (2004:91) referem que o ABC é um instrumento que ajuda os gestores das instituições de ensino superior “a compreender quais os fatores que influenciam os custos de ensinar, de pesquisar, bem como qual o custo individual de cada curso, contribuindo assim para uma melhoria ao nível do processo de tomada de decisões”. O sistema ABC permite que os custos indiretos, ao objeto de custo, sejam, numa primeira fase, diretamente atribuídos às atividades e, posteriormente, aos produtos, serviços e clientes, obtendo-se uma imagem clara e mais real, dos seus custos.

3.6 O Sistema de Controlo Interno

O Ponto 2.9.3. do POCAL indica que é da responsabilidade do órgão executivo aprovar e manter em funcionamento um sistema de controlo interno adequado às atividades da Autarquia Local e assegurar o seu acompanhamento e avaliação permanente. De acordo com este diploma, este sistema “engloba, designadamente, o plano de organização, políticas, métodos e procedimentos de controlo” que permitam “assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação financeira fiável”.

São objetivos do controlo interno a salvaguarda da legalidade e regularidade na elaboração dos documentos previsionais, das demonstrações financeiras e do sistema contabilístico; a salvaguarda do património; a aprovação e controlo de documentos; o cumprimento das deliberações e decisões dos órgãos; o incremento da eficiência das operações; a salvaguarda da concorrência e da transparência e uma adequada utilização de fundos, entre outros.

O controlo interno compreende o ambiente de controlo instituído na Entidade, resultante essencialmente da consciencialização dos seus gestores sobre a importância desse mesmo controlo, e os próprios procedimentos de controlo interno que se materializam nas políticas e procedimentos instituídos pela gestão para atingir os objetivos. Compreende não só o controlo interno contabilístico, que garante a fiabilidade dos registos contabilísticos e a salvaguarda dos ativos, mas também o controlo interno administrativo que visa assegurar o controlo hierárquico e o controlo de procedimentos

e registos que se relacionam com a tomada de decisões e com o cumprimento das leis e normas aplicáveis.

Dada a aludida importância, é essencial defini-lo. Pinheiro (2014) refere que o CI é um conjunto de mecanismos em funcionamento numa organização com vista a evitar ou detetar atividade não autorizada, na perspetiva de se atingirem os objetivos delineados.

De acordo com Moraes e Martins (2013), o *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) define o conceito de CI como um processo que é levado a cabo pela Administração, Direção e outros membros pertencentes à Organização, de modo a proporcionar um grau de confiança razoável na eficácia e eficiência dos recursos, fiabilidade da informação e cumprimento das leis e normas estabelecidas.

Marques (2002, p. 111), define controlo interno como sendo a “verificação, acompanhamento, avaliação e informação sobre a legalidade, regularidade e boa gestão relativamente a atividades, programas, projetos, ou operações de entidades de direito público ou privado com interesse no âmbito da gestão ou tutela governamental em matéria de finanças públicas e outros interesses financeiros públicos nos termos da lei”.

Para Marçal e Marques (2011), um Sistema de Controlo Interno (SCI) é um plano de organização e todos os métodos ou procedimentos adotados pela Administração de uma entidade, de modo a auxiliar, minimizar os riscos associados e a atingir os objetivos predefinidos pela Gestão de assegurar a conduta ordenada e eficiente da sua atividade.

Segundo Moraes e Martins (2013) existem essencialmente três aspetos críticos do CI de modo a conseguir um bom ambiente geral: a integridade, os valores éticos e a competência dos profissionais.

Assim, de acordo com Moraes e Martins (2013), o controlo interno tem como principais objetivos essenciais os seguintes:

- Garantir a legalidade e regularidade na aplicação do sistema contabilístico, no ambiente informático e na elaboração, registo, execução e modificação dos respetivos documentos de suporte;
- Zelar pela qualidade, fiabilidade e confiança das informações administrativas, financeiras e contabilísticas;
- Evidenciar a economicidade, eficácia e eficiência dos recursos;
- Demonstrar a conformidade com as políticas, planos e procedimentos, leis e regulamentos;

- Garantir a realização e otimização das operações, assegurando que os resultados correspondam aos objetivos definidos;
- Zelar pela salvaguarda dos ativos;
- Evidenciar a eficácia da gestão, o cumprimento das deliberações e decisões e a transparência e concorrência no âmbito dos mercados públicos.

Neste seguimento, e para que seja possível estabelecer um Sistema de Controlo Interno adequado, segundo Moraes e Martins (2013) os principais elementos a relevar são os seguintes:

- **plano de organização**, que define as funções e responsabilidades funcionais, autoridade e delegação de responsabilidades, com o objetivo de fixar e limitar as funções de todo o pessoal;
- **a segregação de funções**, que está relacionada com o facto da função contabilística e da função operacional deverem estar separadas, por forma a que não seja possível que uma pessoa que tenha o controlo físico de um ativo possa ter simultaneamente a seu cargo os registos a ele inerentes. Além disso, nenhuma pessoa deverá ser responsável por uma operação desde o início até ao seu término;
- **controlo das operações**, que tem como propósito assegurar a sequência das mesmas, isto é, que o ciclo autorização/ aprovação/ execução/ registo/ custódia seja cumprido, de acordo com os critérios estabelecidos, isto é, dentro das atribuições de competências definidas;
- **registo metódico dos factos**, relacionado com a forma como as operações são permitidas na contabilidade, tendo em conta as regras contabilísticas aplicáveis e os documentos justificativos;
- **a numeração sequencial dos documentos**, o que possibilita detetar utilizações menos apropriadas e inviabiliza a sua destruição com objetivos fraudulentos;
- **pessoal qualificado**, competente e responsável, com habilitações literárias e técnicas necessárias e experiência profissional adequada ao exercício das funções que lhe são atribuídas;
- **a revisão e supervisão da gestão**, visando a adoção de provas e conferências independentes, que possibilitem não só atuar sobre o sistema, como sobre o trabalho de cada pessoa, por forma a minimizar os erros.

De modo a assegurar o seu bom funcionamento, qualquer sistema de controlo interno deverá definir com rigor os níveis de autoridade e delegação de responsabilidade, salvaguardar a segregação de funções, o controlo de operações, a recolha de provas e conferências independentes, o registo metódico dos factos e potenciar a avaliação de resultados. De modo a garantir a sua operacionalização, o POCAL estabelece a obrigatoriedade de o Município aprovar uma Norma de Controlo Interno, onde devem constar os métodos e procedimentos instituídos na área de disponibilidades, contas de terceiros, existências e imobilizado.

Relativamente às Disponibilidades o POCAL estabelece como princípio básico a segregação de funções no que concerne às pessoas que procedem ao manuseamento dos valores e as que estão afetas ao registo contabilístico desses mesmos valores. Além disso, deve assegurar que todos os valores que a Entidade tem direito a receber são efetivamente recebidos, que os pagamentos só são efetuados se estiverem devidamente aprovados e autorizados por quem tiver competências para tal e com base na documentação contabilística necessária e, ainda, que as transações e operações estão corretas e são alvo do registo certo nos livros e nas contas respetivas.

A Norma de Controlo Interno deverá também definir os procedimentos aplicáveis à abertura e movimentação de contas bancárias, à guarda dos cheques não preenchidos, ao procedimento a realizar para cheques em trânsito e ao tratamento dos cheques anulados; à definição de procedimentos para a realização de reconciliações bancárias e para a constituição de fundos de maneo.

A Norma de Controlo Interno deverá também prever a forma como deverá ser feita a aprovação das aquisições, a contabilização, o controlo dos investimentos e as condições de alienação e abate do imobilizado. Assim, deve garantir o registo em permanência das fichas de imobilizado, definindo procedimentos para a realização de reconciliações entre as fichas de imobilizado e os registos contabilísticos quanto aos valores de aquisição e de amortizações acumuladas.

Deverá definir procedimentos para a verificação física e periódica dos bens inventariados e o confronto com os registos, e para a realização de regularizações e apuramento de responsabilidades, sempre que necessário, potenciando a segregação de funções entre quem compra, quem vende ou abate, quem guarda e conserva (física e contabilisticamente).

CAPÍTULO IV – O SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

4.1 O SNC-AP

O DL n.º 192/2015 publicado em 11 de setembro de 2015 veio aprovar o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), que previa a aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2017 para “todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsetor da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas” (artigo 3.º) sendo, portanto, de aplicação obrigatória nos Municípios.

No entanto, o Comunicado do Conselho de Ministros de 17 de novembro de 2016 e o Decreto-Lei n.º 85/2016 de 21 de dezembro vêm adiar para 1 de janeiro de 2018, o início de vigência do sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), por não se encontrarem reunidas as condições técnicas, legais e institucionais para a entrada em vigor do novo referencial contabilístico em 1 de janeiro de 2017. É criado através deste instrumento a obrigação de aprovação de um plano de ação para a implementação do SNC-AP.

Posteriormente, e de acordo com a circular do Secretário de Estado das Autarquias Locais, Carlos Manuel Soares Miguel, datada de 28 de dezembro de 2017, foi decidido prorrogar por mais um ano o prazo para entrada em vigor do SNC-AP para o subsetor da administração local, decisão consagrada através do DL 33/2018 – Decreto de Execução Orçamental 2018, publicado em 15 de maio.

A aprovação do SNC-AP representa um avanço significativo na uniformização da Contabilidade Pública em Portugal e decorre do DL n.º 134/2012, de 29 de junho, que atribuiu à Comissão de Normalização Contabilística a tarefa de “elaborar um novo sistema contabilístico para as administrações públicas, que seja consistente com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e com as Normas Internacionais de Contabilidade Pública (IPSAS)” (artigo 2.º).

A normalização contabilística no Setor Público, sendo composta por múltiplos planos setoriais com as especificidades que os caracterizam, encontra-se bastante fragmentada, desatualizada. Esta fragmentação dificulta a consolidação de contas no Setor Público

que devido ajustamentos necessários, acabam por levantar desconfianças quanto à fiabilidade da informação resultante da integração. No que diz respeito aos organismos que têm como missão agregar a informação orçamental e financeira remetida pelas diversas entidades, estes encontram sérias dificuldades na construção de indicadores macroeconómicos que são indispensáveis para a tomada de decisões estruturais e estratégicas para o país.

Uma questão que se coloca no que diz respeito às reformas da Contabilidade Pública, que ainda estão em fase de implementação em muitos países, é o facto de, apesar de terem características em comum, apresentarem um significativo grau de diversidade, sendo um tema bastante debatido nos últimos tempos (Jesus, 2010).

Na introdução do SNC-AP pode ler-se que “o foco das atuais atividades de contabilidade e relato é a entidade individual” não existindo uma visão integrada das diferentes partes da administração que “através de um processo de consolidação de contas” permitam obter uma “visão compreensiva e completa das finanças das administrações públicas”.

Os sistemas contabilísticos atuais são essencialmente orientados apenas para o controlo das despesas públicas, não sendo suficientes para permitirem uma gestão racional e integrada e para proporcionarem informação financeira, completa, fiável, relevante e oportuna. O diploma refere igualmente que a consolidação das demonstrações financeiras das entidades, tal como são hoje apresentadas, traduzir-se-ia em demonstrações com utilidade muito reduzida pelo facto de omitirem elementos de elevada materialidade, ou seja, não incluiriam rendimentos, gastos, ativos e passivos, implicando pouca credibilidade por não estarem isentas de distorções materialmente relevantes.

Monteiro (2016: 3) refere que “[é] unânime que a existência de normas harmonizadas aumenta a transparência, a comparabilidade e a fiabilidade da informação financeira”.

De acordo com o estipulado no artigo 6º do DL nº 192/2015, de 11 de setembro, a aplicação deste sistema ao universo da contabilidade pública tem como principais finalidades:

- Evidenciar “a execução orçamental e o respetivo desempenho face aos objetivos da política orçamental”;
- Permitir uma imagem verdadeira e apropriada da posição e do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa;

- Permitir o “controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos”,
- Proporcionar informação útil para as tomadas de decisão da gestão;
- Proporcionar a informação necessária para a elaboração de “todo o tipo de contas, demonstrações e documentos” para os diferentes organismos de controlo e supervisão;
- Proporcionar informação para preparação das contas de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais”.

Assim, e na prossecução dos objetivos de gestão, de análise, de controlo e de informação, o SNC-AP é constituído por três subsistemas de contabilidade (artigo 4º):

- **Contabilidade orçamental** que “visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental”,
- **Contabilidade financeira** que “permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa”;
- **Contabilidade de gestão** “que permite avaliar o resultado das atividades e projetos”.

No quadro 10 estabelece-se uma comparação em algumas áreas contabilísticas entre o POCAL e o SNC-AP.

Quadro 10 – Quadro comparativo – POCAL VS SNC-AP

Comparação POCAL vs SNC-AP	
Ativos intangíveis	No POCAL, esta matéria é tratada no âmbito das imobilizações incorpóreas, encontrando-se previstas como ativos as despesas de instalação, as despesas de investigação e de desenvolvimento e a propriedade industrial e outros direitos. Nos termos do POCAL, as despesas de instalação, bem como as de investigação e de desenvolvimento, devem ser amortizadas no prazo máximo de cinco anos. No SNC-AP existe uma distinção entre a fase de pesquisa em que os dispêndios são considerados um gasto, e a fase de desenvolvimento, em que os dispêndios poderão constituir um ativo intangível.
Locações	No POCAL, não há quaisquer critérios para distinguir entre locações financeiras e locações operacionais, sendo que não existe o princípio da substância sobre a forma, tal como acontece no SNC-AP.
Propriedades de Investimento	No POCAL não está contemplado o conceito de propriedades de investimento nem é permitido o modelo do justo valor na mensuração subsequente, com as alterações no justo valor a serem reconhecidas nos resultados. No POCAL está prevista a conta 414 - Investimentos em imóveis a qual engloba as edificações urbanas e propriedades rústicas que não estejam afetas à atividade operacional da entidade.

Inventários	Em POCAL esta matéria é tratada no âmbito das Existências, nomeadamente no que diz respeito à sua valorimetria, sendo que se o preço de mercado for inferior ao custo de aquisição ou custo de produção, deverá ser registada uma provisão para depreciação de existências. Admite-se também a utilização do FIFO (First-in First-out) e do LIFO (Last-in, First-out) como métodos de custeio de saídas, ao passo que o SNC-AP privilegia o custo médio ponderado.
Transações com contraprestação	O POCAL contempla o princípio da especialização dos exercícios, mas não dispõe de requisitos específicos para a contabilização de rendimentos provenientes de prestação de serviços, venda de bens e uso por terceiros de ativos da entidade que produzam juros, <i>royalties</i> e dividendos.
Transações sem contraprestação	Ao contrário do SNC-AP, o POCAL não distingue as transações sem contraprestação não contendo quaisquer requisitos para o reconhecimento de rendimentos provenientes deste tipo de transações. De salientar a nova contabilização das transferências com condições (rendimentos a reconhecer) e os requisitos para a contabilização dos rendimentos de impostos segundo a contabilidade na base do acréscimo.
Provisões	O POCAL considera provisões situações que são perdas por imparidade no SNC-AP (aplicações de tesouraria, cobranças duvidosas, existências e investimentos financeiros). Em POCAL não existe a possibilidade de reconhecer as provisões por quantias descontadas, nem são dadas orientações para o reconhecimento de provisões decorrentes de contratos onerosos ou reestruturações.
Ativos Contingentes	Não são contemplados em POCAL.
Passivos Contingentes	O POCAL não contempla expressamente os passivos contingentes. Contudo, exige que no Anexo se proceda à descrição das responsabilidades da entidade por garantias prestadas.

Fonte: Elaboração Própria

O SNC-AP (DL n.º 192/2015, de 11 de setembro), integra a estrutura concetual da informação financeira pública, as normas de contabilidade pública e o plano de contas multidimensional.

4.2 A Estrutura concetual

A finalidade da estrutura concetual do SNC-AP é, essencialmente, a de auxiliar os responsáveis pelas demonstrações financeiras na aplicação das Normas de Contabilidade Pública (NCP) na base do acréscimo, ajudando-os a formar uma opinião sobre a adequação das demonstrações financeiras às NCP, ao mesmo tempo que ajuda os utilizadores na interpretação da informação contida nas demonstrações financeiras e proporciona às entidades normalizadoras da contabilidade os conceitos necessários à formulação das NCP.

O SNC-AP destaca a importância das características diferenciadoras das entidades públicas e que devem ser consideradas no desenvolvimento de uma Estrutura Concetual para as Administrações Públicas encontrando-se diretamente relacionadas com:

- A realização de transações sem contraprestação;
- A existência de um Orçamento e consequente, execução orçamental;
- A Natureza específica dos ativos e passivos das Administrações Públicas (que têm como finalidade essencial a prestação de serviços);
- O poder regulador da própria Administração;
- A relação das mesmas com o relato estatístico.

A Estrutura Concetual do novo normativo trata de variadas matérias inerentes à atividade das Administrações Públicas, tais como:

- Objetivos das demonstrações financeiras;
- Características qualitativas que determinam a utilidade da informação contida nas demonstrações financeiras (relevância, fiabilidade, compreensibilidade, oportunidade, comparabilidade e verificabilidade);
- Definição da Entidade que relata;
- Elementos das demonstrações financeiras;
- Reconhecimento dos elementos das demonstrações financeiras;
- Mensuração dos ativos e passivos das demonstrações financeiras.

A estrutura conceptual apresenta novas definições relativamente aos elementos que compõem as demonstrações financeiras, sendo que podemos destacar:

- “Um ativo é um recurso presentemente controlado pela entidade pública como resultado de um evento passado, que contém em si a capacidade de proporcionar um influxo de potencial de serviço ou de benefícios económicos futuros”;
- “Passivo é uma obrigação presente originada num evento passado que gera uma saída de recursos”;
- “Rendimentos são aumentos no património líquido, que não sejam os resultantes de contribuições para o património líquido”, sendo que “as contribuições para o património líquido de uma entidade pública são influxos de recursos, efetuados por entidades externas na sua condição de proprietários, que estabelecem ou reforçam o seu interesse no património líquido dessa entidade pública”.

- “Gastos são diminuições no património líquido, que não sejam as resultantes de distribuições do património líquido”, onde “as distribuições do património líquido de uma entidade pública são exfluxos de recursos, entregues a entidades externas na sua condição de proprietários, que extinguem ou reduzem o seu interesse no património líquido dessa entidade pública”.

Relativamente à mensuração dos elementos das demonstrações financeiras, o SNC-AP prevê que a mesma seja feita através de bases específicas de mensuração, permitindo como possíveis bases de mensuração o custo histórico ou o valor corrente.

A utilização do custo histórico implica que o valor não sofra alterações após o reconhecimento inicial, sendo utilizado o valor de aquisição, produção ou de desenvolvimento e que corresponde à quantia necessária de caixa ou equivalentes de caixa no momento da sua aquisição, produção ou desenvolvimento acrescidos dos custos necessários à transação; é assim um valor de entrada específico à entidade.

A utilização do valor corrente pode ser obtida através de quatro bases de mensuração diferentes:

- a) Valor de mercado;
- b) Custo de reposição;
- c) Valor realizável (ou de liquidação);
- d) Valor de uso.

4.3 O PCM – Plano de Contas Multidimensional

O Anexo III do Dec. Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, trata do Plano de Contas Multidimensional (PCM), sendo este considerado como um elemento essencial da contabilidade pública e do novo SNC-AP, pois “assegura a classificação, registo e relato das transações e acontecimentos de uma forma normalizada, sistemática e consistente”, tal como referido no Ponto 1 do Anexo III do referido diploma.

Seguindo a mesma estrutura por segmentos dos anteriores planos de contas públicas, o PCM pretende que a partir do mesmo código de contas se consiga obter, em simultâneo, informação em base de acréscimo e em base de caixa modificada; prevê-se que a contabilidade orçamental possa utilizar as contas das Classes 1 a 8, na ótica da base de caixa modificada, e a contabilidade financeira utilize as mesmas contas, mas na ótica da base de acréscimo.

O PCM cria também classificadores complementares, nomeadamente:

- **Classificador Complementar 1** - para ser utilizado na “identificação de entidades com as quais existem transações relativas a aplicações financeiras, empréstimos, transferências e subsídios”;
- **Classificador Complementar 2** – “utilizado na tipologia de bens e direitos, para efeitos de cadastro e cálculo das depreciações e amortizações”, e que vem substituir o CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, aprovado pela Portaria nº 671/2000, de 17 de abril.

O Ponto 6 da Introdução ao DL nº 192/2015, de 11 de setembro, indica que este plano “apresenta as contas e códigos para classificar, contabilizar e relatar todas as transações e acontecimentos que satisfaçam as exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação das atividades das Administrações Públicas, nas diversas vertentes: legal, orçamental, financeira e estatística”.

Na criação do PCM estão subjacentes os seguintes princípios:

- **Plenitude**, que se traduz na abrangência do mesmo, capaz de capturar toda a informação orçamental, financeira, patrimonial, económica e estatística;
- **Segmentação**, ou seja, as contas foram criadas para responder a todas as diferentes necessidades de informação dos diferentes utilizadores;
- **Multidimensionalidade**, isto é, as contas foram criadas de modo a não gerar sobreposições (a mesma informação não deve ser obtida a partir de duas contas diferentes, para não haver redundâncias);
- **Estrutura unificada**, o que implica um plano único para todas as entidades da Administração Pública (excetuando-se o regime simplificado);
- **Adaptabilidade**, ou seja, as entidades têm flexibilidade para ajustarem o plano às suas necessidades específicas, sendo-lhes dada a possibilidade de criarem subcontas de nível inferior;
- **Base contabilística**, sendo que as contas proporcionam informação quer em base de caixa (através do subsistema de contabilidade orçamental), quer em base do acréscimo (através do subsistema de contabilidade financeira).

4.4 As Normas de Contabilidade Pública

O Anexo II do DL nº 192/2015, de 11 de setembro, contém as várias Normas de Contabilidade Pública, respeitantes aos três sistemas de contabilidade: financeira, orçamental e de Gestão.

As normas de contabilidade pública presentes no SNC-AP, encontram-se elencadas no quadro 11, de acordo com a sua tipologia.

Quadro 11 – Normas de Contabilidade Pública - SNC-AP

SNC-AP – NORMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA
CONTABILIDADE FINANCEIRA
NCP 1 — Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras
NCP 2 — Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erros
NCP 3 — Ativos Intangíveis
NCP 4 — Acordos de Concessão de Serviços: Concedente
NCP 5 — Ativos Fixos Tangíveis
NCP 6 — Locações
NCP 7 — Custos de Empréstimos Obtidos
NCP 8 — Propriedades de Investimento
NCP 9 — Imparidade de Ativos
NCP 10 — Inventários
NCP 11 — Agricultura
NCP 12 — Contratos de Construção
NCP 13 — Rendimento de Transações com Contraprestação
NCP 14 — Rendimento de Transações sem Contraprestação
NCP 15 — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NCP 16 — Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio
NCP 17 — Acontecimentos Após a Data de Relato
NCP 18 — Instrumentos Financeiros
NCP 19 — Benefícios dos Empregados
NCP 20 — Divulgações de Partes Relacionadas
NCP 21 — Demonstrações Financeiras Separadas
NCP 22 — Demonstrações Financeiras Consolidadas
NCP 23 — Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos
NCP 24 — Acordos Conjuntos
NCP 25 — Relato por Segmentos
CONTABILIDADE ORÇAMENTAL
NCP 26 — Contabilidade e Relato Orçamental
CONTABILIDADE DE GESTÃO
NCP 27 — Contabilidade de Gestão

Fonte: Elaboração Própria com base no SNC-AP

Todas as NCP tendem a apresentar a mesma estrutura base, onde é apresentado o objetivo da norma, o seu âmbito, e são elencadas as definições de termos que poderiam suscitar dúvidas de interpretação e que são utilizados no texto da norma.

No âmbito dos procedimentos de planeamento, adaptação e transição para o novo normativo contabilístico SNC-AP, foram desenvolvidas várias tarefas, conforme descrito no ponto 5.2.10 do presente relatório. Tendo em conta a nova definição de ativo e critérios de reconhecimento de ativos em SNC-AP, foram realizadas tarefas na área do ativo do Município, nomeadamente análise de bens, e aferição da necessidade do seu reconhecimento/desreconhecimento ou reclassificação como Propriedades de Investimento, Ativos Fixos Tangíveis (AFT) ou Inventários.

Outro trabalho realizado durante o período de estágio, ao nível da transição para o SNC-AP, foi a análise das provisões reconhecidas atualmente em POCAL, e o possível impacto com a transição para o novo normativo contabilístico.

Assim, tendo em conta o exposto, considerou-se pertinente abordar sucintamente os aspetos mais relevantes das normas utilizadas durante o período de estágio, nomeadamente a NCP 3 – Ativos Intangíveis; NCP 5 – Ativos Fixos Tangíveis; NCP 8 – Propriedades de Investimento e NCP 15 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes.

4.4.1 NCP 3 – Ativos Intangíveis

Os **Ativos Intangíveis (NCP 3)** incluem o imobilizado incorpóreo do POCAL, sendo que as principais diferenças estão relacionadas com os critérios reconhecimento, devido às alterações de introduzidas através da estrutura concetual do SNC-AP. O tratamento contabilístico dos ativos intangíveis no SNC-AP contém rigorosos critérios de reconhecimento no âmbito da sua identificabilidade; controlo sobre os mesmos e a existência de benefícios económicos futuros.

Upton (2001) define os ativos intangíveis como recursos não físicos, geradores de prováveis benefícios económicos futuros para uma entidade, que foram adquiridos por meio de troca ou ainda desenvolvidos internamente baseados em custos identificáveis,

que têm vida limitada, possuem valor de mercado próprio e que pertencem ou são controlados pela entidade. O autor afirma, ainda, que os ativos intangíveis podem ser todos os elementos de uma empresa que existem além dos ativos monetários e dos ativos tangíveis.

Já Lev (2001) define ativo intangível como um direito a benefícios futuros que não possui corpo físico ou financeiro, que é criado pela inovação, por práticas organizacionais e pelos recursos humanos. Ainda segundo o autor, os ativos intangíveis interagem com os ativos tangíveis na criação de valor corporativo e no crescimento económico.

De acordo com o SNC-AP, o objetivo da NCP 3 é prescrever o tratamento contabilístico de ativos intangíveis que não sejam tratados especificamente numa outra Norma. Esta Norma exige que uma entidade reconheça um ativo intangível se, e apenas se, forem satisfeitos determinados critérios.

A Norma exige que uma entidade reconheça ativos relativos ao património histórico intangível desde que satisfaçam a definição e os critérios de reconhecimento de ativos intangíveis. Em caso de não ser possível reconhecer tais ativos, a entidade deve aplicar os requisitos de divulgação previstos na NCP 1.

Os ativos intangíveis podem ser adquiridos ou gerados internamente, importando abordar o tratamento contabilístico a adotar no caso dos ativos intangíveis gerados internamente. Para este fim, há que avaliar e identificar claramente, a fase em que se encontra o ativo intangível:

- **Fase de pesquisa:** Não deve ser reconhecido qualquer ativo intangível decorrente de pesquisa (ou da fase de pesquisa de um projeto interno).
- **Fase de desenvolvimento:** Um ativo intangível decorrente de desenvolvimento (ou da fase de desenvolvimento de um projeto interno) deve ser reconhecido se, e apenas se, uma entidade puder demonstrar cumulativamente os requisitos das alíneas a) a f) do parágrafo 49 da NCP 3.

Um ativo intangível decorrente de desenvolvimento (ou da fase de desenvolvimento de um projeto interno) deve ser reconhecido se, e apenas se, uma entidade puder demonstrar cumulativamente tudo o que se segue:

- A viabilidade técnica de concluir o ativo intangível para estar disponível para uso ou venda;

- A sua intenção de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- A sua capacidade de usar ou vender o ativo intangível;
- A forma como o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros ou potencial de serviço. Por exemplo, a entidade pode demonstrar a existência de um mercado para os produtos do ativo intangível, ou para o próprio ativo intangível ou, se for para uso interno, a sua utilidade;
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para concluir o desenvolvimento, e para usar ou vender o ativo intangível;
- A sua capacidade de mensurar com fiabilidade os dispêndios atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento.

Após reconhecimento como ativo, um ativo intangível deve ser registado pelo seu custo, menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas, devendo aplicar-se essa política a uma classe inteira de ativos intangíveis.

No Classificador Complementar 2 (CC2) do Plano de Contas Multidimensional estão previstas as vidas úteis para os ativos intangíveis.

Quanto ao método de amortização, a norma prevê que a quantia amortizável de um ativo intangível deve ser imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização deve começar quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando estiver na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão. A amortização deve cessar na data que ocorrer primeiro entre a data em que o ativo for classificado como detido para venda e a data em que o ativo for desreconhecido.

O método de amortização deve refletir o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. A presente Norma preconiza que o método mais adequado às Administrações Públicas é, em regra, o método das quotas constantes (ou da linha reta).

4.4.2 NCP 5 – Ativos Fixos Tangíveis

A importância dos AFT nas demonstrações financeiras é defendida por numerosos autores (Jackson, 2008; Kang e Zhao, 2010) designadamente, no que se refere à

mensuração, depreciação e influência que exercem nos indicadores económicos e financeiros das entidades.

Segundo o SNC-AP, a NCP 5 tem como objetivo prescrever o tratamento contabilístico dos ativos fixos tangíveis (AFT).

À luz da característica qualitativa da fiabilidade, que implicitamente introduz a substância sobre a forma nas NCP e com a introdução do conceito de controlo, altera-se drasticamente o paradigma da informação financeira a apresentar.

Para que seja útil, a informação financeira deve ser uma representação fiel dos fenómenos económicos (substância económica) e outros que pretende representar. A informação que representa com fiabilidade os fenómenos económicos descreve a substância da transação, acontecimento, atividade ou circunstância subjacente, a qual não coincide necessariamente com a sua forma legal.

Dada a especificidade do Setor Público Administrativo (SPA), a substância sobre a forma não existia no POCP e POCAL, tendo em consideração a possibilidade de um eventual afastamento da “legalidade”, que não deve ser permitida. Sobre esta temática, Caiado (2002) referia que, para o POCP e dada a importância da legalidade nas contas públicas, decidiu-se não incluir este princípio, preferindo-se indicar expressamente as situações em que a substância prevalece sobre a forma (nomeadamente na contabilização de locações financeiras e que consta no POCP na nota explicativa da conta “42-Imobilizações corpóreas”). O sector público administrativo é caracterizado por regras definidas em diplomas legislativos que devem ser estritamente respeitadas, fugindo, assim, à interpretação da substância na contabilização de determinadas operações.

A presente norma exige que uma entidade reconheça os bens relativos ao património histórico tangível, desde que satisfaçam a definição e os critérios de reconhecimento de ativos fixos tangíveis. No caso de não ser possível reconhecer tais ativos, a entidade deve, no mínimo, fazer a sua divulgação nas notas às demonstrações financeiras.

Quanto ao reconhecimento, a norma prevê que o custo de um bem do ativo fixo tangível deve ser reconhecido como ativo se, e apenas se:

- For provável que fluirão para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem; e
- O custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

Uma entidade deve avaliar também todos os custos do ativo fixo tangível no momento em que são suportados. Estes custos incluem custos suportados inicialmente para adquirir ou construir um bem do ativo fixo tangível, e custos suportados subsequentemente para adicionar, substituir uma parte ou prestar assistência técnica a esse ativo.

Relativamente à mensuração inicial, um bem do ativo fixo tangível que satisfaça as condições de reconhecimento como um ativo deve ser inicialmente mensurado pelo seu custo.

Porém, um bem do ativo fixo tangível pode ser adquirido através de uma transação sem contraprestação. Neste caso, a mensuração far-se-á da seguinte forma:

- Imóveis - Valor patrimonial tributário (VPT).
- Outros ativos - Custo do bem recebido, ou na falta deste, o respetivo valor de mercado.

A NCP 5 define igualmente critérios a adotar ao nível da depreciação dos ativos fixos tangíveis. A depreciação de um ativo começa quando fica disponível para uso, isto é, quando estiver no local e nas condições necessárias para ser capaz de operar da forma pretendida pelo órgão de gestão. Os terrenos e edifícios são ativos separáveis e são contabilizados separadamente, mesmo quando são adquiridos conjuntamente. Os terrenos têm uma vida útil ilimitada pelo que não são depreciados, salvo algumas exceções como, por exemplo, pedreiras e aterros.

O método mais adequado às Administrações Públicas é, em regra, segundo a norma, o método das quotas constantes (ou da linha reta). Este método deve ser aplicado de forma consistente de período para período, a não ser que ocorra uma alteração no modelo de consumo esperado desses benefícios económicos futuros ou potencial de serviço. As vidas úteis estão previstas no CC 2 do PCM.

4.4.3 NCP 8 – Propriedades de Investimento

As **Propriedades de Investimento (NCP 8)** incluem os investimentos em imóveis do POCAL.

Na nota explicativa à rubrica Investimentos em imóveis, o POCAL refere que estes englobam as edificações urbanas e propriedades rústicas que não estejam afetas à atividade operacional da entidade, incluindo os investimentos em edifícios designadamente habitação para aluguer, excepcionando-se os relativos a habitação social e são mensurados ao custo.

A NCP 8 tem como objetivo prescrever o tratamento contabilístico de propriedades de investimento e respetivos requisitos de divulgação.

A norma apresenta a definição de **Propriedade de Investimento** como sendo um terreno ou um edifício, ou parte de um edifício, ou ambos, detidos (pelo proprietário, ou pelo locatário segundo uma locação financeira) para obtenção de rendas ou para valorização do capital, ou ambos, e que não seja para:

- Usar na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos;
- Vender no decurso normal das operações.

Com vista à melhor compreensão do tratamento contabilístico de edifícios e terrenos, o quadro 12 resume esta temática.

Quadro 12 – Tratamento contabilístico – Terrenos e Edifícios

Fim a que destina a Propriedade	NCP a aplicar
A propriedade é detida para venda no âmbito das atribuições da entidade?	NCP 10- Inventários
É uma propriedade ocupada pelo titular?	NCP 5- Ativos Fixos Tangíveis
A propriedade é uma propriedade de investimento?	NCP 8- Propriedades de Investimento
O acesso à propriedade decorre de uma locação operacional?	NCP 6- Locações

Fonte: Elaboração Própria

No que respeita aos critérios de reconhecimento, uma propriedade de investimento deve ser reconhecida como um ativo quando, e apenas quando:

- For provável que fluirão para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados à propriedade de investimento; e
- O custo ou o justo valor da propriedade de investimento puder ser mensurado com fiabilidade.

A norma prevê que as propriedades de investimento sejam mensuradas, de acordo com a forma de aquisição:

- Adquirida numa transação com contraprestação – Mensuração ao custo.

- Adquirida numa transação sem contraprestação – O custo é o justo valor à data de aquisição.

As transferências para, ou de propriedades de investimento, devem ser feitas quando existir uma alteração no uso, evidenciada por:

- **Começo da ocupação pelo titular** - no caso de uma transferência de propriedade de investimento para propriedade ocupada pelo titular;
- **Começo do desenvolvimento com o objetivo de venda** - no caso de uma transferência de propriedade de investimento para inventários;
- **Fim da ocupação pelo titular** - no caso de uma transferência de propriedade ocupada pelo titular para propriedade de investimento; ou
- **Começo de uma locação operacional** (numa base comercial) - no caso de uma transferência de inventários para propriedade de investimento.

Uma propriedade de investimento deve ser desreconhecida na data de alienação ou quando for permanentemente retirada do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

4.4.4 NCP 15 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

A NCP 15 tem como objetivo definir provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, e identificar as circunstâncias em que as provisões devem ser reconhecidas e como devem ser mensuradas.

Por outro lado, e sendo uma norma igualmente destinada ao tratamento das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes ao nível do relato financeiro, a NCP 1 prevê que seja divulgada informação acerca de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes em notas explicativas às demonstrações financeiras, por forma a permitir que os utilizadores da informação compreendam a sua natureza, oportunidade e quantia.

A NCP 15 assenta em termos e conceitos subjetivos e, nesse sentido, Rodrigues (2010) refere que se trata de uma área sujeita a manipulação por parte dos gestores.

As provisões distinguem-se de outros passivos certos tais como contas a pagar (ex. fornecedores, outros credores) e acréscimos de custos (ex. remunerações a liquidar), porque há **incerteza quanto ao momento ou à quantia dos** dispêndios futuros exigidos na sua liquidação.

Neste seguimento, os **passivos contingentes** são aqueles que não satisfazem os critérios de reconhecimento, ou porque são apenas obrigações possíveis, ou porque sendo obrigações presentes, não é provável qualquer exfluxo ou não é possível uma estimativa fiável.

O quadro n.º 13 procura sintetizar as relações e diferenças existentes entre provisões e passivos contingentes, estabelecendo uma fronteira entre as condições que determinam a presença de uma ou outra situação.

Quadro 13 – Condições que determinam o tratamento de provisões e passivos contingentes

Obrigação presente de momento e quantia incertos	É provável um exfluxo de recursos	Provisão
	Pode ser efetuada uma estimativa fiável	
	Não pode ser efetuada uma estimativa fiável	Passivo Contingente
Obrigação possível	Depende de acontecimentos futuros não controlados pela entidade	

Fonte: Elaboração Própria com base no SNC-AP

Quanto aos **ativos contingentes**, podem ser definidos como possível ativo que decorre de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Da abordagem aos três conceitos fundamentais tratados pela NCP 15, podemos facilmente depreender que o tratamento das provisões e dos ativos e passivos contingentes, para além de depender da sua quantificação, também depende em grande medida da interpretação que possa ser efetuada aos termos que definem a probabilidade da sua ocorrência: Provável, Possível e Remoto.

Não existe uma definição claramente padronizada ou quantificada destes termos assumida como referência para estas matérias, o que, tendo em conta a subjetividade em questão, não é de estranhar.

Em Portugal, podemos encontrar, por exemplo, a seguinte quantificação, atribuída por Cravo (1994) aos referidos termos probabilísticos:

- **Razoavelmente Certo:** A probabilidade de ocorrência de um futuro evento está compreendida entre 95% e 100%;

- **Provável:** A probabilidade de ocorrência de um futuro evento está compreendida entre 50% e 95%;
- **Possível:** A probabilidade de ocorrência de um futuro evento está compreendida entre 5% e 50%;
- **Remota:** A probabilidade de ocorrência de um futuro evento é inferior a 5%.

A imprecisão na interpretação dos termos probabilísticos em questão pode ser um obstáculo à correta interpretação das normas contabilísticas, na medida em que dela depende a classificação dos factos e, consequentemente o seu correto tratamento contabilístico:

- **Perda provável** - Deve ser objeto de provisão, desde que na perda possa ser quantificada com razoável aproximação;
- **Perda Possível** – Não deve ser objeto de provisão, devendo ser divulgada nas notas às contas – Passivo contingente;
- **Perda Remota** – Não devem ser objeto nem de provisão nem de divulgação.

A norma refere ainda que, utilizando uma variedade de resultados possíveis, a entidade estará apta para efetuar uma estimativa fiável para reconhecer a obrigação como provisão.

Quando uma estimativa fiável não possa ser efetuada, então estamos perante um passivo contingente.

Os Passivos Contingentes não devem ser reconhecidos, devendo, no entanto, ser divulgados. Apesar de não serem inicialmente reconhecidos, os passivos contingentes devem ser continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos futuros ou potencial de serviço se tornou provável.

À semelhança dos Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes não devem ser reconhecidos, devendo, no entanto, ser divulgados quando for provável um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço.

A norma define também que uma provisão apenas deve ser **utilizada** para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

CAPÍTULO V – O ESTÁGIO CURRICULAR

5.1 Objetivo e plano de estágio

O estágio curricular realizado no âmbito do Mestrado em Contabilidade e Gestão Pública, permitiu em primeira linha a aplicação prática dos conhecimentos e técnicas adquiridas ao longo da parte letiva do mestrado.

Com início em fevereiro e término em julho de 2018, teve uma duração de 960 horas, com a supervisão de Dra. Carla Alexandra Gonçalves Almeida (Chefe da Divisão Económica e Financeira do Município de Estarreja) e a orientação da Professora Doutora Maria da Conceição da Costa Marques (Docente do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra - ISCAC).

O início do presente estágio coincidiu com o ingresso na carreira de Técnico Superior de Contabilidade e consequente início de novas funções de grau de complexidade e responsabilidade superior ao desempenhado até então no Município. Ainda segundo o n.º 2 do artigo 21º do Regulamento de Cursos do 2º ciclo do ISCAC, o presente estágio enquadra-se no "objetivo de proporcionar ao mestrando uma formação em posto de trabalho que facilite a sua progressão na carreira".

Durante a realização deste estágio, as tarefas desempenhadas revestiram a natureza consultiva, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas adstritas à Divisão Económica e Financeira – Subunidade de Contabilidade. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica tendo em conta o enquadramento e formação adquirida ao longo da parte letiva do Mestrado em Contabilidade e Gestão Pública.

A fim de dar cumprimento aos objetivos definidos, foram previstas as seguintes tarefas:

Quadro 14 – Funções e tarefas a realizar durante o período de estágio

DEFINIÇÃO DE FUNÇÕES A REALIZAR DURANTE O PERÍODO DE ESTÁGIO
Cumprimento de diversas obrigações declarativas de caráter periódico
Recolha, análise e envio dos diferentes tipos de informação financeira - dever de informação perante diversas entidades públicas
Colaboração na preparação e organização dos documentos finais de prestação de contas obrigatórios
Participação no processo de implementação e consolidação da Contabilidade de Custos na Autarquia;
Análises tendentes ao enquadramento fiscal de diversas situações;
Acompanhamento permanente do sistema de informação contabilístico-financeira com vista ao aperfeiçoamento dos procedimentos em vigor.
Apuramento mensal dos Fundos Disponíveis - cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA).
Acompanhamento da execução das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal, introduzindo as modificações que se imponham ou sejam recomendadas;
Registos inerentes à execução orçamental, do plano plurianual de investimentos e do plano de atividade municipal;
Fornecimento de dados para a elaboração de estudos económico-financeiros que fundamentem decisões respeitantes a receitas e despesas, bem como o recurso a operações de crédito;
Conferência e regularização dos fundos de maneo, nos prazos legais;
Receção das requisições externas para respetivo compromisso de dotação orçamental;
Cabimentação e compromisso de verbas disponíveis em matéria de realização de despesas;
Registo e atualização das contas correntes de terceiros;
Compilação, classificação e lançamento dos documentos para efeitos de cálculo do IVA;
Execução de procedimentos referentes à otimização e revisão de metodologia de dedução de IVA;
Processamento e liquidação da amortização e juros de empréstimos e locações conforme data estipulada em contrato;
Emissão de cheques ou ordens de transferência para pagamentos devidamente autorizados (simultâneo à emissão da ordem de pagamento);
Emissão das ordens de pagamento, depois de devidamente autorizadas, referentes a liquidações a terceiros;
Atualização sistemática de todos os registos contabilísticos e a correta classificação dos justificativos contabilísticos, de acordo com as disposições legais e regulamento interno em vigor;
Recolha dos elementos necessários à elaboração das guias de pagamento das obrigações fiscais e demais operações de tesouraria;
Atualização e recolha de dados informativos/estatísticos de apoio à gestão;
Tesouraria - recebimentos, pagamentos e correspondentes lançamentos contabilísticos;
Acompanhamento da execução financeira de empreitadas de obras públicas, através da atualização das contas correntes de empreitada [faturação e pagamento];
Circularização de saldos (terceiros) e controlo de recebimentos em atraso;
Execução de procedimentos de planeamento, adaptação e transição para o novo normativo contabilístico na Administração Pública
Revisão da Norma de Controlo Interno do Município de Estarreja

Fonte: Elaboração própria

5.2 Principais tarefas desempenhadas

Nesta secção far-se-á uma breve descrição das principais tarefas desenvolvidas durante o estágio. Os primeiros dias de estágio foram ocupados com organização da legislação aplicada às Autarquias Locais e que seria necessária para as tarefas que se viriam a desenvolver na organização.

O facto de já conhecer a organização e as pessoas com quem iria trabalhar foi um fator facilitador para o sucesso na adaptação às novas funções a desempenhar. Fator crucial para o sucesso durante o estágio, foram os conhecimentos adquiridos durante a parte letiva do mestrado, que forneceram as bases necessárias à sua aplicação em contexto de trabalho no Município de Estarreja.

Ao longo do estágio, conforme apresentado no quadro 14, foram desenvolvidas várias tarefas, sendo que passam a descrever-se brevemente as mais relevantes.

5.2.1 Cumprimento do Dever de Informação

Durante o período de estágio, uma das tarefas mais relevantes esteve relacionada com o cumprimento dos deveres de informação definidos por normativos legais, tais como os estipulados no art.78º da LFL, tendo sido efetuada a submissão de um conjunto de mapas de informação financeira junto da DGAL, sob pena de, caso esse dever não fosse cumprido, o Município sofrer penalizações na transferência de fundos do Orçamento do Estado.

A prestação de deveres de informação previstos na LFL é efetuada na aplicação Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL)² reportando, junto da DGAL, informação respeitante a contas mensais e trimestrais, através do envio de *inputs*, tais como:

² O SIIAL é um sistema central de recolha e validação da informação financeira e não financeira das autarquias. É um sistema de informação central que permite uma gestão partilhada, que beneficia as entidades Autárquicas, Administração Central do Estado e Governo. Garante através dos vários módulos e serviços informáticos, um conjunto de serviços de elevado nível de desempenho e disponibilidade de gestão das áreas de negócio da DGAL.

Quadro 15 – Inputs submetidos na aplicação SIAL

Inputs Submetidos na aplicação SIAL
Ativo Imobilizado Bruto
Balancete;
Contas de Ordem
Contribuição SM, AM, e SEL p/ endividamento
Controlo orçamental da receita e despesa;
Despesas com pessoal
Dívidas a terceiros
Empréstimos
Endividamento municipal
Execução do PPI
Factoring
Fluxos de Caixa
Fundo Social Municipal
Fundos Disponíveis
Grupo Autárquico
Leasing
Pagamentos em atraso
Registo PP'S e Outras Concessões
Transferências - Receita e Despesa

Fonte: Elaboração própria – Com base no SIAL

Para além destas informações, o Município de Estarreja, está ainda obrigado a proceder ao envio dos seus documentos de prestação de contas anuais e documentos previsionais, para as entidades competentes, como o Tribunal de Contas; DGAL; CCDR-C e INE.

Ainda no âmbito do dever de informação dos Municípios, e de acordo com DL n.º 491/99, de 17 de Novembro³, compete à Inspeção Geral de Finanças (IGF) organizar e manter atualizado o registo das Participações, em entidades societárias e não societárias, detidas pelo Estado e outros entes públicos, individual ou conjuntamente, de forma direta ou indireta. Assim, anualmente, é enviado em formulário próprio disponível na internet em <http://ww2.igf.min-financas.pt/sipart> toda a informação relativa às entidades participadas pelo município, nomeadamente os indicadores financeiros e percentagens de participação detidas. Este reporte, foi efetuado durante o mês de março, de acordo com o prazo estabelecido pela IGF.

³ Atribui competência à Inspeção-Geral de Finanças para organizar o registo e controlo das participações detidas pelo Estado e outros entes públicos

No âmbito dos mecanismos de transparência dos atos da Administração Pública, encetaram-se todos os procedimentos de recolha, tratamento e reporte obrigatório, para ser possível a publicitação, na página eletrónica da Inspeção Geral das Finanças e sítio da Internet do Município de Estarreja, dos apoios atribuídos a favor de pessoas singulares ou coletivas dos setores privado, cooperativo e social, bem como das entidades públicas fora do perímetro do setor das administrações públicas no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, a título de subvenção pública.

As subvenções concedidas pela CME foram comunicadas à Inspeção Geral de Finanças (IGF), até ao final do mês de janeiro, em formulário próprio *online*.

Para além do preenchimento do formulário, é também necessário anexar alguns documentos de suporte referentes às subvenções, tais como a deliberação do órgão ou decisão da entidade que atribui a subvenção ou benefício; conta corrente de terceiro, lista de ordens de pagamento ou documento equivalente que demonstre as transferências efetuadas no ano a favor do beneficiário da subvenção ou do benefício público.

A Publicitação dos elementos comunicados à IGF foi efetuada na página da internet do Município no mês de fevereiro.

O mapa de monitorização do dever de informação que se encontra no **apêndice 1**, sintetiza o cumprimento das obrigações de dever de informação durante o período de estágio, e permite aferir o cumprimento dos prazos estabelecidos perante as diferentes entidades, verificando-se a inexistência de qualquer desvio ou incumprimento.

5.2.2 Obrigações declarativas – Fiscais e Contributivas

As autarquias locais estão obrigadas a prestar informações fiscais e contributivas a entidades como a Autoridade Tributária, Segurança Social, ADSE, Caixa Geral de Aposentações, entre outras.

Para além de prestar informação, existe a obrigação de entrega dos valores dos descontos obrigatórios e retenções efetuadas a funcionários, clientes ou fornecedores, bem como impostos a eles associados.

Durante o período de estágio, colaborou-se no preenchimento de algumas das informações fiscais e contributivas a prestar, bem como na entrega de valores às correspondentes entidades.

Exemplos desses deveres de comunicação e entrega são:

- IVA – Autoridade Tributária e Aduaneira (AT);
- Envio de Ficheiro de Faturação SAFT – AT;
- Declarações de retenção IRS, IRC, Imposto de Selo (IS);
- Contribuições Obrigatórias – Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações;
- Descontos Obrigatórios – ADSE;

O mapa de monitorização do dever referente às obrigações fiscais e contributivas que se encontra no **apêndice 2**, permite sintetizar o cumprimento destas obrigações durante o período de estágio, e permite aferir o cumprimento dos prazos estabelecidos perante as diferentes entidades, verificando-se a inexistência de qualquer desvio ou incumprimento.

5.2.3 Prestação de Contas – Exercício Económico 2017

Conforme o exposto no n.º 1 do artigo 76º da LFL, “os documentos de prestação de contas individuais das autarquias locais, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são apreciados pelos seus órgãos deliberativos, reunidos em sessão ordinária durante o mês de abril do ano seguinte àquele a que respeitam”.

Nesse sentido, durante parte deste período de estágio, mais concretamente nos meses de março e abril, promoveu-se à recolha e preparação da informação para a emissão e verificação dos Documentos de Prestação de Contas, incluindo a elaboração de parte da informação de análise expressa no relatório de gestão.

O Relatório de Prestação de contas é composto pelo Relatório de Gestão, Documentos de Prestação de Contas e Inventário. Encontram-se elencados no **anexo 3** os vários documentos contabilísticos e financeiros obrigatórios, que se encontram inseridos nos Documentos de Prestação de Contas.

Respeitando os normativos legais o Relatório de Prestação de Contas 2017 foi elaborado perspectivando o competente julgamento da atividade municipal, pelas entidades:

- Assembleia Municipal (Controlo Político);
- DGAL - Direção Geral da Autarquias Locais e IGF - Inspeção Geral das Finanças (Controlo Administrativo);

- Tribunal de Contas (Controlo Jurisdicional);
- Eleitores, Fornecedores, Instituições Financeiras, etc. (Controlo Social).

No âmbito da organização e elaboração do Relatório de prestação de contas, a equipa de Revisores Oficiais de Contas (ROC) desenvolveram um trabalho de estreita colaboração com a equipa da Subunidade de Contabilidade e Setor de Património na verificação dos registos contabilísticos do exercício económico 2017. A equipa de auditores externos emitiu a Certificação Legal de Contas do exercício económico 2017 arquivada junto aos Documentos de Prestação de Contas fazendo parte integrante dos mesmos.

Os documentos de prestações de contas do Município, são uma importante ferramenta para tomada de decisão, na medida em que a elaboração de informação integrada e consistente fornece aos decisores responsáveis pelo controlo das atividades financeiras, informação bastante, em diferentes perspetivas, de modo a permitir o acompanhamento contínuo e integrado da gestão orçamental e financeira das entidades autárquicas, com consequente maior responsabilização dos respetivos gestores e políticos (Fernandes, 2007).

5.2.4 LCPA – Apuramento de Fundos Disponíveis e dever de informação

A Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso foi publicada através da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, tendo já sofrido várias alterações até à sua atual redação, isto é, a 5ª versão, foi aprovada através da Lei nº 22/2015, de 17 de março.

Neste sentido, são apurados mensalmente os fundos disponíveis que são as verbas disponíveis a muito curto prazo. Incluem, de acordo com a LCPA:

- A dotação corrigida líquida de cativos, relativa aos três meses seguintes (não aplicável à Administração Local)
- As transferências ou subsídios com origem no Orçamento do Estado, relativos aos três meses seguintes;
- A receita efetiva própria que tenha sido cobrada, incluindo a receita de ativos e passivos financeiros, ou recebida como adiantamento;
- A previsão da receita efetiva própria cobrada nos três meses seguintes, incluindo a previsão de receita de ativos e passivos;
- O produto de empréstimos contraídos nos termos da lei;

- As transferências ainda não efetuadas decorrentes de programas e projetos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) cujas faturas se encontrem liquidadas, e devidamente certificadas e validadas
- Outros montantes autorizados nos termos do aumento temporário de fundos.

De salientar que a lei do orçamento de estado para 2017, veio indicar que, as entidades do subsector local devem considerar para o cálculo dos fundos disponíveis as verbas relativas aos 6 meses seguintes.

Indica também o mesmo artigo que as entidades que à data de 31 de dezembro tenham pagamentos em atraso têm como teto máximo para o cálculo da previsão da receita efetiva própria a cobrar nos seis meses seguintes, “85% da média da receita efetiva cobrada nos dois últimos nos períodos homólogo, deduzida dos montantes de receita com caráter pontual ou extraordinário.

Os Fundos Disponíveis são calculados mensalmente, através do módulo da aplicação informática em uso no Município, conforme a **figura 4**, traduzindo-se o seu valor no limite máximo de compromissos que a entidade poderá assumir nesse mês, embora, seja possível efetuar o aumento temporário dos fundos disponíveis de acordo com o definido no mesmo diploma legal.

Registro dos Fundos Disponíveis											
Ano: 2018	Mês de Reporte: JUNHO	Inserir registros	Calcular Previsão FD	Calcular Receita Efetiva	Calc. Execução Anterior	Calc. Execução Atual					
Receita - Inicial: 17.463.249,57	Atual: 17.463.249,57	Fundos Disponíveis		Inicial: 3.763.598,35	Atual: 3.427.502,99						
Compromissos-Inicial: 13.699.651,22	Atual: 14.035.746,58										
Detalhe do Registro dos Fundos Disponíveis											
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	
Transferências ou subsídios com ori	577.917,00	577.917,00	577.917,00	577.917,00	577.917,00	577.919,25	577.919,25	577.919,25	577.919,25	577.919,25	
Receita efetiva própria	656.896,46	364.293,89	360.136,42	311.643,24	1784594,38						
Receita extraordinária (a abater)											
Previsão da receita efetiva própria						341.492,56	277.922,91	957.041,02	353.763,11	228.544,58	
Produto de empréstimos											
Ativos e outros Passivos Financeiro											
Previsão de ativos e outros passivo											
Transferências do QREN											
Correções por recebimento efetivo											
De aplicações de saldos de gerência	5335110,55										
Recebimentos em atraso integrados e											
Fundos Disponíveis-Subtotal - Inicial	6569924,01	942.210,89	938.053,42	889.560,24	2362511,38	919.411,81	855.842,16	1534960,27	931.682,36	806.463,83	
Fundos Disponíveis-Subtotal - Atual	6569924,01	942.210,89	938.053,42	889.560,24	2362511,38	919.411,81	855.842,16	1534960,27	931.682,36	806.463,83	
Comp. Assum. em Reportes Anteriores	1974289,80	1345085,97	1873973,24	1682362,67	3794444,08	796.114,78	543.312,13	320.642,89	376.727,16	401.901,19	
Comp. rep. Ant.-ART8MP-Execução	264.426,25	300.692,59	299.012,77	291.200,06	531.553,59						
Comp. rep. Ant.-ART8MP-Previsão pa	48.923,07	3.627,43	19.997,42	6.809,18	72.929,58	713.204,07	403.986,97	312.986,71	369.003,48	358.026,41	
Comp. rep. Ant.-ART8MI-Execução	490.790,20	677.849,68	788.644,08	660.002,85	742.331,48						
Comp. rep. Ant.-ARTMI-Previsão pag	1170150,28	362.916,27	766.318,97	724.350,58	2447629,43	82.910,71	139.325,16	7.656,18	7.723,68	43.874,78	
Compromissos de N+1											
Comp. Assum. no Reporte Atual						336.095,36					
Comp. rep. Atual-ART8MP-Previsão p											
Comp. rep. Atual-ARTMI-Previsão pa						336.095,36					
Pagamentos em reportes anteriores	755.216,45	978.542,27	1087656,85	951.202,91	1273885,07						

Figura 4 – Print do ecrã de cálculo dos Fundos Disponíveis – Sistema de Contabilidade Autárquica

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica

De acordo com o estabelecido na LCPA, as entidades devem determinar os fundos disponíveis até ao quinto dia útil de cada mês; esse cálculo deverá ser feito de acordo com o preceituado no artigo 5º do mesmo diploma legal e é aplicável a todas as

entidades, independentemente de estarem ou não obrigadas ao registo e reporte da informação.

O cálculo dos fundos disponíveis é de vital importância pois só assim poderá ser aferido o cumprimento da regra fundamental de não assunção de compromissos que excedam os fundos disponíveis.

Durante o período de estágio, no âmbito da LCPA, foram calculados mensalmente até ao dia 5 o valor dos fundos disponíveis bem como, efetuado o devido registo no suporte informático da DGAL, até ao 10º dia útil do mês seguinte a que se reporta a informação, dos seguintes elementos:

- A receita a cobrar ou a receber para o conjunto do ano, especificada por meses; no caso da receita cobrada deverá ser registada a receita efetivamente cobrada;
- Os fundos disponíveis;
- Os compromissos assumidos;
- O saldo inicial das contas a pagar; o movimento mensal e o saldo das contas a pagar a transitar para o mês seguinte;
- Os pagamentos em atraso.

Ainda no âmbito da LCPA e dentro dos procedimentos operacionais de planeamento de despesas e gestão financeira, procede-se, com uma periodicidade semanal, ao enquadramento das Propostas de Realização de Despesa Pública (PRDP's) emitidas pelos diversos serviços requisitantes, em sede de Fundos Disponíveis como um primeiro teste às exigências legais e premissas da LCPA, verificando mesmo antes de ocorrer o cabimento se existirão fundos disponíveis para o processo de despesa ser cabimentado e comprometido.

No quadro 16, encontram-se elencadas as informações internas emitidas com o enquadramento das propostas de despesa no âmbito da LCPA, durante o período de estágio:

Quadro 16 – Enquadramento de Propostas de despesa no âmbito da LCPA

LISTA DE PRDP's - Propostas de Despesa/Cabimentos				
	Inf Interna	Data	Valor Apurado	Validação superior
fev/18	18/SCONT	08/02/2018	137 514,09 €	08/02/2018
fev/18	19/SCONT	15/02/2018	96 976,09 €	15/02/2018
fev/18	20/SCONT	22/02/2018	115 388,40 €	23/02/2018
fev/18	22/SCONT	27/02/2018	202 005,62 €	28/02/2018
mar/18	24/SCONT	05/03/2018	171 980,88 €	06/03/2018
mar/18	26/SCONT	14/03/2018	331 024,01 €	15/03/2018
mar/18	27/SCONT	20/03/2018	1 980 844,37 €	20/03/2018
mar/18	28/SCONT	28/03/2018	317 788,27 €	28/03/2018
abr/18	33/SCONT	12/04/2018	90 189,59 €	12/04/2018
abr/18	34/SCONT	17/04/2018	39 741,15 €	18/04/2018
mai/18	37/SCONT	02/05/2018	218 443,72 €	03/05/2018
mai/18	38/SCONT	10/05/2018	398 033,76 €	10/05/2018
mai/18	41/SCONT	16/05/2018	155 940,20 €	16/05/2018
mai/18	44/SCONT	29/05/2018	390 071,75 €	04/06/2018
jun/18	46/SCONT	04/06/2018	106 767,32 €	04/06/2018
jun/18	48/SCONT	06/06/2018	44 487,91 €	06/06/2018
jun/18	49/SCONT	15/06/2018	247 128,46 €	15/06/2018

Fonte: Elaboração Própria

5.2.5 Execução Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal

O acompanhamento da execução orçamental é efetuado através da verificação dos registos associados a algumas fases da despesa, nomeadamente, no processo de cabimentação e no processo de atribuição de compromissos. São ainda integrantes das fases da despesa o processamento, a autorização de pagamento e o pagamento.

Parte das fases da despesa mencionadas têm reflexo nos registos contabilísticos, realizados na aplicação informática, dos quais se extraem os dados necessários para reportar à DGAL, nomeadamente, os compromissos assumidos, saldo inicial das contas a pagar, respetivo movimento mensal e saldos das contas a pagar a transitar para o mês seguinte, assim como os pagamentos em atraso.

Com vista ao acompanhamento e monitorização da execução do Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano, durante o período de estágio, foram elaborados relatórios de acompanhamento financeiro trimestrais, com indicadores de execução orçamental, permitindo aferir os níveis de execução e as necessidades de eventuais alterações orçamentais, para fazer face às necessidades não programadas do Município.

Estes relatórios comportam a execução das receitas, despesas, Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades. Através destes relatórios, remetidos à Chefe da Divisão Económica e Financeira, é elaborada uma informação resumo, conforme a que consta do **anexo 4**, a enviar ao executivo municipal, a fim de ser possível definir estratégias de ação a curto prazo, e determinar a necessidade de alterações orçamentais.

As alterações orçamentais constituem um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à execução orçamental ocorrendo a despesas inadiáveis, não previsíveis ou insuficientemente dotadas, ou receitas imprevistas. As alterações orçamentais podem ser modificativas ou permutativas, assumindo a forma de inscrição ou reforço, anulação ou diminuição.

Durante o primeiro semestre de 2018 foram efetuadas as seguintes alterações orçamentais:

Quadro 17 – Alterações Orçamentais – 1º Semestre 2018

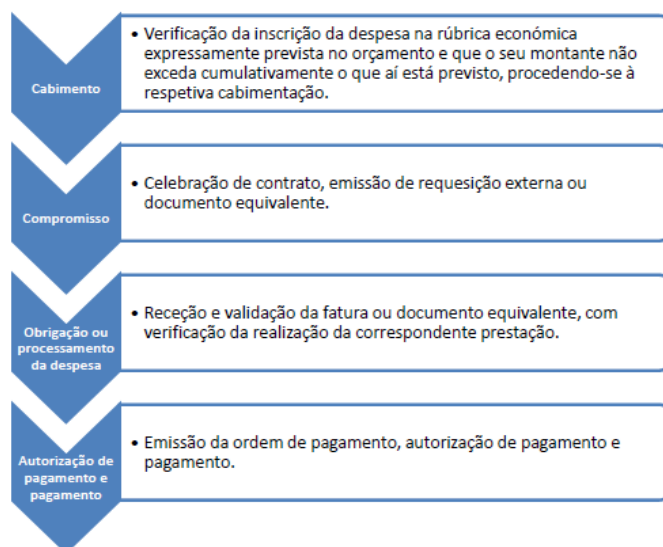
NATUREZA DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS		
	Permutativas	Modificativas
Orçamento da Receita	4	1
Orçamento da Despesa	6	1
Plano Plurianual de Investimentos	6	1
Plano de Atividades Municipais	6	0

Fonte: Elaboração Própria

5.2.6 Cabimentos / Compromissos / Tratamento de Faturas e Pagamentos

Outro dos trabalhos desenvolvidos ao longo do estágio esteve relacionado com o tratamento da despesa do município, nas suas diferentes fases desde o cabimento ao pagamento das despesas. De notar que, conforme referido no ponto 5.2.4. deste relatório, era previamente aferida a disponibilidade da verba a cabimentar aquando da elaboração do mapa semanal das propostas de despesa para enquadramento em sede da LCPA.

Estas tarefas fazem parte do ciclo da despesa que é composto pelas fases apresentadas na **Figura 5**.



Fonte: Carvalho et al. (2006, p.103-104)

Figura 5 – Fases da despesa

Para além de fazer a cabimentação e compromisso de despesas, também se procedeu ao lançamento de faturas e a emissão das respetivas Ordens de Pagamento, desta forma percorrendo todas as fases da realização da despesa.

Ainda no âmbito das fases da despesa, durante o presente estágio levou-se a cabo o trabalho de controlo dos cabimentos e compromissos e gestão dos seus remanescentes, com base em mapas da aplicação do sistema de contabilidade autárquica, de requisições externas por faturar e propostas de cabimento por requisitar. Procedeu-se à identificação de possíveis estornos associados a valores remanescentes de fornecimentos de carácter contínuo, cujas adjudicações são feitas em valores estimados, dependentes do seu consumo efetivo (consumo de eletricidade, água, gás, seguros, combustíveis, comunicações, refeições escolares, transportes escolares, fornecimento de matérias-primas, material de escritório...). Este procedimento permitiu evitar modificações orçamentais bem como a cativação de verbas orçamentais desnecessárias que comprometem a utilização de fundos disponíveis.

No **apêndice 3** pode encontra-se um exemplo do mapa resumo dos Requisições Externas de Despesa e Requisições Contabilísticas, que representam compromissos efetuados e que foram periodicamente alvo de análise durante o período de estágio, aferindo junto dos vários setores do Município a necessidade da sua manutenção ou, caso se justifique o seu estorno a fim de libertar verba para novos compromissos.

5.2.7 Contabilidade de Gestão

De um modo geral, a Contabilidade de Gestão, por um lado, facilita o conhecimento da realidade económica e técnica das entidades, a fim de efetuar um adequado controlo de gestão autárquica e, por outro lado, fornece informação económica de carácter analítico, auxiliando no processo de planificação e tomada de decisão dos dirigentes autárquicos.

Encontrando-se o Município de Estarreja com a contabilidade de gestão parcialmente em funcionamento, durante o período de estágio, foram realizadas algumas tarefas relacionadas com esta temática, nomeadamente de registo e imputação de gastos, bem como criação de processos e fichas de atividade.

Através da aplicação informática de contabilidade de custos/gestão, são criados processos aos quais são associadas fichas por cada atividade desenvolvida pelo Município, conforme **figura 6**.

Ficha de Actividade

N.º do Processo : 17.18 | Divisão Económica e Financeira - Subunidade de c
 N.º da Ficha : 1 | Estado : PARA EXECUÇÃO | Abertura : 2018/01/05 | andreo11
 Modificação :
 Serv. Responsável : 20401 | SUBUNIDADE DE CONTABILIDADE | Programada : ? NÃO
 Funcionário Resp. : 3315 | ANDRE FILIPE VALENTE OLIVEIRA | Urgente : ? NÃO
 Serv. Requisitante : 20401 | SUBUNIDADE DE CONTABILIDADE | Data do Pedido :
 Entidade Externa : | Subunidade de Contabilidade | Data Solicitada :
 Agrupamento : 1.1.1.1.3.001. | Subunidade de Contabilidade | Data Acordada :
 Classificação co : | Data de Início : 2018/01/05
 Tipo de Actividade : | Data de Conclusão :
 Descrição : MATERIAL DE ESCRITÓRIO - SUBUNIDADE DE CONTABILIDADE 2018 | Duração : Dias
 Local : | Dias Efectivos : Dias
 Freguesia : 01|08|8 | Freguesia de Beduido e Veiros | Ir para :
 Classificação POCAL :
 Identificação do Projecto/Ação :
 Ano: | Número: | Tipo: |
 Analítica : 91.1.9.4.02 |
 ORÇAMENTAÇÃO :
 Mão-Obra : | AFECAÇÃO : | DESVIO :
 Materiais : | 542,44 | %
 Máquinas : | %
 Outros Custos : | %
 Indirectos : | %
 Totais : | 542,44 | %
 Opciones :
 Criar Processo :
 Observações :
 Atribuir Equipa :
 Registo de Medições :
 Imprimir Ficha :
 Sigma-Flow :
 %

Figura 6 – Print de Ficha de Actividade

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica

Desta forma, é possível imputar os gastos às respetivas atividades de forma rápida e eficaz. Cada serviço inicia o processo de despesa através da correspondente ficha de atividade, permitindo assim, em cada momento, obter relatórios dos gastos por setor e/ou por atividade desenvolvida, conforme **figura 7**.

Consulta de Afectações de Custo									
Ano/Área : 2018 / ARM	Processo : 17.18	Distrito : 01 AVEIRO							
Mês : 05	OT Nº. : 1	Concelho : 08 ESTARREJA							
Conferido em: 2018/05/25		Freguesia: 8 Freguesia de Beduido e ve							
Serviço Responsável : 20401	SUBUNIDADE DE CONTABILIDADE	Afectação: Artigos Existências							
Agrupamento : 1.1.1.1.3.001.		Tipo : Entregas							
Centro Custo:									
Data	C. Custo	Analítica	Atividade	Agrupamento	Conta	Material/Serviço	Custo Unit.	QTD.	TOTAL
2018/03/16	017.18A1	91.1.9.4.02	MATERIAL DE ESCRITOR	Subunidade de Contab	61.6.3.02	Correctores de Fita	1,78	3.00	5,35
2018/03/16	017.18A1	91.1.9.4.02	MATERIAL DE ESCRITOR	Subunidade de Contab	61.6.3.02	C.M.E.- Mod.5241-imp	0,02	1000.0	22,14
2018/02/21	017.18A1	91.1.9.4.02	MATERIAL DE ESCRITOR	Subunidade de Contab	61.6.3.02	Agrafes Tipo RAPID 2	2,67	2.00	5,33
2018/02/21	017.18A1	91.1.9.4.02	MATERIAL DE ESCRITOR	Subunidade de Contab	61.6.3.02	Marcadores Texto Ver	0,27	1.00	0,27
2018/02/21	017.18A1	91.1.9.4.02	MATERIAL DE ESCRITOR	Subunidade de Contab	61.6.3.02	Marcadores Texto Ama	0,16	1.00	0,16
2018/02/21	017.18A1	91.1.9.4.02	MATERIAL DE ESCRITOR	Subunidade de Contab	61.6.3.02	Pastas Arquivo Ref#1	0,96	6.00	5,75
2018/05/25	017.18A1	91.1.9.4.02	MATERIAL DE ESCRITOR	Subunidade de Contab	61.6.3.02	Bolsas Catalogo Mult	0,03	10.00	0,34
2018/05/25	017.18A1	91.1.9.4.02	MATERIAL DE ESCRITOR	Subunidade de Contab	61.6.3.02	Papel Fotocópia Bran	2,46	5.00	12,29
2018/05/25	017.18A1	91.1.9.4.02	MATERIAL DE ESCRITOR	Subunidade de Contab	61.6.3.02	(Post-its)-Blocos No	0,06	4.00	0,26
2018/05/25	017.18A1	91.1.9.4.02	MATERIAL DE ESCRITOR	Subunidade de Contab	61.6.3.02	Papel Maquina de Cal	0,26	3.00	0,77
2018/05/25	017.18A1	91.1.9.4.02	MATERIAL DE ESCRITOR	Subunidade de Contab	61.6.3.02	Separadores em carto	0,03	50.00	1,65
ver Total									606,73

Figura 7 – Print relatório por atividade

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica

Durante o período de estágio, foram também efetuadas algumas melhorias ao nível da informação carregada na aplicação, nomeadamente através do trabalho em colaboração com os diversos serviços municipais, para sensibilização da correta e apropriada imputação de gastos, permitindo assegurar a fiabilidade da informação da contabilidade de gestão do Município.

Nesta área da contabilidade de gestão, encontram-se ainda por desenvolver algumas vertentes da aplicação informática, podendo indicar-se como oportunidades de melhoria, principalmente no que diz respeito à imputação dos gastos com mão-de-obra e a exportação de relatórios finais de atividade com informação mais completa e de fácil leitura.

Sem dúvida que, o contacto e trabalho direto com a contabilidade de gestão, permitiu compreender que a informação proveniente desta área é de extrema utilidade no contexto da compreensão das atividades levadas a cabo pelo Município e do esforço económico que as mesmas representam. Os indicadores económico-financeiros permitem ao Executivo Municipal tomar decisões, de forma mais adequada, tendo em conta a realidade do Município.

5.2.8 Revisão da Norma de Controlo Interno

O Controlo Interno de uma instituição tem por base a existência de um plano e sistemas coordenados, com o objetivo de garantir o cumprimento das finalidades a que a instituição se propõe, aperfeiçoando a gestão do risco e maximizando o desempenho da entidade.

Num Município, o Controlo Interno resulta do processo levado a cabo pela gestão e todos os recursos humanos, com o propósito de garantir segurança razoável à organização, com vista a atingir aqueles que são os seus objetivos no que se refere à eficácia e eficiência das operações, à fiabilidade do relato financeiro e à conformidade com leis e regulamentos.

De modo a existir uma segurança razoável na prevenção, limitação e deteção de erros e irregularidades é necessário que a Norma de Controlo Interno esteja adequado à Organização, no entanto, por mais completo que seja, nunca fica totalmente garantida a integridade e exatidão dos registos contabilísticos (Marçal e Marques, 2011). Por outras palavras não é possível garantir uma segurança absoluta.

No seguimento do exposto, e devido à premente necessidade de revisão da Norma de Controlo Interno em vigor no Município de Estarreja, aprovada em 2002, foi estabelecido como um dos objetivos para o presente estágio, a revisão da Norma de Controlo Interno do Município de Estarreja.

Durante o presente estágio, encetaram-se pesquisas da necessária legislação e bibliografia com vista à obtenção de elementos necessários à revisão da Norma, adaptando-a aos normativos legais em vigor atualmente, e adequando-a à realidade atual do Município.

No final do estágio, foi apresentada à Chefe da Divisão Económica e Financeira uma proposta de Norma de Controlo Interno para o Município de Estarreja.

5.2.9 Sistema de Gestão da Qualidade – Elaboração de Procedimentos

O Município de Estarreja encontra-se abrangido por uma Política de Qualidade aprovada a 19 de maio de 2005.

A obtenção da qualidade nas atividades desenvolvidas e nos serviços prestados aos Municípios pela Câmara Municipal de Estarreja é um compromisso assumido e partilhado pelos Eleitos e por todos os Funcionários da Autarquia, mediante a aplicação dos princípios de serviço público e os conceitos de trabalho em equipa e dos processos de melhoria contínua.

Através da qualificação, sensibilização e motivação dos funcionários para a excelência do Serviço Público e na orientação da gestão pelos princípios do desenvolvimento sustentável, e no respeito pelos valores do Estado de Direito Democrático, o objetivo da política de qualidade definida é oferecer aos Municípios serviços que satisfaçam as suas

necessidades e expectativas, acrescentando continuamente valor aos padrões globais da Qualidade de Vida.

Assim, e uma vez que o Município de Estarreja se encontra a desenvolver um processo de reestruturação do sistema da qualidade, que irá ser submetido a uma nova auditoria externa de certificação da qualidade, cada setor do Município foi incumbido de rever os seus documentos de suporte ao processo de qualidade.

No que diz respeito à Subunidade de Contabilidade, existem os Procedimentos de Qualidade, que são documentos de trabalho sobre áreas específicas de trabalho, que elencam a legislação, modelos utilizados e as várias tarefas e procedimentos necessários.

Durante o período de estágio, foram elaborados Procedimentos de Qualidade de diversas áreas, como é o caso do Processamento da Receita e da Gestão Orçamental. Estes Procedimentos encontram-se nos **apêndices 4 e 5**.

5.2.10 Procedimentos de preparação para a transição POCAL => SNC-AP

Conforme já referido no presente relatório, o DL n.º 192/2015 publicado em 11 de setembro de 2015 veio aprovar o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), que previa a aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2017.

No entanto, e por força dos adiamentos verificados⁴, a entrada em vigor do diploma ocorrerá a 1 de janeiro de 2019.

Neste seguimento, importa continuar os trabalhos de adaptação e preparação dos elementos necessários a uma adequada transição do POCAL para o SNC-AP, tendo sido um dos objetivos definidos para o presente estágio.

De acordo com o Manual de Implementação do SNC-AP, elaborado pela Comissão de Normalização Contabilística, todas as entidades públicas devem assegurar as condições e tomar as decisões necessárias para a transição para o SNC-AP, nomeadamente:

⁴ Decreto-Lei n.º 85/2016 de 21 de dezembro vem adiar para 1 de janeiro de 2018, o início de vigência do SNC-AP, e posteriormente, o DL 33/2018 – Decreto de Execução Orçamental 2018, publicado em 15 de maio, prorroga por mais um ano a sua entrada em vigor.

- Reconhecer todos os ativos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas Normas de Contabilidade Pública;
- Reconhecer itens como ativos apenas se os mesmos forem permitidos pelas Normas de Contabilidade Pública;
- Reclassificar itens que foram reconhecidos de acordo com o POCAL, numa categoria, mas de acordo com as Normas de Contabilidade Pública pertencem a outra categoria;
- Aplicar as Normas de Contabilidade Pública na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.

No âmbito dos procedimentos de transição importa ainda efetuar os ajustamentos resultantes da mudança de políticas contabilísticas que devem ser reconhecidos no saldo de resultados transitados no período em que os itens são reconhecidos e mensurados, reconhecendo também os correspondentes ajustamentos no período comparativo anterior.

Atendendo a que o SNC-AP entrará em vigor em 2019 (por força dos adiamentos verificados), ainda não existem estudos científicos relevantes relativos à transição para SNC-AP no que respeita ao impacto nas demonstrações financeiras. Há alguns estudos normativos que visavam antecipar alguns impactos nomeadamente:

- Gonçalves e Quinaz (2013) antecipavam eventuais impactos da adoção do referencial das IPSAS (por exemplo: ao nível do reconhecimento de imparidades, em ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, provisões para processos judiciais em curso, planos de reestruturação e contratos onerosos, realização de contas a receber e inventários e mensuração ao justo valor).
- Carvalho e Carreira (2016) antecipavam alguns impactos do novo modelo contabilístico (SNC-AP) nas contas das autarquias locais: nos Ativos fixos tangíveis, as autarquias que ainda não tenham inventariado todos os ativos que devam ser reconhecidos têm de, na transição, reconhecer e mensurar esses ativos. Existem autarquias que ainda não reconheceram no seu balanço alguns bens, em especial os do domínio público; nos Ativos intangíveis, poucos poderão ser mantidos como ativos intangíveis.

A literatura relevante existente relativa a estudos da transição no setor público é essencialmente referente a estudos de transição do regime de contabilidade de caixa para o regime de contabilidade de acréscimo. Sendo que nos encontramos perante uma

reforma do regime da contabilidade de acréscimo, estes estudos não nos permitem criar expectativas para os impactos apresentados pelas entidades que vão passar a efetuar a prestação de contas com base no normativo SNC-AP.

A implementação do SNC-AP configura, também, um desafio na gestão da mudança ao nível da liderança e no envolvimento dos dirigentes, a quem é necessário sensibilizar quanto à importância e utilidade do novo sistema contabilístico, promovendo o seu envolvimento ativo no processo de transição.

Neste seguimento e face à aproximação da entrada em vigor do SNC-AP em 1 de janeiro de 2019, durante o período de estágio foram levados a cabo alguns procedimentos de planeamento, adaptação e transição para o SNC-AP, nomeadamente:

- Estabelecimento de equivalências do atual plano de contas para o Plano de Contas Multidimensional, em SNC-AP, sendo que o plano de contas multidimensional (PCM) deverá ser ajustado/desagregado de acordo com as necessidades atuais e eventualmente futuras, com a atenção que deve ser cumprida a estrutura do plano de contas do manual de implementação e que a incorporação de novos códigos de contas no plano de contas só poderá ser efetuada mediante proposta submetida à Comissão de Normalização Contabilística e por esta aceite. Esta tarefa foi realizada com um procedimento automático de execução das equivalências, através do quadro que se encontra no **apêndice 6**;
- Correspondência entre os códigos de inventário de ativos do atual Cadastro de Inventário de Bens do Estado (CIBE) para os códigos constantes do classificador complementar 2, tendo em conta tipologia de bens e direitos, para efeitos de cadastro e cálculo das depreciações e amortizações;
- A introdução da substância sobre a forma como característica qualitativa implícita das demonstrações financeiras leva à necessidade de trabalhar a matéria de desreconhecimento de ativos fixos tangíveis que levará à revisão de contratos (de comodato, de constituição de direito de superfície e interadministrativos) de modo a avaliar os indicadores de controlo. Para tal, foi utilizado o mapa que consta do **apêndice 7**, para realizar a reavaliação de todos os imóveis do Município no âmbito da NCP- 5 Ativos Fixos Tangíveis, aferindo se cumprem os requisitos de reconhecimento como ativos, ou, se devem ser desreconhecidos;

- Análise de todos os imóveis do Município, a fim de lhe atribuir uma tipologia, quanto ao seu fim ou utilização (Ativos Fixos Tangíveis; Propriedades de Investimento ou Inventários);
- Revisão das parametrizações do Sistema Informático de Contabilidade Autárquica, efetuando as propostas de ajustes ao nível de tipos de receita e de despesa.

A nível operacional, tendo em vista a necessidade de readequação do sistema informático, de dotar as pessoas com as qualificações necessárias para fazer face às exigências do novo normativo e de revisão do controlo interno no sentido de garantir a tempestividade e oportunidade da informação, foram contratados serviços da *softwarehouse* com quem atualmente o Município trabalha (Medidata) no sentido de readaptar sistemas informáticos e proporcionar ações de formação internas promovidas pelo consultor contratado e direcionadas para as necessidades do Município.

Neste processo de transição, a formação e atualização dos técnicos envolvidos é um fator potenciador do sucesso, na medida em que permite aperfeiçoar e obter um maior nível de especialização na área da contabilidade pública. Assim, durante o período de estágio foi possível participar na formação *online* em formato *e-learning*, proporcionada pela Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas, com 39 módulos com conteúdos relativos aos SNC-AP. Periodicamente, eram realizados questionários respeitantes a cada módulo, permitindo aferir o grau de aquisição de conhecimentos sobre cada tema. Considero de elevada importância esta iniciativa de proporcionar formação aos técnicos das entidades públicas, sendo uma poderosa ferramenta de atualização de conhecimentos, uma vez que este novo normativo contabilístico altera o paradigma da contabilidade pública.

Em todas as frentes de ação, a preparação da transição de POCAL para SNC-AP envolveu assim, um conjunto de motivações e preocupações de foro contabilístico e operacional, que levaram ao desenvolvimento dos procedimentos de transição anteriormente descritos, com especial enfoque: nos impactos do novo normativo nas demonstrações financeiras, nos processos, nas pessoas e nos sistemas informáticos.

CONCLUSÃO

Com o SNC-AP, assistimos a uma grande reforma na contabilidade pública portuguesa, com a revogação do POCP e dos planos setoriais derivados, de entre os quais o POCAL. Até à aprovação deste novo normativo, a contabilidade pública encontrava-se afastada da contabilidade privada, que desde 2010, segue o SNC, tinha terminologia diferente, critérios de reconhecimento e de mensuração diferentes e havia dificuldades na consolidação dos grupos públicos.

Este novo normativo apresenta normas específicas para os três subsistemas contabilísticos: vinte e cinco normas para a contabilidade financeira, inspiradas nas normas internacionais de contabilidade pública e duas normas inovadoras, uma para a contabilidade orçamental e outra para a contabilidade de gestão.

Neste seguimento, o SNC-AP vem contribuir para a melhoria da informação contabilística, porque introduz a estrutura concetual, para a contabilidade financeira, onde encontramos definidos os conceitos que devem estar presentes no desenvolvimento das normas de contabilidade pública, aplicáveis à preparação e apresentação dos diversos documentos de prestação de contas, o que vem colmatar as carências concetuais existentes no POCAL, uma vez que este plano apenas menciona as demonstrações financeiras e os elementos que as compunham.

Este novo normativo contabilístico apresenta algumas alterações nos modelos das demonstrações de execução orçamental e nos modelos das demonstrações financeiras, o que contribui para a melhoria da informação contabilística. Apresenta um PCM, que elimina a existência de muitas contas para o mesmo registo e a divergência entre o classificador económico e patrimonial.

A entrada em vigor do SNC-AP, é um aspeto facilitador do processo de consolidação de contas, em que no perímetro de consolidação existam entidades sujeitas ao SNC e outras sujeitas ao SNC-AP, já que apresenta regras de consolidação de contas mais adequadas e harmonizadas com o SNC, o que contribuirá para uma melhor avaliação do desempenho e da posição financeira do grupo das entidades.

No que concerne às normas analisadas no presente relatório, referentes ao subsistema da contabilidade financeira, encontramos algumas diferenças entre o SNC-AP e o POCAL. Podemos destacar, em termos genéricos, a definição de todos os elementos das

demonstrações financeiras (Ativos; Passivos; Rendimentos; Gastos; Contribuições para o património líquido; Distribuições do património líquido) e a apresentação dos seus critérios de reconhecimento e a sua relação com as divulgações e as bases de mensuração para todos esses elementos, o que não acontecia no POCAL, onde encontrávamos apenas os critérios de valorimetria e notas explicativas de algumas contas.

Relativamente aos objetivos do estágio, não só foram cumpridos como claramente superados. Todo o trabalho realizado durante o estágio foi fortemente profícuo para o aperfeiçoamento como profissional, sendo expectável a sua continuidade.

Limitações: Durante a realização do estágio, pode ser definida como a tarefa mais complexa e que envolveu maior necessidade de pesquisa e volume de trabalho, a preparação da transição de POCAL para SNC-AP que representou, assim, um conjunto de motivações e preocupações de foro contabilístico e operacional, nomeadamente: impactos do novo normativo nas demonstrações financeiras, nos processos, nas pessoas e nos sistemas informáticos. O Município de Estarreja, encontra-se empenhado em cumprir as regras e recomendações/orientações dos organismos com vista a garantir a transparência nos processos e nos resultados.

A falta de estudos sobre esta temática dos impactos da transição entre os normativos contabilísticos, pode ser apontada como uma das principais limitações associadas ao presente estágio.

Investigações futuras: Estas limitações deixam em aberto a necessidade de um novo estudo sobre as implicações deste diploma legal, nomeadamente estudar os impactos da adoção do SNC-AP e demonstrar a forma como estes poderiam ser previamente geridos e previstos, aferindo se as dificuldades e preocupações sentidas, se verificaram aquando da adoção do SNC-AP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, J.M., & Marques, M.C. (2002). *A Contabilidade Pública em Portugal: da Monarquia (1761) à II República (2002)*. Revista Economia Global e Gestão do ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
- Blondal, J. (2003). *Accrual Accounting and Budgeting: Key Issues and Recent Developments*. OECD Journal on Budgeting, 3(1): 43–59
- Caiado, A. e Pinto, A., (2002), *Manual do Plano Oficial de Contabilidade Pública*, Áreas Editora
- Caiado, A. (2009). *Contabilidade Analítica e de Gestão* (5a Edição). Lisboa: Áreas Editora
- Carvalho A., Carreira J. (2016), *Considerações sobre o impacto do novo modelo contabilístico (SNC-AP) nas contas das autarquias locais*, XVII Encontro AECA, disponível em [http:// www.xviiencuentroaeca.ipb.pt/docs/artigos/59f.pdf](http://www.xviiencuentroaeca.ipb.pt/docs/artigos/59f.pdf)
- Carvalho, J. B., Fernandes, M. J., Camões, P. & Jorge, S. (2016) *Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses (2016)*. Ordem dos Contabilistas Certificados. ISSN 2182-5564
- Cravo, Domingos José da Silva, (1994). *Contingências e Demonstrações Financeiras*, V Jornadas de Contabilidade, Porto: 519-536;
- Cohen, S. (2009). *Cash versus Accrual Accounting Measures in Greek Municipalities: Proxies or Not for Decision-Making?* (October 18, 2009). Disponível em SSRN <http://ssrn.com/abstract=1031089>
- Fernandes, M. (2007). *Contribuição da Informação Contabilística para a Tomada de Decisão na Administração Pública Autárquica: Controlo do Endividamento Líquido*. *Polytechnical Studies Review*, 5(8): 67–96.
- Gonçalves, A. e Quinaz, L. (2013) *Contabilidade nas entidades do setor público*, Revista OROC (Revisores e Auditores) nº 63, edição de dezembro 2013, p. 43-55
- Instituto Nacional de Estatística. (2011). *Censos 2011 Resultados Definitivos* –. Acedido a 04 de junho de 2018, disponível em <https://www.ine.pt/>.
- Jackson, Scott B. (2008). *The Effect of Firms' Depreciation Method Choice on Managers' Capital Investment Decisions*. *The Accounting Review* 83, nº 2: 351-376.
- Jesus, M. (2010). *A Contabilidade Pública e a Contabilidade nacional: principais divergências e implicações no défice público em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Jones, R. & Pendlebury, M. (2000). *Public Sector Accounting*. 5th Ed. London: Pitman Publishing.

- Jordan, H., Neves, J. e Rodrigues, J. A. (2011). *O controlo de gestão – ao serviço da estratégia e dos gestores*, 9 Edição, Áreas Editora.
- Jorge, S. (2003). *Local Government Accounting in Portugal in Comparative International Perspective*. PhD Thesis. Birmingham: The University of Birmingham.
- Kang, Sok-Hyon & Zhao, Yuping. (2010). *Information Content and Value Relevance of Depreciation: A Cross-Industry Analysis*. The Accounting Review 85, no1: 227-260.
- Kober, R.; Lee, J. & Ng, J. (2010). *Mind your Accruals: Perceived Usefulness of Financial Information in the Australian Public Sector under Different Accounting Systems*. Financial Accountability & Management, 26(3): 267–298.
- Lapsley, I. (2009). *New Public Management: The Cruellest Invention of the Human Spirit? Abacus*, 45(1): 1–21.
- Lev, Baruch. (2001) *Intangibles: management and reporting*. Washington: Brookings.
- Manual de Implementação do SNC-AP (2017) – Comissão de Normalização Contabilística
- Marçal, Nelson e Marques, Fernando Luís (2011). *Manual de Auditoria e Controlo Interno no Sector Público*. 1.^a edição, Lisboa: Edições Sílabo.
- Marques, Maria da Conceição da Costa. (2002). *Prestação de Contas no Setor Público*. Lisboa: DisLivro.
- Marques, Maria da Conceição da Costa. (2003). Tendências recentes de abordagem à Contabilidade Pública em Portugal. *Revista de Contabilidade e Finanças da USP – Universidade de S. Paulo, Brasil*, 31.
- Martins, M. e Rodrigues, L. (2004). *O Custeio Baseado em Atividades (ABC): Implementação em PME*, Plublisher Team;
- Monteiro, António (2016) - *Os desafios do SNC-AP*. Revisores & Auditores. 42-47.
- Morais, Georgina e Martins, Isabel (2013). *Auditoria Interna – Função e Processo*. 4.^a edição, Lisboa: Áreas Editora.
- Pereira, C., & Franco, V. (1994). *Contabilidade Analítica*. Lisboa: Rei dos Livros.
- Pinheiro, Joaquim Leite (2014). *Auditoria Interna – Auditoria Operacional*. 3.^a edição, Lisboa: Rei dos Livros.
- Relatório de Gestão - Prestação de Contas do Município de Estarreja (2017)
- Rodrigues, João (2010); *SNC Explicado*; Porto Editora

- Rodrigues, J., & Reis, H. (2015). *Gestão Orçamental* (2a Edição). Lisboa: Escolar Editora.
- Sousa, Alfredo José de (1999), *Manual de Auditoria e de Procedimentos – Tribunal de Contas*. Volume I.
- Teixeira, A. B. D. (2009). *A Contabilidade Como Sistema De Informação Nas Instituições Do Ensino Superior Público Em Portugal – O Caso Da Escola Superior De Ciências Empresariais*, Doutoramento Em Gestão Especialidade – Contabilidade.
- Upton, Wayne S. (2001) *Business and Financial Reporting, Challenges from the New Economy*. *Financial Accounting Series - Special Report*. FASB. USA.
- Vela, J. (1992). *Concepto y Principios de Contabilidad Pública*. Instituto de Contabilidad y Auditoría de Cuentas. Ministerio de Economía y Hacienda: Madrid.

LEGISLAÇÃO

- **Carta Europeia da Autonomia Local**, concluída em Estrasburgo a 15 de outubro de 1985, ratificada pela Assembleia da República de Portugal através da Resolução da A.R. nº 28/90, publicada em Diário da República em 23 de outubro de 1990 – Consagra o princípio da autonomia local ao nível europeu, reconhecendo a importância das Autarquias Locais para o desenvolvimento das suas populações
- **Constituição da República de 1976**
- **Dec. Lei nº 31095, de 31 de dezembro de 1940** – Aprova o Código Administrativo de 1940
- **Dec. Lei nº 243/79, de 25 de julho** – Estabelece as regras a que devem obedecer o Orçamento e as contas das Autarquias Locais
- **Dec. Lei nº 341/83, de 21 de julho** – Determina o modelo orçamental e contabilístico das autarquias locais
- **Dec. Lei nº 98/84, de 29 de março** – Aprova o novo regime das Finanças Locais
- **Dec. Lei nº 226/93, de 22 de junho** – Estabelece o novo regime de contabilidade dos serviços municipalizados e das federações de municípios
- **Dec. Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro** - Aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, estabelecendo os princípios orçamentais e contabilísticos e os de controlo interno, as regras previsionais, os critérios de valorimetria, o balanço, a demonstração de resultados, os documentos previsionais e os de prestação de contas
- **Dec. Lei nº 26/2002, de 14 de fevereiro** – Estabelece o regime jurídico dos códigos de classificação económica das receitas e despesas públicas, bem como a estrutura das classificações orgânicas
- **Dec. Lei nº 127/2012, de 21 de junho** – Estabelece as regras disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, e à operacionalização da prestação da informação nela prevista
- **Dec. Lei nº 134/2012, de 29 de junho** - Aprova o regime jurídico da organização e funcionamento da Comissão de Normalização Contabilização (CNC), atribuindo-lhe a tarefa de realização dos trabalhos técnicos com vista à aprovação de um único Sistema de Normalização Contabilística Público (SNCP) adaptado às normas internacionais específicas para o setor público (IPSAS) e às leis nacionais em que estas matérias são reguladas.
- **Dec. Lei nº 99/2015, de 2 de junho** - Procede à terceira alteração ao Dec. Lei nº 127/2012, de 21 de junho, que contempla as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro.

- **Dec. Lei nº 192/2015, de 11 de setembro** - Aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
- **Decreto-Regulamentar 92-C/84, de 28 de dezembro** – Aprova as regras relativas à arrecadação das receitas e à realização de despesas, ao movimento de operações de tesouraria e às operações de controle nas Autarquias Locais e Assembleias Distritais
- **Despacho n.º 2935/2016** - A estrutura organizacional e funcional do Município de Estarreja - publicado no Diário da República nº 39, 2ª Série, de 25 de fevereiro de 2016, páginas 6660 a 6676
- **Lei nº 1/79, de 2 de janeiro** - Primeira Lei das Finanças Locais
- **Lei nº 1/87, de 6 de janeiro** – Estabelece o novo regime das Finanças Locais
- **Lei nº 42/98, de 6 de agosto** – Lei das Finanças Locais
- **Lei nº 159/99, de 14 de setembro** – Estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as Autarquias Locais
- **Lei nº 169/99, de 18 de setembro** – Estabelece o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias, assim como as respetivas competências
- **Lei nº 91/2001, de 21 de agosto** – Estabelece as disposições gerais e comuns de enquadramento dos orçamentos e contas de todo o setor público administrativo
- **Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro** – Primeira alteração à Lei nº 169/99, de 18 de setembro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias
- **Lei nº 23/2003, de 2 de julho** – Segunda alteração à Lei 91/2001, de 21 de agosto (Lei de Enquadramento Orçamental)
- **Lei nº 48/2004, de 24 de agosto** - Terceira alteração à Lei 91/2001, de 21 de agosto (Lei de Enquadramento Orçamental)
- **Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro** - Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, revogando a Lei 42/98, de 6 de agosto
- **Lei nº 48/2010, de 19 de outubro** - Quarta alteração à Lei 91/2001, de 21 de agosto (Lei de Enquadramento Orçamental)
- **Lei nº 22/2011, de 20 de maio** - Quinta alteração à Lei 91/2001, de 21 de agosto (Lei de Enquadramento Orçamental)
- **Lei nº 52/2011, de 13 de outubro** - Sexta alteração à Lei 91/2001, de 21 de agosto (Lei de Enquadramento Orçamental)
- **Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro** - Aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas

- **Lei nº 20/2012, de 14 de maio** – Primeira alteração à Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2012), no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira
- **Lei nº 64-B/2012, de 20 de dezembro** - Procede à segunda alteração à Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2012) no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira
- **Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro** – aprova a lei do Orçamento do Estado para o ano de 2013
- **Lei nº 37/2013, de 14 de junho** - Sétima alteração à Lei 91/2001, de 21 de agosto (Lei de Enquadramento Orçamental)
- **Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro** – Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais
- **Lei nº 75/2013, de 12 de setembro** - Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais; estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico
- **Lei nº 22/2015, de 17 de março** - Quarta alteração à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas
- **Lei nº 7-A/2016, de 30 de março** – Aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2016
- **Lei Orgânica nº 2/2002, de 28 de agosto** - Lei da estabilidade orçamental (Primeira alteração à Lei Nº 91/2001, de 20 de Agosto)
- **Lei nº 114/2017 de 29 de dezembro** – Aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2018

APÊNDICES

APÊNDICE 1. Monitorização Dever de Informação - 2018



Monitorização - Dever de Informação - 2018	Fev		Mar		Abr		Mai		Jun		Jul	
	Prazo	Data Envio	Prazo	Data Envio	Prazo	Data Envio	Prazo	Data Envio	Prazo	Data Envio	Prazo	Data Envio
DGAL - SIAL												
Referente ao semestre anterior												
Fundo social municipal									30	29		
Referente ao trimestre anterior												
Empréstimos					10	10					10	5
Factoring					10	10					10	5
Leasing					10	10					10	5
Fluxos de Caixa					10	10					10	5
Contas de Ordem					10	10					10	5
Endividamento municipal					10	10					10	5
Activo Imobilizado Bruto					10	10					10	5
Contribuição SM, AM, e SEL p/ endividam					10	10					10	5
Despesas com pessoal					10	10					10	5
Registo PP'S e Outras Concessões					10	5					10	5
Referente ao mês anterior												
Balancete	10	6	10	1	10	10	10	2	10	5	10	5
Controlo Orçamental - Despesa	10	6	10	2	10	10	10	2	10	5	10	5
Controlo Orçamental - Receita	10	10	10	2	10	10	10	2	10	5	10	5
Pagamentos em atraso	10	6	10	2	10	5	10	3	10	4	10	5
Referente ao mês em curso												
Fundos Disponíveis	10	5	10	2	10	5	11	3	10	4	10	5
Referente ao ano anterior												
Dívidas a terceiros					30	12						
Grupo Autárquico							31	22				
Execução do PPI	20											
Transferências - Receita e Despesa					30	27						
Referente ao ano anterior (P.Contas)												
Activo Imobilizado Bruto					30	13						
Empréstimos					30	13						
Factoring					30	13						
Leasing					30	13						
Fluxos de Caixa					30	13						
Contas de Ordem					30	12						
Balancete (1)					30	12						
Endividamento municipal					30	13						
Contribuição SM, AM, e SEL p/ endividam					30	13						
TRIBUNAL DE CONTAS												
Referente ao ano anterior												
Conta de Gerência					30	27						
CCDR (Envio em formato eletrónico - e-mail)												
Referente ao ano anterior												
Balanço					30	27						
Demonstração de Resultados					30	27						
Controlo Orçamental da Despesa					30	27						
Controlo Orçamental da Receita					30	27						
Execução do PPI					30	27						
Fluxos de Caixa					30	27						
Contas de Ordem					30	27						
Ativo Bruto					30	27						
Amortizações e Provisões					30	27						
Endividamento - Empréstimos					30	27						
Endividamento - Outras Dívidas a Terceiros					30	27						
Dgal (Envio em formato eletrónico - e-mail)												
Contas - Referente ao ano anterior					30	27						
INE (Envio em formato eletrónico - e-mail)												
Contas - Referente ao ano anterior					30	27						
IGF												
Referente ao ano anterior												
Benefícios e Subvenções Públicas - divulgação	29	15										
SIPART - Participações do Estado e Outros E.P.			31	26								

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE 2. Monitorização – Obrigações Fiscais e Contributivas - 2018



MONITORIZAÇÃO - OBRIGAÇÕES FISCAIS e CONTRIBUTIVAS - 2018	Fev		Mar		Abr		Mai		Jun		Jul	
	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E
IVA												
Referente ao mês (n-2)												
Declaração Periódica	10	9	10	9	10	10	11	9	10	8	10	10
Faturas emitidas no mês anterior (ficheiro SAFT)												
POCAL (módulo de faturação)	20	16	20	16	20	18	20	15	20	20	20	16
Cdl e Piscina de Avanca	20	20	20	20	20	19	20	15	20	19	20	16
Cine Teatro	20	20	20	20	20	19	20	15	20	20	20	16
Educação	20	20	20	20	20	19	20	15	20	19	20	16
IRS / IRC / IS												
Referente ao mês (n-1)												
Entrega da declaração de retenções na fonte	10	6	10	7	10	4	11	2	10	5	10	5
Pagamento das retenções na Fonte	22	6	20	7	20	5	20	3	22	5	20	5
Caixa Geral Aposentações												
Referente ao mês (n-1)												
Entrega de Contribuições	15	6	16	7	15	5	15	4	15	5	15	5
Segurança Social												
Referente ao mês (n-1)												
Entrega de Contribuições	22	6	20	7	20	5	20	4	22	5	20	5
ADSE												
Referente ao mês (n)												
Entrega de Contribuições	19	6	21	7	21	20	21	21	21	21	21	20

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE 3. Mapa de controlo de compromissos por faturar

CONTABILIDADE - REQUISIÇÕES EXTERNAS/COMPROMISSOS POR FACTURAR																	
Ano	nº RECR	Origem	Unid O	Nº	NIF	Fornecedor	Classif Económica	GDP Docs Previsionais			PRC	Tot. Linha	Estorno	Por Faturar	OBSERVAÇÕES- Análise	ESTADO após análise	Valor Estornado/Libertação
						Designação		Ano	T	Nº							
2013	153	CTA	2040501	1177	504000000	SIMRIA - SANEAMENTO INTEGRADO DOS MUNICIPIOS DA RIA, SA	30 502,00	2015	A	183	205	854,88	0	323,35	ESTORNAR - estorno 271	ANULADO	323,35
2013	542	CTA	208	18445	509000000	ADRA - ÁGUAS REGIÃO AVEIRO, SA	7 010 402,00	2014	I	275	415	19 634,76	0	19 634,76			
2013	897	CTA	207	18056	509000000	CIRA - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL REGIÃO AVEIRO	70 113,00	2012	I	28	715	2 546,44	0	2 546,44	E-mail granja	manter ATIVO	
2013	1431	CTA	20806	21348	505000000	GALP POWER, S.A.	2 010 299,00	2014	A	60	1207	439,11	0	439,11	AINDA VÃO EXISTIR CONSUMOS	manter ATIVO	
2013	2754	CTA	20201	21874	203000000	RAFAEL SANTOS DE ALMEIDA CASTRO VALENTE	1 021 302,00	2015	A	116	1869	68,68	0	68,68		manter ATIVO	
2014	99	CTA	20601	6605	600000000	AGRUPAMENTO ESCOLAS ESTARREJA	20 201,00	2014	A	11	129	1 423,76	0	1 423,76	DECC'S	manter ATIVO	
2014	318	CTA	20603	217	153000000	MARIA TAVARES FERREIRA	80 802,00	2014	I	272	344	2 000,00	0	2 000,00	Filomena Serrano - Estornar estorno 271	ANULADO	2 000,00
2014	559	CTA	20701	18056	509000000	CIRA - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL REGIÃO AVEIRO	70 113,00	2012	I	28	523	15 000,00	0	15 000,00		manter ATIVO	
2014	2172	CTA	20601	1324	600000000	AGRUPAMENTO ESCOLAS DE PARDILHO	40 305,00	2014	A	69	1845	500,00	0	500,00	DECC'S	manter ATIVO	
2014	2173	CTA	20601	1324	600000000	AGRUPAMENTO ESCOLAS DE PARDILHO	40 305,00	2014	A	69	1846	120,00	0	120,00	DECC'S	manter ATIVO	
2014	2176	CTA	20601	6605	600000000	AGRUPAMENTO ESCOLAS ESTARREJA	40 305,00	2014	A	69	1847	2 212,00	0	2 212,00	DECC'S	manter ATIVO	
2014	2177	CTA	20601	6605	600000000	AGRUPAMENTO ESCOLAS ESTARREJA	40 305,00	2014	A	69	1847	1 018,00	0	1 018,00	DECC'S	manter ATIVO	
2014	2206	CTA	20501	10479	156000000	GERMANA CARMINDA DA SILVA TROXO	70 101,00	2001	I	101	1878	2 080,00	0	2 080,00	SEGN	manter ATIVO	
2014	2207	CTA	20501	1620	224000000	MARIA NATÁLIA GONÇALVES ABREU	70 101,00	2001	I	101	1878	2 080,00	0	2 080,00	SEGN	manter ATIVO	
2014	2322	CTA	204	18445	509000000	ADRA - ÁGUAS REGIÃO AVEIRO, SA	90 702,00	2012	I	4	2001	128 625,00	0	128 625,00	DEF	manter ATIVO	
2014	2390	CTA	20203	23230	254000000	SARA ISABEL FERREIRA MARQUES	10 107,00	2015	A	170	1738	960,00	0	960,00	ESTORNAR - estorno 271	ANULADO	960,00
2014	2391	CTA	20203	23231	202000000	EDUARDO DA SILVA MENDES	10 107,00	2015	A	170	1738	906,67	0	906,67	ESTORNAR - estorno 271	ANULADO	906,67
2014	2671	CTA	20201	1392	504000000	CLUBE DE ORIENTAÇÃO DE ESTARREJA	40 701,00	2015	A	178	2272	1 261,25	0	1 261,25			
2015	1	CTA	2040202	4215	140000000	VITOR MANUEL SILVA BASTOS	20 108,00	2015	A	93	1	1 800,00	0	1 729,91	FMANEIO 2015	manter ATIVO	
2015	2	CTA	20806	3496	203000000	PEDRO ALEXANDRE HENRIQUES FONSECA PEREIRA	20 112,00	2014	A	36	2	1 800,00	0	1 109,07	FMANEIO 2015	manter ATIVO	
2015	3	CTA	20508	11219	191000000	LUIS FILIPE FERREIRA MOREIRA LUZES	20 114,00	2014	A	17	3	1 800,00	0	1 345,67	FMANEIO 2015	manter ATIVO	
2015	4	CTA	20207	11264	185000000	MARIA IRENE RODRIGUES VALENTE	2 011 603,00	2015	A	64	4	2 700,00	0	1 665,28	FMANEIO 2015	manter ATIVO	
2015	5	CTA	2060601	19121	228000000	MONICA JACINTA VALENTE VARUM RODRIGUES	20 120,00	2014	A	244	5	2 400,00	0	1 436,00	FMANEIO 2015	manter ATIVO	
2015	6	CTA	20201	2520	205000000	ISABEL MARIA CONCEICAO SIMOES PINTO	20 121,00	2015	A	96	6	2 700,00	0	1 851,80	FMANEIO 2015	manter ATIVO	
2015	7	CTA	20502	6593	222000000	PAULA MONICA SILVA COSTA	20 121,00	2015	A	22	8	1 080,00	0	1 008,11	FMANEIO 2015	manter ATIVO	
2015	8	CTA	20205	5839	196000000	CARLA ALEXANDRA MIRANDA SILVA	20 121,00	2015	A	3	7	1 200,00	0	797,10	FMANEIO 2015	manter ATIVO	
2015	9	CTA	2040202	4215	140000000	VITOR MANUEL SILVA BASTOS	20 121,00	2015	A	84	9	2 100,00	0	2 092,99	FMANEIO 2015	manter ATIVO	
2015	10	CTA	20805	1103	174000000	FRANCISCO PEREIRA ROCHA	20 121,00	2014	A	3	10	4 800,00	0	3 492,65	FMANEIO 2015	manter ATIVO	
2015	11	CTA	20209	9241	211000000	MARISA CRISTINA SILVA OLIVEIRA MACHADO	20 121,00	2014	A	40	11	960,00	0	777,80	FMANEIO 2015	manter ATIVO	

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE 4. Procedimento de Qualidade – Processamento da Receita



PROCEDIMENTO

Título **Processamento de Receita**

N.ºPQ.FIN.002/00

1. OBJETIVO E ÂMBITO

O presente procedimento estabelece os procedimentos associados à arrecadação e contabilização da receita.

O registo das operações deve ser oportuno, pela quantia correta, nos documentos e livros apropriados e no período contabilístico a que respeita, de acordo com as decisões de gestão e no respeito das normas legais. O registo da Receita e os respetivos movimentos contabilísticos serão efetuados em documentos próprios, pelos serviços competentes.

Nenhuma receita poderá ser liquidada e arrecadada se não tiver sido objeto de inscrição na rubrica orçamental adequada, podendo, no entanto, ser cobrada além dos valores inscritos no Orçamento.

As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de dezembro devem ser contabilizadas pelas correspondentes rubricas do Orçamento do ano em que a cobrança se efetuar.

Os serviços municipais são responsáveis pela correta arrecadação das receitas, bem como pela sua entrega atempada na Tesouraria do Município.

A liquidação e cobrança de taxas e outras receitas municipais será efetuada com base na Tabela de Taxas em vigor e noutras que se encontrem integradas em regulamentos municipais próprios e ainda nos demais casos em que a lei assim o preveja.

Deverão ainda ser cobradas outras receitas próprias da Autarquia relativamente a bens e serviços prestados, sempre que se torne pertinente, mediante informação justificada e proposta de valor a apresentar pela respetiva unidade orgânica à Divisão Económica e Financeira, para consequente aprovação superior.

2. REFERÊNCIAS

- 2.2. DL 54-A/99 de 22 de fevereiro com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro e DL 84-A/2002 de 5 de abril:
Aprova o sistema contabilístico das Autarquias Locais;
- 2.3. SNC-AP – DL 192/2015
- 2.4. Lei de Enquadramento Orçamental – Lei 151/2015, de 11/9

- 2.5. Decreto-Lei 26/2002, de 14 de fevereiro, com a adaptação efetuada pela DGAL às Autarquias Locais;
- 2.6. Lei 73/2013, de 3 de setembro - Lei das Finanças Locais;
- 2.7. Lei do Orçamento de Estado e Decretos de Execução Orçamental;
- 2.8. Sistema de Controlo Interno da Câmara Municipal de Estarreja.
- 2.9. Legislação Fiscal diversa (Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado - CIVA, Código do imposto sobre as pessoas Singulares – CIRS; Código do Imposto sobre as pessoas coletivas - CIRC, e demais legislação fiscal aplicável.

3. TERMOS, DEFINIÇÕES E ABREVIATURAS

3.1. Abreviaturas

- **CDEF** – Chefe da Divisão Económica e Financeira
- **ETR** – Estorno
- **EXE** - Executivo
- **GR** – Guia de Recebimento
- **OT** – Operações de Tesouraria
- **PCM** – Plano de Contas Multidimensional
- **POCAL** – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais
- **RDT** – Resumo Diário de Tesouraria
- **SC** – Subunidade de Contabilidade
- **SCA** – Sistema de Contabilidade Autárquica
- **SE** – Serviço/ Setor Emissor
- **SI** – Suporte Informático
- **SIGMA** – **POCAL** – Sistema Integrado de Gestão Municipal e Autárquica – POCAL
- **SNC-AP** – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
- **SR** – Serviço Requisitante
- **SRH** – Secção de Recursos Humanos
- **SP** – Sector de Património
- **TES** – Tesouraria
- **VER** – Vereador

3.2. Definições

- **Liquidação de receita** é o direito que se constitui em contas a receber do qual se espera influxos de caixa futuros.
- **Orçamento de receita** é uma previsão de influxos de caixa, para um dado período contabilístico.
- **Previsão inicial de receita** é a quantia escriturada em cada rubrica de receita no orçamento inicialmente aprovado pelo órgão competente. Constitui os recursos a obter por uma entidade pública relativamente a uma dada natureza de receita, para um dado período contabilístico.

- **Previsão corrigida de receita** é a quantia inscrita em cada rubrica de receita no decurso da execução orçamental, abrangendo a previsão inicial e as modificações entretanto ocorridas.
- **Recebimentos** são influxos de caixa ou entradas em espécie no património da entidade, devendo neste último caso a entidade reconhecer um influxo de caixa pela regularização da dívida e, simultaneamente, um exfluxo de caixa no valor da dívida pela aquisição virtual do bem.

4. REGISTOS ASSOCIADOS

- Mod.5239 – Papel timbrado de cor branca
- Normas de Execução do Orçamento Municipal
- Conta-Corrente de Receita (SI)
- Diário de Receita (SI)
- Diários Contabilísticos (SI)
- Documento de Estorno (SI)
- Folha de Caixa (SI)
- Guia de Recebimento (SI)
- Nota de Crédito
- Resumo Diário de Tesouraria (SI)
- Reposições Abatidas nos pagamentos (SI)
- Resumo Diário de Tesouraria (SI)

5. MODO DE PROCEDER

5.1. Registo Contabilístico

A execução da receita acontece em duas fases:

- **Fase de liquidação ou direito a receber** (sendo obrigatória a emissão de uma guia de receita/fatura-recibo, tendo subjacente a classificação:
 - Na contabilidade orçamental (classificação da receita na classe 0, em rubrica da classificação económica da receita);
 - Na contabilidade financeira, em conta apropriada do PCM (Plano de Contas Multidimensional);
 - Na contabilidade de gestão, quando aplicável, ou seja, quando se trate de uma receita diretamente atribuível a um projeto, atividade ou serviço.
- **Fase da cobrança ou recebimento**, que tem subjacente o registo do recebimento de fundos de tesouraria. Em função das contas bancárias e contas do plano de contas previamente parametrizadas, a aplicação informática gera automaticamente os movimentos contabilísticos adequados a serem alvo de registo:
 - Na contabilidade orçamental (classificação da cobrança da receita na classe 0, em rubrica da classificação económica de receita);
 - Na contabilidade financeira em conta apropriada do PCM (classes 2 e 1).

5.2. Serviços emissores de receita:

Os serviços/unidades orgânicas que procedem à liquidação de receita e emissão do correspondente documento contabilístico de suporte são:

- Casa Museu Egas Moniz
- Bioria
- Setor de Património
- Subunidade de Atendimento ao Município
- Subunidade de Taxas, Licenças, Mercados e Metrologia
- Setor de Gestão de Equipamentos Educativos
- Setor da Cultura
- Setor de Ação Social e Habitação
- Subunidade Administrativa de Obras Particulares
- Subunidade Administrativa de Obras Municipais
- Setor de Serviços Urbanos e Ambiente
- Setor de Gestão de Instalações Desportivas

5.3. Serviços cobradores de receita:

O setor do Município que procede à receção de valores e cobrança das guias de receita emitidas, é o **Setor de Tesouraria**. No entanto, existem outras entidades/setores que efetuam cobrança de receitas do Município:

- Biblioteca Municipal;
- Complexo de Desporto e Lazer de Estarreja;
- Piscina de Avanca;
- BioRia;
- Casa Museu Egas Moniz;
- Mercado Municipal

As **receitas cobradas** pelos diversos serviços municipais darão entrada na Tesouraria, no próprio dia da cobrança até à hora estabelecida para o encerramento das operações. Quando se trate dos serviços externos, a entrega far-se-á no dia útil imediato ao da cobrança, mediante guias de recebimento assinadas pelo tesoureiro

5.4. Valores recebidos através de terminais de pagamento automático/eletrónico

A existência de pagamentos eletrónicos exige que os serviços municipais respetivos encetem os procedimentos que se mostrem necessários à transmissão da informação e consequente crédito na conta da Autarquia, designadamente a interligação com a aplicação da Medidata, assegurando a centralização da informação financeira para efeitos contabilísticos.

Os terminais de pagamento automático existentes nos serviços municipais são encerrados diariamente, permitindo a transmissão da informação e crédito na conta da autarquia.

A Tesouraria relaciona as guias de receita com os fechos diários dos respetivos TPAs, validando a entrada de valores nas instituições de crédito respetivas, aquando da respetiva cobrança na Tesouraria.

5.5. Revisão, anulação e estorno de receitas

A revisão de atos tributários, anulação de documentos de cobrança, ou restituição de importâncias pagas ou estornos de receita compete à Divisão Económica e Financeira, mediante proposta prévia dos serviços municipais devidamente fundamentada e subscrita ou confirmada pelos respetivos Chefes de Divisão e aprovada pelo Presidente da Câmara, ou pelo vereador com competências na respetiva área.

Os pedidos de anulação são efetuados pelos serviços instrutores, devidamente numerados, contendo os dados referentes à receita em questão, bem como o despacho de autorização exarado pela entidade com competência para o efeito.

Para a receita que por erro ou omissão seja irregularmente registada pode haver recurso ao respetivo “Estorno/Anulação” no próprio dia, mediante solicitação à Subunidade de Contabilidade.

5.6. Tarefas – Processamento de Receita:

No quadro abaixo, encontram-se descritas, as principais tarefas associadas ao processamento das receitas Municipais.

ACT.	TAREFAS	RESP.	SUPORTE	
			Entradas	Saídas
1	<p>Emissão de documentos de receita</p> <p>Emissão de Guia de Recebimento, na aplicação informática, com introdução de todos os elementos para adequada liquidação e cobrança.</p> <p>Após a emissão e conferência da Guia de Recebimento através da Aplicação Informática SIGMA – POCAL, esta fica, automaticamente, disponível na Tesouraria para Recebimento.</p> <p>No caso de faturação relativa aplicações satélite (RSU, RENDAS, PUBLICIDADE; TRANSPORTES ESCOLARES, etc), são periodicamente emitidas e enviadas faturas aos utentes/clientes.</p> <p>OS documentos de receita são numerados sequencialmente, devendo endicar o serviço emissor.</p> <p>Nota: Os elementos constantes das Guias de Recebimento emitidas diariamente são registados automaticamente no <u>Mapa Diário de Receita</u> do respetivo Serviço Emissor de receita, bem como no Diário de Receita, folha de caixa e Resumo Diário de Tesouraria.</p>	SE	POCAL	GR (POCAL) Mapa Diário de Receita (POCAL)
	<p>Arrecadação de Receita</p> <p>Verificação da existência de Guia de Receita emitida pelo serviço emissor de receita.</p>		GR (POCAL)	GR (POCAL)
2	<p>Após a validação da receção do valor correspondente nos cofres municipais (arrecadação da receita), proceder ao recebimento da respetiva Guia de Receita</p>	TES	GR (POCAL)	Resumo de Diário de Tesouraria (POCAL) Folha de Caixa

	<p>indicando a data de recebimento.</p> <p>Efetuada a cobrança da receita, impressão a Guia de Receita em duplicado.</p> <p>Nota: Após cobrança, a Guia de Recebimento toma o estado de “Recebida”, sendo automaticamente gerado o respetivo movimento de entrada de fundos no <u>Resumo de Diário de Tesouraria</u> e na <u>Folha de Caixa</u>, bem como efetuados os lançamentos contabilísticos inerentes nos respetivos diários contabilísticos.</p>			<p>(POCAL)</p> <p>GR</p> <p>(original + duplicado)</p> <p>Mod.5239</p>
	<p>Entrega do original à respetiva entidade e envio do duplicado à Subunidade de Contabilidade, no final de cada dia, após conferência da tesouraria.</p>	TES	<p>GR</p> <p>(original + duplicado)</p> <p>Mod.5239</p>	<p>GR</p> <p>(original + duplicado)</p> <p>Mod.5239</p>
	<p>Os Cheques e outros valores rececionados na tesouraria, enviados via CTT, são alvo de verificação sobre:</p> <p>- Se já existe alguma fatura/documento equivalente emitido – caso não exista, são contactados os serviços emissores de receita para identificação da natureza do recebimento e emissão da correspondente Guia de Receita;</p>	TES	<p>Cheque outros/ valores</p> <p>Ofício</p> <p>SIGMA</p>	<p>Guia de Recebimento</p>
3	<p>Lançamentos Contabilísticos de Receita</p> <p>Os lançamentos contabilísticos inerentes ao processamento da receita são efetuados automaticamente pela aplicação informática POCAL, através da prévia configuração /parametrização de cada um dos tipos de receita possíveis, sendo adicionados novos tipos de receita sempre que tal se mostre necessário.</p>	SC	<p>(POCAL)</p>	<p>Conta Corrente de Receita (POCAL)</p> <p>Diário de Receita (POCAL)</p>
	<p>Arquivo de Documentos de Receita</p> <p>Rececionar os duplicados das Guias de Recebimento enviados pela Tesouraria e proceder ao seu arquivo por ordem cronológica.</p>	SC	<p>GR</p> <p>(duplicado)</p> <p>Mod.5239</p>	<p>Processo de Arrecadação de Receita</p>

6. ALTERAÇÕES AO DOCUMENTO

Esta é a 1.ª edição, logo não existem alterações.

ELABORADO	VERIFICADO	APROVADO
_____	_____	_____
NOME	NOME	NOME
_____	_____	_____
DATA	DATA	DATA
_____	_____	_____

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE 5. Procedimento de Qualidade – Gestão Orçamental



PROCEDIMENTO

Título **Gestão Orçamental**

N.º PQ. FIN.001/00

1. OBJETIVO E ÂMBITO

O presente procedimento define a metodologia a adotar na preparação, elaboração, execução e acompanhamento dos Documentos Previsionais, e a sua articulação com o planeamento e controlo estratégico da organização.

Pretende-se que o procedimento de Gestão Orçamental seja um instrumento de gestão de apoio ao executivo no processo de alcançar os objetivos propostos para o Município, bem como um instrumento de acompanhamento das diversas ações, comparando permanente ou periodicamente as suas realizações com as previsões. Este procedimento permite ainda que exista uma tradução monetária para os diversos planos de ação a desenvolver.

A gestão orçamental deverá ser enquadrada no contexto de planeamento e controlo financeiro, permitindo analisar potencialidades, virtualidades e debilidades da gestão orçamental definida.

Este procedimento consiste especialmente na elaboração dos Documentos Previsionais, no acompanhamento e controlo da execução orçamental e análise de desvios verificados. Com a elaboração dos Documentos Previsionais, torna-se possível selecionar as ações a desenvolver e definir a afetação de recursos humanos e financeiros.

Por outro lado, o controlo da execução orçamental, é fundamental para o acompanhamento dos resultados, permitindo que se possam identificar as disfunções existentes no processo orçamental e propor a sua correção. A comparação entre as realizações e as previsões, evidenciando os desvios não constitui um fim em si, mas um meio para avaliar desempenhos e apoiar a tomada de decisão de medidas corretivas.

2. REFERÊNCIAS

- 2.2. DL 54-A/99 de 22 de fevereiro com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro e DL 84-A/2002 de 5 de abril:
Aprova o sistema contabilístico das Autarquias Locais;
- 2.3. SNC-AP – DL 192/2015
- 2.4. Lei de Enquadramento Orçamental – Lei 151/2015, de 11/9
- 2.5. Decreto-Lei 26/2002, de 14 de fevereiro, com a adaptação efetuada pela DGAL às Autarquias Locais;
- 2.6. Instrução 1/2001 – 2ª secção - Tribunal de Contas
- 2.7. Leis n.º 61/2011, de 7/12 e 2/2012, de 6/1 - Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas

- 2.8. Lei 73/2013, de 3 de setembro - Lei das Finanças Locais;
- 2.9. Lei do Orçamento de Estado e Decretos de Execução Orçamental;
- 2.10. Sistema de Controlo Interno da Câmara Municipal de Estarreja.

3. TERMOS, DEFINIÇÕES E ABREVIATURAS

CDEF – Chefe de Divisão Económica e Financeira

CME – Câmara Municipal de Estarreja

DEF – Divisão Económica e Financeira

EXE – Executivo

AM – Assembleia Municipal

GOP – Grandes Opções do Plano

PAM – Plano de Atividades Municipais

PPI – Plano Plurianual de Investimentos

SC – Subunidade de Contabilidade

GRPCT – Gabinete de Relações Públicas, Comunicação e Turismo

SIT – Subunidade de Informática e Telecomunicações

SDG – Sector de Desenvolvimento e Gestão

SR – Serviços Requisitante

4. REGISTOS ASSOCIADOS

- Mod.502 - Ficha de Contratos de Empreitadas em Execução
- Mod.505 – Mapas de Pessoal-Contrato Tempo Indeterminado
- Mod.506 – Mapas de Pessoal - Contrato Termo Certo
- Mod.507 – Mapas de pessoal - Contrato Tarefa/Avença
- Mod.747 - Mapa de despesas Provisionais - Serviços Requisitantes

5. MODO DE PROCEDER

Este procedimento integra as atividades relacionadas com os Documentos Previsionais, nomeadamente:

- A elaboração das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Municipal;
- O envio de informação periódica da execução orçamental, aos órgãos de decisão internos, nomeadamente Executivo e Dirigentes.

5.1. Descrição de tarefas – Elaboração Documentos Previsionais

ACT.	TAREFAS	RESP.	SUPORTE	
			Entradas	Saídas
1	Elaboração do plano de ação para a preparação do orçamento.	DEF	—	Plano de Ação
	Envio para Sr. Presidente aprovar. Caso necessário proceder aos ajustes necessários.	DEF	Plano de Ação	Plano de Ação Despacho

	Envio de cronograma de reuniões e plano de ação aprovado para todos os serviços requisitantes.	DEF	Plano de Ação Despacho	Email
2	Elaboração da informação/previsão de despesa (ficha de atividades com informação da atividade e orçamento). <i>Nota: no caso das empreitadas em execução, procedem ao preenchimento do modelo Contratos de Empreitadas em Execução e no caso de despesa com pessoal, preencher os mapas de pessoal.</i>	SR	Informação	Ficha de Atividades / Projeto Contrato de Empreitadas em Execução
	Recolher informação relativamente ao histórico das despesas/projetos existentes.	SR DEF	Ficha de Atividades / Projeto Contrato de Empreitadas em Execução	Informação Fichas de Atividades/ Programa
3	Proceder à análise da execução orçamental, de modo a apurar o valor comprometido por executar.	DEF	Ficha de Atividades / Projeto	Ficha de Atividades / Projeto
	Proceder à análise técnica, validação da despesa e elaboração do Orçamento, PPI e PAM iniciais.	DEF	Ficha de Atividades / Projeto	Primeira versão do Orçamento, PAM e PPI
4	Análise e discussão, em reuniões de trabalhos por serviço/áreas, das atividades/projetos sugeridos.	DEF SR EXE	Ficha de Atividades / Projeto PPI PAM Orçamento Inicial	Ficha de Atividades / Projeto; PPI; PAM; Orçamento (alterados)
5	Elaborar os Mapas de Previsão da Receita, tendo em conta a informação de anos anteriores e/ou as regras de previsão da receita.	DEF	Mapa de Controlo de Execução da Receita (dos 3 anos anteriores)	Mapa de Previsão da Receita
	Elaborar o orçamento da receita.	DEF	Mapa de Previsão da Receita	Orçamento da Receita
6	Reunir com o Executivo, de modo a preparar a versão final da proposta a apresentar para aprovação em reunião da CME.	DEF EXE	Proposta GOP Orçamento Planos de Atividades	Versão final do GOP, Orçamento
7	Envio para o Gabinete de Comunicação dos GOP e Orçamento, para compilação gráfica com o Plano de Atividades	DEF	—	GOP Orçamento Plano de Atividades
8	Envio da proposta de Orçamento e GOP ao executivo, que remete para Reunião de Câmara.	DEF	Versão final do GOP, Orçamento Planos de Atividades	Versão final do GOP, Orçamento Planos de Atividades
	Apreciação, discussão e aprovação dos documentos previsionais pelo órgão executivo e remeter os mesmos para aprovação da Assembleia Municipal. <i>Nota: Caso não seja aprovado/necessitar de alterações, volta para a atividade 6.</i>	EXE		

9	Divulgação e publicidade dos documentos previsionais aprovados no site da Internet do Município e envio do Orçamento e GOP às entidades competentes.	DEF GRP CT SIT	Orçamento GOP	Orçamento GOP
---	--	-------------------------	----------------------	----------------------

5.2. Descrição de tarefas – Execução Orçamental

ACT.	TAREFAS	RESP.	SUPORTE	
			Entradas	Saídas
1	Proceder às modificações do orçamento, de acordo com a informação de falta de verba	DEF	Informação de falta de verba	Proposta Alteração Orçamental
	Preparar e propor modificações Orçamentais ao Executivo.	DEF	Proposta	Proposta
	Registo dos Valores da Modificação Orçamental na Aplicação Informática SIGMA – POCAL.	SC	Alteração Orçamental	Alteração Orçamental
	Aprovação da modificação ao Orçamento. Caso seja uma Revisão deverá ser aprovada pela AM, sendo uma alteração deverá ser aprovada pela Câmara Municipal.	EXE AM	Proposta Alteração Orçamental	Proposta Alteração Orçamental (Aprovada)
	Registo da Aprovação da Modificação Orçamental na Aplicação Informática SIGMA – POCAL.	SC	Proposta Alteração Orçamental (Aprovada)	Sigma - POCAL
2	Elaborar, trimestralmente, os Mapas de Execução Orçamental.	SC	Mapa de Execução Orçamental	Mapa de Execução Orçamental
3	Elaborar Relatório de Atividades trimestralmente e remeter para CDEF.	GP	Monitorização dos Objetivos	Relatório de Atividades (Mod.34)

6. ALTERAÇÕES AO DOCUMENTO

Esta é a 1.ª edição, logo não existem alterações.

ELABORADO	VERIFICADO	APROVADO
_____	_____	_____
NOME	NOME	NOME
_____	_____	_____
DATA	DATA	DATA
_____	_____	_____

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE 6. Quadro de Equivalências PC POCAL – PCM SNC-AP

Adaptação do Plano de Contas Central (Patrimonial) da DGAL ao Município de Estarreja													
Grau	Código Conta base	Código Conta entidade	Grau 1	Grau 2	Grau 3	Grau 4	Grau 5	Código Conta POCAL	Descritivo	Tipo	PCM - SNC-AP Uniléo	PCM - SNC-AP Uniléo	Código Conta SNC AP
01	1	1						1	Meios financeiros líquidos		1	Meios financeiros líquidos	1
011	11	11						11	Caixa	A	11	Caixa	11
0111	11.1	11.1						11.1	Caixa A	A	11.1	Caixa A	11.1
11.1.01	11.1.01	01						11.1	CAIXA A (Caixa Principal)	M	11.1	Caixa A	11.1.01
11.1.02	11.1.02	02						11.2	CAIXA B (Bilheteira Cine-Teatro)	M	11.1	Caixa A	11.1.02
11.1.03	11.1.03	03						11.3	CAIXA C (Complexo de Desporto e Laser)	M	11.1	Caixa A	11.1.03
11.1.04	11.1.04	04						11.4	CAIXA D (Parque Estacionamento Pr.Município)	M	11.1	Caixa A	11.1.04
11.1.05	11.1.05	05						11.5	Caixa E (Biblioteca Municipal)	M	11.1	Caixa A	11.1.05
11.1.06	11.1.06	06						11.6	Caixa F (Piscina de Avanca)	M	11.1	Caixa A	11.1.06
11.1.07	11.1.07	07						11.7	Caixa G (Bar do Cine-Teatro)	M	11.1	Caixa A	11.1.07
11.7	11.7							11.7	Valores a entregar a terceiros	M	11.7	Valores a entregar a terceiros	11.7
011.8	11.8							11.8	Fundo fixo	A	11.8	Fundo fixo	11.8
11.8.01	11.8.01	01						11.8.01	Chefe G.A.P./02.01.21/1.1.1	M	11.8	Fundo fixo	11.8.01
11.8.02	11.8.02	02						11.8.02	Chefe G.A.P./02.02.10/1.1.1.1	M	11.8	Fundo fixo	11.8.02
11.8.03	11.8.03	03						11.8.03	Chefe G.A.P./02.02.25.99/1.1.1.1	M	11.8	Fundo fixo	11.8.03
11.8.04	11.8.04	04						11.8.04	Resp. FM-SEGN/02.02.09/1.1.1.1	M	11.8	Fundo fixo	11.8.04
11.8.05	11.8.05	05						11.8.05	Resp.FM-SEGN/02.02.25.01/1.1.1.1	M	11.8	Fundo fixo	11.8.05
11.8.06	11.8.06	06						11.8.06	Chefe SAME/02.02.35.99/1.1.1.1	M	11.8	Fundo fixo	11.8.06
11.8.07	11.8.07	07						11.8.07	Chefe Armazém/02.01.21/1.1.1.1	M	11.8	Fundo fixo	11.8.07
11.8.08	11.8.08	08						11.8.08	Chefe Armazém/02.01.08/1.1.1.1	M	11.8	Fundo fixo	11.8.08
11.8.09	11.8.09	09						11.8.09	Chefe D.Obras Municipais/02.01.21/1.1.1.2	M	11.8	Fundo fixo	11.8.09
11.8.10	11.8.10	10						11.8.10	Chefe D.Obras Municipais/02.02.25.99/1.1.1.2	M	11.8	Fundo fixo	11.8.10
11.8.11	11.8.11	11						11.8.11	FP/Esp.Vermes/020121/2.4.5.6	M	11.8	Fundo fixo	11.8.11
11.8.12	11.8.12	12						11.8.12	FP/Serv.Urb.Ambiente/02.01.21/2.4.6.7	M	11.8	Fundo fixo	11.8.12
11.8.13	11.8.13	13						11.8.13	FP/Comunic./02.02.25.99/1.1.1.1	M	11.8	Fundo fixo	11.8.13
11.8.14	11.8.14	14						11.8.14	Chefe Div.Vias e Equipamento/02.01.21/1.1.1.3	M	11.8	Fundo fixo	11.8.14
11.8.15	11.8.15	15						11.8.15	Chefe Div.Vias e Equipamento/02.02.03/1.1.1.3	M	11.8	Fundo fixo	11.8.15
11.8.16	11.8.16	16						11.8.16	FP/Hig.Limp.P/02.01.21/2.4.5.1	M	11.8	Fundo fixo	11.8.16
11.8.17	11.8.17	17						11.8.17	FP/CTE/02.02.13/2.5.1.3	M	11.8	Fundo fixo	11.8.17
11.8.18	11.8.18	18						11.8.18	Resp.Cab.Técnico Floresta/02.01.21/3.1.2.1	M	11.8	Fundo fixo	11.8.18
11.8.19	11.8.19	19						11.8.19	FP/Cultura/02.01.21/2.5.1.9	M	11.8	Fundo fixo	11.8.19
11.8.20	11.8.20	20						11.8.20	Cultura/02.02.10/2.5.1.9.1001	M	11.8	Fundo fixo	11.8.20
11.8.21	11.8.21	21						11.8.21	FP/Cult./02022599/2.5.1.9.1001	M	11.8	Fundo fixo	11.8.21
11.8.22	11.8.22	22						11.8.22	Resp. Biblioteca Munic/02.01.21/2.5.1.3.2001	M	11.8	Fundo fixo	11.8.22
11.8.23	11.8.23	23						11.8.23	Resp. Biblioteca Munic/02.01.20/2.5.1.3.2001	M	11.8	Fundo fixo	11.8.23
11.8.24	11.8.24	24						11.8.24	Resp. FM Cine-Teatro/02.02.25.99/2.5.1.3.2002	M	11.8	Fundo fixo	11.8.24
11.8.25	11.8.25	25						11.8.25	Resp. FM Cine-Teatro/02.01.21/2.5.1.3.2002	M	11.8	Fundo fixo	11.8.25
11.8.26	11.8.26	26						11.8.26	Resp. FM Cine-Teatro/02.02.10/2.5.1.3.2002	M	11.8	Fundo fixo	11.8.26
11.8.27	11.8.27	27						11.8.27	Resp. Biblioteca Munic/02.02.25.99/2.5.1.3.2001	M	11.8	Fundo fixo	11.8.27
11.8.28	11.8.28	28						11.8.28	FP/Educação/02.02.03.25.99/2.1.1.1	M	11.8	Fundo fixo	11.8.28
11.8.29	11.8.29	29						11.8.29	FP/Desporto/030121/2.5.2	M	11.8	Fundo fixo	11.8.29
11.8.30	11.8.30	30						11.8.30	FP/SEQUIAS/1.1.1.3/02.01.02.99	M	11.8	Fundo fixo	11.8.30
11.8.31	11.8.31	31						11.8.31	Chefe Div.Educ.Assuntos Sociais/02.01.21/2.1.1	M	11.8	Fundo fixo	11.8.31
11.8.32	11.8.32	32						11.8.32	FP/S.R.Humanos/020121/1.1.1	M	11.8	Fundo fixo	11.8.32
11.8.33	11.8.33	33						11.8.33	Resp.FM Cine-Teatro/02.02.09/2.5.1.3	M	11.8	Fundo fixo	11.8.33
11.8.34	11.8.34	34						11.8.34	FP/Educação/02.02.03/2.1.1	M	11.8	Fundo fixo	11.8.34
11.8.35	11.8.35	35						11.8.35	FP/Chefe Div. Eco. Financ./02.02.25.99/1.1.1	M	11.8	Fundo fixo	11.8.35
11.8.36	11.8.36	36						11.8.36	FP/ARMAGEM/1.1.1.1/02.01.09	M	11.8	Fundo fixo	11.8.36
11.8.37	11.8.37	37						11.8.37	FP/BIBLIA/02.01.21/2.4.6.7	M	11.8	Fundo fixo	11.8.37
11.8.38	11.8.38	38						11.8.38	FP/S.O.P/02.01.21/1.1.1.1	M	11.8	Fundo fixo	11.8.38
11.8.39	11.8.39	39						11.8.39	Resp. Biblioteca Munic/ FESTEAS/2.5.1	M	11.8	Fundo fixo	11.8.39
11.8.40	11.8.40	40						11.8.40	FP/Informática/02.01.14/1.1.1.3	M	11.8	Fundo fixo	11.8.40
11.8.41	11.8.41	41						11.8.41	Chefe G.A.P./02.02.09/1.1.1	M	11.8	Fundo fixo	11.8.41
11.8.42	11.8.42	42						11.8.42	FP/S.O.P/02.02.25.99/1.1.1	M	11.8	Fundo fixo	11.8.42
11.8.43	11.8.43	43						11.8.43	Resp.Bar CTE/02.01.16.03/2.5.1	M	11.8	Fundo fixo	11.8.43
11.8.44	11.8.44	44						11.8.44	Resp.Gab.Técnico Floresta/02.01.09/3.1.2.1	M	11.8	Fundo fixo	11.8.44
11.8.45	11.8.45	45						11.8.45	FP/Desporto/02022599/2.5.2	M	11.8	Fundo fixo	11.8.45
11.8.46	11.8.46	46						11.8.46	FP/Comunicação/02.01.21/1.1.1	M	11.8	Fundo fixo	11.8.46
11.8.47	11.8.47	47						11.8.47	FP/CMEM/02.01.21/2.5.1.3	M	11.8	Fundo fixo	11.8.47
11.8.48	11.8.48	48						11.8.48	FP/CMEM/02.02.25.99/2.5.1.3	M	11.8	Fundo fixo	11.8.48
11.8.49	11.8.49	49						11.8.49	FP/DECCS/CPC/02.02.13	M	11.8	Fundo fixo	11.8.49
11.8.50	11.8.50	50						11.8.50	FP/DECCS/CPC/1.1.1.1/02022599	M	11.8	Fundo fixo	11.8.50
11.8.51	11.8.51	51						11.8.51	FP/BTL-B.Turismo Lisboa/Março/2017/02.02.13/1.1.1	M	11.8	Fundo fixo	11.8.51
11.8.52	11.8.52	52						11.8.52	FP/OBSERVARIA/02.02.13/2.4.6.7	M	11.8	Fundo fixo	11.8.52
11.8.53	11.8.53	53						11.8.53	FPT/La Riche/02010202/2.5.1.2	M	11.8	Fundo fixo	11.8.53
11.8.54	11.8.54	54						11.8.54	FPT/La Riche/0202599/2.5.1.2	M	11.8	Fundo fixo	11.8.54
11.8.55	11.8.55	55						11.8.55	FPT/La Riche/020213/2.5.1.2	M	11.8	Fundo fixo	11.8.55
11.8.56	11.8.56	56						11.8.56	FPT/Garcip2017/020121/2.5.2.3	M	11.8	Fundo fixo	11.8.56
11.8.57	11.8.57	57						11.8.59	FPT/BIORACE CHALLENGE/02.01.21	M	11.8	Fundo fixo	11.8.57
12	12								Depósitos à ordem	A	12	Depósitos à ordem	12
12.1	12.1								Depósitos à ordem do Tesouro	M	12.1	Depósitos à ordem do Tesouro	12.1
12.2	12.2								Depósitos bancários à Ordem	M	12.2	Depósitos bancários à Ordem	12.2
13	13								Outros depósitos	A	13	Outros depósitos	13
13.1	13.1								Depósitos a prazo	A	13.1	Depósitos a prazo	13.1
13.1.1	13.1.1								Depósitos a prazo no Tesouro	M	13.1.1	Depósitos a prazo no Tesouro	13.1.1
13.1.2	13.1.2								Depósitos bancários a prazo	M	13.1.2	Depósitos bancários a prazo	13.1.2
13.2	13.2								Depósitos consignados	A	13.2	Depósitos consignados	13.2
13.2.1	13.2.1								Depósitos no Tesouro	A	13.2.1	Depósitos no Tesouro	13.2.1
13.2.1.1	13.2.1.1								Fundo de Regularização Municipal (FRM)	M	#N/D	#N/D	13.2.1.1
13.2.1.9	13.2.1.9								Outros Depósitos à Ordem do Tesouro	M	#N/D	#N/D	13.2.1.9
13.2.2	13.2.2								Depósitos bancários	M	13.2.2	Depósitos bancários	13.2.2
13.3	13.3								Depósitos de garantias e cações	A	13.3	Depósitos de garantias e cações	13.3
13.3.1	13.3.1								Depósitos no Tesouro	M	13.3.1	Depósitos no Tesouro	13.3.1
13.3.2	13.3.2								Depósitos bancários	M	13.3.2	Depósitos bancários	13.3.2
14	14								Outros instrumentos financeiros a curto prazo	A	14	Outros instrumentos financeiros	14
14.1	14.1								Derivados	A	14.1	Derivados	14.1
14.1.1	14.1.1								Potencialmente favoráveis	M	14.1.1	Potencialmente favoráveis	14.1.1
14.1.2	14.1.2								Potencialmente desfavoráveis	M	14.1.2	Potencialmente desfavoráveis	14.1.2
14.2	14.2								Instrumentos financeiros detidos para negociação (ativ	A	14.2	Instrumentos financeiros detidos para negociação	14.2
14.2.1	14.2.1								Títulos de dívida pública negociáveis	A	14.2.1	Títulos de dívida pública negociáveis	14.2.1
14.2.1.1	14.2.1.1								Obrigações e títulos de participação	M	#N/D	#N/D	14.2.1.1
14.2.1.2	14.2.1.2								Bilhetes do Tesouro	M	#N/D	#N/D	14.2.1.2
14.2.1.3	14.2.1.3								Obrigações do Tesouro	M	#N/D	#N/D	14.2.1.3
14.2.1.9	14.2.1.9								Outros	M	#N/D	#N/D	14.2.1.9
14.2.2	14.2.2								Fundos	M	14.2.2	Fundos	14.2.2
14.2.3	14.2.3								Ações e unidades de participação	M	14.2.3	Ações e unidades de participação	14.2.3
14.2.4	14.2.4								Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	M	14.2.4	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	14.2.4
14.2.9	14.2.9								Outros	A	14.2.9	Outros	14.2.9

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE 7. Mapa de Análise Ativos – Edifícios Cedidos

ANÁLISE DE ATIVOS - EDIFÍCIOS CEDIDOS

Município de Estarreja

N.º Inventário	Descrição do Bem	Situação do Bem	Renda pela cedência (S/N)	Custos no Município (S/N)	Reconhecer/ Desreconhecer/ Reclassificar	Conta patrimonial POCAL	Conta SNC- AP	Valor do ativo bruto a 31/12/2017	Valor das amortizações acumuladas a 31/12/2017	Valor patrimonial tributável a 31/12/2017
6416	Armazem - Aterro Sanitário	Arrendado	S	S		44.2.2.1.99		141 409,20 €	---	---
2549	Terreno parcela 15- Aterro Sanitário	Arrendado	S	N		44.2.1.9		12 300,00	---	---
51769	Terreno parcela 17 -Aterro Sanitário	Arrendado				42.1		3 627,00	---	---
70177	Bar/Restaurante-Parque Antuã	Arrendado	S	N		42.2.1.08		163 336,92 €	49 681,65 €	93 448,22 €
80922	Centro Saude Avanca	Contrato Comodato	N	N		42.2.1.08		129 274,00	51 807,20 €	133 702,10 €
79661	Terreno	Direito Superficie cedido à AMUPB	N	N		42.1		29 771,00 €	---	55 040,00 €
70068	EB Agro nº 1	Comodato	N	S		42.2.1.06		180 325,25 €	16 626,56 €	405 881,38 €
70066	Escola Básica Vale Castanheiros	Cedência	N	S		42.2.1.06		290 874,48 €	27 892,06 €	94 591,48 €
3824	Terreno	Direito Superficie - J. F. Veiros	N	N		42.1		39 903,83 €	---	---
2522	Terreno	Direito Superficie - Cine Clube Avanca	N	N		42.1		62 349,74 €	---	117 863,58 €
2537	Terreno ex aterro Sanitário	Comodato	N	N		44.2.1.9		7 672,50 €	---	777,40 €
2549	Terreno ex aterro Sanitário	Comodato	N	N		44.2.1.9		12 300,00 €	---	65,45 €
51769	Terreno ex aterro Sanitário	Comodato	N	N		42.1		3 627,00 €	---	16,72 €
2548	Terreno - ex Aterro sanitario	Comodato BVE	N	N		44.2.1.9		6 952,50 €	---	---
52097	Terreno - ex Aterro sanitario	Comodato BVE	N	N		42.1		3 837,00 €	---	---
6403	Casa do Fojo - ex Aterro sanitario	Comodato BVE	N	N		44.2.2.1.99		39 105,76 €	---	---
6415	Anexo - ex Aterro sanitario	Comodato BVE	N	N		44.2.2.1.99		5 786,06 €	---	---
2663	Terreno	Comodato - Associação de Caçadores Avanca	N	N		42.1		580,04 €	---	31 830,43 €
2305	Escola Primária Stº Amaro	Comodato	N	S		42.2.1.06		101094,06	22 426,80 €	40 296,73 €
2310	Escola Primária Roxico	Cedência	N	S		42.2.1.06		93 514,23 €	20 243,10 €	29 632,05 €
2302	Escola Primária Água Levada	Cedência	N	S		44.2.2.1.99		31 376,20 €	---	57 883,73 €
2306	Escola Primária Barreiro Além	Cedência	N	S		44.2.2.1.99		39 741,72 €	---	32 883,60 €
2308	Escola Primária Povo de Baixo	Comodato	N	S		44.2.2.1.99		425 773,88 €	---	129 438,28 €
2307	Escola Primária do Conde Ferreira	Cedência	N	S		44.2.2.1.99		68 706,92 €	---	72 474,80 €
90227	Escola Primária das Ladeiras	Comodato	N	S		42.2.1.06		642 077,50 €	146 616,34 €	263 488,03 €
80916	Ex-Escola Padre Donaciano (6 salas)	Cedencia	S	S		42.2.1.08		577 982,06	22 878,47 €	487 722,28 €
66697	Complexo Desportivo Estarreja (1 sala)	Cedência	S	S		42.2.2.05		3 113 939,15	289 572,23 €	1 691 300,00 €
---	Bloco 236 - Teixugueira	Comodato				---		---	---	---
---	2 espaços Parque Estacionamento	Permuta	N	N		---		---	---	---
65493	Edifício ex cadeia - Estarreja	cedencia GNR	N	N		42.2.2.12		---	---	---
---	Habitação GNR - Avanca	cedencia GNR	N	N		---		---	---	---
---	Habitação GNR - Avanca	cedencia GNR	N	N		---		---	---	---
---	Posto GNR - Avanca	cedencia GNR	N	N		---		---	---	---

Fonte: Elaboração própria

ANEXOS

ANEXO 1

Membros do Órgão Executivo do Município de Estarreja – Responsabilidades Políticas

Cargo	Nome do Responsável	Pelouros/Áreas de Atuação
 Presidente	Diamantino Manuel Sabina	Estratégia e Administração Geral; Turismo; Eco Parque Empresarial de Estarreja; Desenvolvimento Económico e Relações Internacionais ; Despesas Públicas; Empreitadas; Saúde
 Vice-Presidente	Adolfo Figueiredo Vidal	Finanças; Despesas Públicas; Empreitadas; Obras Públicas e Ambiente ; Aprovisionamento e Armazéns; Desporto ; Freguesias
 Vereadora	Isabel Simões Pinto	Recursos Humanos; Comunicação; Cultura e Eventos; Coletividades; Habitação Social Ação Social e Inclusão ; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco
 Vereador	João Carlos Teixeira Alegria	Educação; Juventude; Ciência; Trânsito; Incubadora e Ciclo Criativo; Regeneração e Reabilitação Urbana; Mercado e Feiras; Comércio e Abastecimentos; Proteção Civil e Florestas
 Vereador	Carlos Valente	Urbanismo; Planeamento; Gestão e Manutenção da Frota; Espaços Verdes Públicos, Higiene Urbana e Resíduos Sólidos; Modernização Administrativa e Qualidade; Segurança
 Vereadora	Catarina Rodrigues	Sem Pelouro
 Vereadora	Madalena Balça	Sem Pelouro

Fonte: Adaptado de Relatório de Gestão - Prestação de Contas do Município de Estarreja (2017)

ANEXO 2

Indicadores de Gestão – Município de Estarreja

		INDICADORES				2014	2015	2016	2017	VARIAÇÃO (pontos percentuais)		OBSERVAÇÕES
										2015/2017	2016/2017	
GRAU DE COBERTURA DAS RECEITAS E DAS DESPESAS												
Grau de cobertura das Receitas e das Despesas	1	Receita Total Disponível (incluindo saldo orçamental inicial)	*100	121,31%	130,16%	126,05%	22 369 727	131,32%	1,16	5,27	Mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais.	
		Despesa Total Paga					17 034 616					
	2	Receita Corrente Cobrada	*100	126,19%	144,45%	139,13%	13 917 129	135,41%	-9,04	-3,71	Mede a capacidade das receitas correntes cobradas cobrirem as despesas correntes pagas.	
		Despesa Corrente Paga					10 277 653					
	3	Receita Corrente Cobrada	*100	69,37%	91,04%	79,38%	13 917 129	76,87%	-14,18	-2,51	Mede o peso das receitas correntes nas receitas totais cobradas no exercício.	
		Receita Total cobrada no ano (não incluindo saldo orçamental inicial)					18 105 457					
	4	Receita Próprias Cobradas	*100	41,94%	46,93%	54,68%	8 251 656	45,58%	-1,35	-9,10	Mede o peso das receitas próprias nas receitas totais cobradas no exercício e, por isso, de algum modo a independência financeira na perspectiva orçamental.	
		Receita Total cobrada no ano (não incluindo saldo orçamental inicial)					18 105 457					
	5	Despesa Corrente Paga	*100	62,95%	65,94%	59,33%	10 277 653	60,33%	-5,61	1,00	Mede o peso das despesas correntes nas despesas totais pagas.	
		Despesa Total Paga					17 034 616					
	6	Receita Total Disponível-Passivos Financeiros Cobrados	*100	117,02%	130,16%	126,05%	21 615 102	126,89%	-3,27	0,84	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas da autarquia que não são provenientes de empréstimos.	
		Despesa Total Paga					17 034 616					
Estrutura da Receita	7	Receitas Próprias Cobradas	*100	48,02%	49,10%	56,85%	8 251 656	48,44%	-0,66	-8,41	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas próprias (ou seja, o valor total das receitas abatido das transferências recebidas e dos passivos financeiros) e controladas diretamente pela autarquia.	
		Despesa Total Paga					17 034 616					
	8	Fundos Municipais	*100	41,90%	49,03%	42,46%	6 930 217	40,68%	-8,35	-1,77	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelos fundos municipais.	
		Despesa Total Paga					17 034 616					
	9	Transf da Administração Central	*100	46,31%	52,79%	43,59%	6 749 915	39,62%	-13,17	-3,96	Mede o grau de cobertura da despesa total por receitas oriundas de transferências da Adm Central	
		Despesa Total Paga					17 034 616					
	9	Receita Corrente Cobrada Localmente	*100	14,57%	16,26%	15,43%	2 700 091	15,85%	-0,41	0,42	Mede o grau de cobertura da despesa total por receitas cobradas localmente pela autarquia (Receitas totais abatidas das transferências, dos passivos financeiros e das receitas próprias cobradas por terceiros).	
		Despesa Total Paga					17 034 616					
	11	Receita Corrente	*100	140,56%	161,83%	155,51%	13 917 129	150,26%	-11,57	-5,25	Mede o grau de cobertura das despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços correntes e outras despesas correntes (despesas de funcionamento) pelas receitas provenientes desse mesmo funcionamento.	
		Despesas de Funcionamento					9 261 891					
	12	Receitas de Capital	*100	127,62%	36,79%	63,84%	4 187 115	84,76%	47,97	20,92	Mede o grau de cobertura das despesas com investimento direto, transferências de capital e ativos financeiros pelas receitas de capital.	
		Despesas de Investimento					4 940 207					
ESTRUTURA DA RECEITA												
Estrutura da Receita	13	Receitas Próprias	*100	39,58%	37,73%	45,11%	8 251 656	36,89%	-0,84	-8,22	Mede o peso das receitas próprias do município no total das receitas arrecadas/disponíveis	
		Receita Total Disponível					22 369 727					
	14	Receitas cobradas localmente	*100	12,01%	12,49%	12,25%	2 700 091	12,07%	-0,42	-0,17	Mede o peso das receitas cobradas localmente pela autarquia nas receitas totais	
		Receita Total Disponível					22 369 727					
	15	Impostos Diretos	*100	21,20%	23,30%	21,37%	4 409 060	19,71%	-3,59	-1,66	Mede o peso das receitas provenientes de impostos diretos na Receita total	
		Receita Total Disponível					22 369 727					
	16	Fundos Municipais	*100	34,54%	37,67%	33,68%	6 930 217	30,98%	-6,69	-2,70	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas da autarquia provenientes de empréstimos de terceiros.	
		Receita Total Disponível					22 369 727					
	17	Transf Adm Central	*100	38,18%	40,56%	34,58%	6 749 915	30,17%	-10,39	-4,40	Mede o peso das Transferências da Adm Central na receita total	
		Receita Total Disponível					22 369 727					
	18	Passivos Financeiros de empréstimos MLP Cobrados (Receita)	*100	3,54%	0,00%	0,00%	754 625	3,37%	3,37	3,37	Mede a importância dos empréstimos de terceiros na receita total da autarquia	
		Receita Total Disponível					22 369 727					
Estrutura da Despesa	19	Venda de Bens e serviços correntes e de investimento	*100	4,84%	7,07%	16,26%	2 234 613	9,99%	2,92	-6,27	Mede o peso da receita proveniente de venda de bens e serviços na receita total	
		Receita Total Disponível					22 369 727					
	20	Despesa de Capital	*100	37,05%	34,06%	40,67%	6 756 964	39,67%	5,61	-1,00	Mede o peso da despesa de capital na despesa total paga	
		Despesa Total					17 034 616					
	21	Aquisição de bens de Capital	*100	26,18%	20,52%	24,39%	3 358 550	19,72%	-0,80	-4,67	Mede o peso da despesa com investimento direto na despesa total paga	
		Despesa Total					17 034 616					
	22	Transferências de Capital (despesa)	*100	2,86%	4,69%	7,72%	1 474 074	8,65%	3,96	0,93	Mede o peso do investimento realizado através de transferências de capital para outras entidades na despesa total	
		Despesa Total					17 034 616					
	23	Pessoal	*100	28,05%	32,76%	25,76%	4 252 239	24,96%	-7,80	-0,80	Mede o peso da despesa com pessoal na despesa total paga	
		Despesa Total					17 034 616					
	24	Pessoal:Remunerações Certas e Permanentes	*100	21,98%	24,59%	19,62%	3 220 458	18,91%	-5,68	-0,72	Mede o peso com remunerações certas e permanentes na despesa total paga	
		Despesa Total					17 034 616					
25	Aquisição de Bens e Serviços Correntes	*100	27,01%	25,03%	26,13%	4 761 692	27,95%	2,93	1,83	Mede o peso da despesa com a aquisição de bens e serviços decorrentes da atividade da autarquia na despesa total		
	Despesa Total					17 034 616						

Fonte: Relatório de Gestão - Prestação de Contas do Município de Estarreja (2017)

Indicadores de Gestão – Município de Estarreja

		INDICADORES				VARIAÇÃO (pontos percentuais)				OBSERVAÇÕES	
		2014	2015	2016	2017	2015/2017	2016/2017				
ESTRUTURA DE SERVIÇO DE DÍVIDA E EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS											
Estrutura de Serviço de Dívida e Empréstimos Bancários	26	Passivos Financeiros Cobrados (Receita)	*100	3,54%	0,00%	0,00%	754 625	3,37%	3,37	3,37	Mede a importância dos empréstimos de terceiros na receita total da autarquia.
		Receita Total Disponível					22 369 727				
	27	Passivos Financeiros Cobrados (Receita)	*100	4,29%	0,00%	0,00%	754 625	4,43%	4,43	4,43	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas da autarquia provenientes de empréstimos de terceiros.
		Despesa Total Paga					17 034 616				
	28	Passivos Financeiros de empréstimos MLP Cobrados (Receita)	*100	21,19%	0,00%	0,00%		0,00%	0,00	0,00	Mede o peso das receitas provenientes dos empréstimos de terceiros de médio e longo prazos no financiamento do investimento municipal municipal.
		Investimento (PPI)					6 730 638				
	29	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP	*100	7,88%	9,59%	6,66%	1 826 065	10,72%	1,13	4,06	Mede o peso da despesa com os custos financeiros (juros+amortizações) dos empréstimos de médio e longo prazos na despesa total.
		Despesa Total Paga					17 034 616				
30	Amortização de Empréstimos de MLP	*100	7,39%	8,85%	6,46%	1 798 427	10,56%	1,71	4,10	Permite apurar o peso da amortização de empréstimos de médio e longo prazos no conjunto das despesas da autarquia local.	
	Despesa Total Paga					17 034 616					
31	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP	*100	6,50%	7,37%	5,28%	1 826 065	8,16%	0,79	2,88	Mede o peso dos custos financeiros (juros + amortizações) decorrentes de empréstimos de médio e longo prazos na receita total da autarquia.	
	Receita Total Disponível					22 369 727					
32	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP		47	48	41	1 071 440	41	-7,37	-0,71	Permite apurar o custo do serviço da dívida de empréstimos de médio e longo prazos "per capita".	
	População					26 338					
GRAU DE FINANCIAMENTO E DO INVESTIMENTO											
Grau de Financiamento do Investimento	33	Fundos municipais de capital	*100	25,06%	12,09%	8,51%	583 167	8,66%	-3,42	0,15	Mede o peso das receitas provenientes dos fundos municipais de capital no financiamento do investimento municipal
		Investimento (PPI)					6 730 638				
	34	Fundos municipais de capital	*100	25,06%	19,62%	13,97%	583 167	17,36%	-2,25	3,39	Mede o grau de cobertura das despesas com investimento pelas receitas provenientes dos fundos municipais de capital
		Aquisição de bens de Capital					3 358 550				
35	Venda de bens de investimento	*100	1,03%	7,57%	34,25%	1 034 716	15,37%	7,81	-18,88	Mede o peso das receitas provenientes da venda de bens de investimento no financiamento investimento municipal	
	Investimento (PPI)					6 730 638					
36	Transferências correntes e de capital obtidas no âmbito da U.E	*100	53,63%	7,91%	8,81%	1 555 654	23,11%	15,20	14,31	Mede o peso das receitas provenientes das transferências comunitárias no financiamento do investimento municipal	
	Investimento (PPI)					6 730 638					
RELAÇÃO DOS FUNDOS MUNICIPAIS CORRENTES COM AS PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA											
Relação dos fundos municipais Correntes com as principais componentes da despesa	37	Pessoal	*100	80,32%	72,80%	65,97%	4 252 239	67,00%	-5,80	1,03	Mede o grau de cobertura das despesas com pessoal pelas receitas provenientes dos Fundos municipais oriundos do OE
		Fundos Municipais Correntes					6 347 050				
38	Aquisição de bens e serviços correntes	*100	77,34%	55,61%	66,91%	4 761 692	75,02%	19,41	8,11	Mede o grau de cobertura das despesas com aquisição de bens e serviços correntes pelas receitas provenientes dos Fundos municipais oriundos do OE	
	Fundos Municipais Correntes					6 347 050					
ESTRUTURA DA DÍVIDA MUNICIPAL/ COMPROMISSOS ASSUMIDOS /DESPESA PAGA											
Estrutura da Dívida Municipal/ Compromissos Assumidos /Despesa Paga	39	Compromissos Assumidos para o Exercício	*100	103,52%	105,09%	100,93%	19 067 916	102,03%	-3,05	1,10	Se < 100% significa que foi realizada e facturada despesa no exercício sem que, previamente, se efectuasse o respectivo compromisso. Caso contrário significa que foram assumidos compromissos em cada um dos exercícios que ainda não se encontram facturados e, como consequência, irão, num futuro próximo, agravar o valor do endividamento municipal.
		Despesas totais realizadas e facturadas (pagas e "outras dívidas a terceiros" que transitam a CP)					18 687 746				
	40	Despesa Total Paga	*100	87,11%	83,55%	89,82%	17 034 616	89,34%	5,78	-0,48	Permite apurar a relação entre as despesas pagas e os compromissos totais assumidos (quer se encontrarem facturados ou não) no mesmo exercício.
		Compromissos Assumidos para o Exercício					19 067 916				
	41	Saldo Final Orçamental da Gerência	*100	195,61%	217,13%	252,73%	5 335 111	322,73%	105,60	70,00	Mede o grau de cobertura do saldo final gerência em relação às dívidas a fornecedores e empreiteiros, que têm sempre a natureza originária de curto prazo, não obstante poderem ter sido consideradas ao nível do MLP no balanço.
		Outras dívidas a terceiros originariamente de CP (excepto OT)					1 653 130				
	42	Outras dívidas a terceiros originariamente de CP (excepto OT)	*100	9,82%	12,19%	8,01%	1 653 130	8,85%	-3,35	0,84	Peso da dívida comercial/administrativa, originariamente de curto prazo (excepto O.T.), nas despesas totais realizadas e facturadas (ou seja, as despesas pagas acrescidas da dívida administrativa/comercial, quer de CP, quer de MLP).
		Despesas totais realizadas e facturadas (pagas e "outras dívidas a terceiros" que transitam no CP ou MLP)					18 687 746				
	43	Dívida Municipal em sentido lato	*100	83,54%	90,96%	59,13%	9 274 234	54,44%	-36,52	-4,69	Somatório da dívida financeira (empréstimos e leasing) com a dívida administrativa/comercial (excepto O.T.) Despesa total paga.
		Despesa Total Paga					17 034 616				
	44	Receita Total Disponível	*100	145,22%	143,09%	213,17%	22 369 727	241,20%	98,11	28,03	Receita total disponível / Somatório da dívida financeira (empréstimos e leasing) com a dívida administrativa/comercial (excepto O.T.).
		Dívida Municipal em sentido lato					9 274 234				
	45	Receita Total Disponível - Passivos Financeiros Cobrados (receita)	*100	140,08%	143,09%	213,17%	21 615 102	233,07%	89,97	19,89	Receita total disponível deduzida da rubrica orçamental "12. Passivos Financeiros - Emprést. contraiados a médio e longo prazos". Somatório da dívida financeira (empréstimos e leasing) com a dívida administrativa/comercial (excepto O.T.).
	Dívida Municipal em sentido lato					9 274 234					
46	Dívida financeira de MLP	*100	51,12%	47,92%	30,18%	5 185 070	23,99%	-23,93	-6,20	Somatório do capital em dívida dos empréstimos obrigacionistas e de médio e longo prazos, do capital em dívida dos contratos de leasing / Receita total disponível deduzida da rubrica orçamental "12. Passivos Financeiros - Emprést. contraiados a médio e longo prazos".	
	Receita Total Disponível - Passivos Financeiros Cobrados (receita)					21 615 102					
47	Dívida Municipal em sentido lato		501	456	368	9 274 234	352	-103,40	-15,43	Permite apurar a dívida "per capita".	
	População					26 338					
DÍVIDA MUNICIPAL/ RECEITA											
Dívida Municipal / Receita	48	Dívida Municipal em sentido lato		1,0	1,0	0,7	9 274 234	0,7	-0,29	-0,04	Conjunto de indicadores relativos ao período de recuperação da dívida, ou seja, estimativa do número de anos em que a Autarquia é capaz de pagar as suas dívidas com base num conjunto de receitas próprias regulares, admitindo alguma estabilidade nas grandezas consideradas.
		Receita próprias regulares					14 096 431				
	49	Dívida financeira de MLP		0,7	0,7	0,4	5 185 070	0,4	-0,28	-0,08	
		Receita próprias regulares					14 096 431				
	50	Outras dívidas a terceiros originariamente de CP (excepto OT)		0,1	0,1	0,1	1 653 130	0,1	-0,03	0,01	A dívida municipal em sentido lato corresponde ao somatório da dívida financeira (empréstimos e leasing) com a dívida administrativa/comercial (excepto O.T.).
		Receita próprias regulares					14 096 431				
	51	Dívida Municipal em sentido lato					9 274 234				
		Receita próprias regulares - Despesas rígidas e vinculadas (pessoal e juros de EMLP e leasing)		1,6	1,5	1,0	9 816 554	0,9	-0,52	-0,06	As receitas próprias regulares resultam da soma das seguintes rubricas: 01 - Impostos directos; 02 - Impostos indirectos; 04 - Taxas, multas e Outras Penalidades; 05 - Rendimentos da Propriedade; 06.03.01.01 e 10.03.01.01- Fundo de Equilíbrio Financeiro; 06.03.01.02 - Fundo Social Municipal; 06.03.01.03- Participação no IRS; 07 - Venda de bens e serviços correntes; 08 - Outras receitas correntes.
	52	Dívida financeira de MLP		1,1	1,0	0,6	5 185 070	0,5	-0,48	-0,12	
	Receita próprias regulares - Despesas rígidas e vinculadas (pessoal e juros de EMLP e leasing)					9 816 554					
53	Outras dívidas a terceiros originariamente de CP (excepto OT)		0,2	0,2	0,2	1 653 130	0,2	-0,06	0,02	As despesas rígidas e vinculadas resultam da soma das despesas com pessoal e do juros dos EMLP e dos contratos de locação financeira.	
	Receita próprias regulares - Despesas rígidas e vinculadas (pessoal e juros de EMLP e leasing)					9 816 554					

Fonte: Relatório de Gestão - Prestação de Contas do Município de Estarreja (2017)

Indicadores de Gestão – Município de Estarreja

INDICADORES		2014	2015	2016	2017	VARIAÇÃO (pontos percentuais)					OBSERVAÇÕES
						N-3 / N-2	N-2 / N-1	N-1 / N	N-3 / N		
RÁCIOS DE LIQUIDEZ											
Liquidez geral	Activo Circulante	205,96%	200,28%	219,49%	11 542 066	331,04%	-5,68%	19,21%	111,55%	125,08%	Mede o grau em que as dívidas de curto prazo se encontram cobertas pelo ativo circulante, ou seja, mede a capacidade da entidade para fazer face aos débitos ou compromissos a curto prazo.
	Passivo Circulante				3 486 600						
Liquidez reduzida	Activo circulante - existências	198,33%	192,11%	211,03%	11 374 399	326,23%	-6,22%	18,92%	115,20%	127,91%	Idêntico ao anterior, mas não é considerado o valor das existências.
	Passivo Circulante				3 486 600						
Liquidez imediata	Disponibilidades	138,10%	129,48%	158,59%	6 111 314	175,28%	-8,62%	29,11%	16,69%	37,18%	Idêntico ao primeiro, mas no numerador apenas considera o valor das disponibilidades
	Passivo Circulante				3 486 600						
IMOBILIZAÇÕES											
Indicador das imobilizações I	Capitais Permanentes				67 184 738						Avalia a cobertura do imobilizado por capitais permanentes. Se tem um valor inferior à unidade, poderá significar que parte do imobilizado está a ser financiado por capitais exigíveis a curto prazo.
	Imobilizado Líquido	59,97%	61,17%	62,67%	94 258 008	71,28%	1,20%	1,50%	8,61%	11,31%	
Indicador das imobilizações II	Capitais Alheios de Curto Prazo	3,25%	3,27%	3,18%	3 486 600	3,70%	0,03%	-0,09%	0,52%	0,45%	Avalia a cobertura do imobilizado pelos capitais alheios de curto prazo (excluindo acréscimos e diferimentos).
	Imobilizado Líquido				94 258 008						
ENDIVIDAMENTO											
Endividamento	Passivo	13,00%	11,61%	10,38%	10 050 437	9,50%	-1,39%	-1,23%	-0,88%	-3,50%	Mede o peso dos capitais alheios no financiamento das actividades da autarquia.
	Activo Líquido				105 800 075						
Estrutura de Endividamento I	Dívidas de MLP	77,23%	74,06%	71,97%	6 563 837	65,31%	-3,17%	-2,09%	-6,66%	-11,92%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta o passivo de MLP.
	Passivo				10 050 437						
Estrutura de Endividamento II	Dívida financeira de MLP	61,63%	60,85%	58,11%	4 127 804	41,07%	-0,78%	-2,74%	-17,04%	-20,56%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta o passivo financeiro (empréstimos e leasing) de MLP.
	Passivo				10 050 437						
Estrutura de Endividamento III	Dívidas de Curto Prazo	22,77%	25,94%	28,03%	3 486 600	34,69%	3,17%	2,09%	6,66%	11,92%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta apenas o passivo circulante, excluindo, por isso, os acréscimos e diferimentos. Complementa o penúltimo indicador.
	Passivo				10 050 437						
SOLVABILIDADE E AUTONOMIA											
Autonomia Financeira	Fundos Próprios e Passivo	183,25%	191,07%	199,82%	105 800 075	234,18%	7,81%	8,75%	34,36%	50,93%	Quando inferior a 50% a entidade encontra-se na dependência dos seus credores nessa mesma percentagem
	Passivo Total				45 179 174						
Capacidade de Endividamento de Médio e Longo Prazo	Dívidas a Terceiros (MLP)	17,55%	15,28%	13,01%	6 563 837	9,77%	-2,27%	-2,27%	-3,24%	-7,78%	Mede o peso do passivo de MLP nos capitais permanentes
	Capitais permanentes				67 184 738						

Fonte: Relatório de Gestão - Prestação de Contas do Município de Estarreja (2017)

ANEXO 3

Estrutura dos Documentos de Prestação de Contas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço
Demonstração de Resultados

MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Controlo Orçamental da Despesa
Controlo Orçamental da Receita
Controlo Orçamental - Resumo
Execução das Grandes Opções do Plano
Execução do Plano Plurianual de Investimentos
Execução do Plano de Atividades Municipais

MAPAS DE FLUXOS FINANCEIROS

Mapa de Fluxos de Caixa - Resumo
Mapa de Fluxos de Caixa
Mapa de Contas de Ordem
Mapa de Operações de Tesouraria

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Caracterização de Entidade
Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados
Anexos (A; B; C; D)

PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO

Modificações ao Orçamento – Receita
Modificações ao Orçamento - Despesa
Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos
Modificação ao Plano de Atividades Municipais
Contratação Administrativa – Situação dos Contratos
Transferências Correntes – Despesa
Transferências de Capital – Despesa
Transferências Correntes – Receita
Transferências de Capital – Receita
Mapa de Empréstimos Obtidos
Mapa de Locação Financeira
Mapa de Outras Dívidas a Terceiros

OUTROS DOCUMENTOS

Resumo Diário de Tesouraria
Síntese das Reconciliações Bancárias
Mapa de Fundos de Maneio
Relação de emolumentos notariais e custas de execuções fiscais
Relação de acumulação de funções
Relação nominal de responsáveis
Mapa dos Rendimentos Financeiros
Participações Financeiras
Mapa das Participações da Entidade (Anexo 1 à Resolução n.º 26/2013, de 21 de novembro)
Mapa de Compromissos Plurianuais
Pagamentos em atraso
Recebimentos em atraso
Certidões de Receita

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Fonte: Relatório de Prestação de Contas do Município de Estarreja (2017)

ANEXO 4

Relatório Financeiro a Enviar ao Executivo



2018

INFORMAÇÃO DE GESTÃO

Período 2016/01/01 a 2016/12/31	
Saldo Gerência Transitado	5 335 110,55

RECEITA	Prevista Anual	Recebida	Tx Real
Correntes	13 970 000,00	1 156 299,43	8,28%
Capital	4 127 500,00	78 362,00	1,90%
Outras	2 500,00	33,78	1,35%
Total	18 100 000,00	1 234 695,21	6,82%

DESPESA	Prevista Anual	Comprometida	Tx Real	Faturada	Tx Real	Paga	Tx Real
Correntes	11 633 982,00	5 919 741,96	50,88%	833 802,97	7,17%	657 575,42	5,65%
Capital	6 466 018,00	1 414 130,89	21,87%	201 385,99	3,11%	97 522,78	1,51%
Total	18 100 000,00	7 333 872,85	40,52%	1 035 188,96	5,72%	755 098,20	4,17%

SALDO DE TESOUREARIA ORÇAMENTAL	Acumulado	Do Exercício
Receita RECEBIDA-Despesa PAGA	5 814 707,56	479 597,01

SALDO CONTABILÍSTICO	
Receita RECEBIDA-Despesa COMPROMETIDA	- 764 067,09

COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NÃO PAGOS	6 578 774,65
------------------------------------	--------------

DESPESA FATURADA E NÃO PAGA	280 090,76
-----------------------------	------------

DESPESA	DOTAÇÃO	CABIMENTO	Tx Real	COMPROMISSOS	Tx Real	PAGAMENTOS	Tx Real
Correntes	11 633 982,00	5 988 483,79	51,47%	5 919 741,96	50,88%	657 575,42	5,65%
Capital	6 466 018,00	1 416 426,93	21,91%	1 414 130,89	21,87%	97 522,78	1,51%
Total	18 100 000,00	7 404 910,72	40,91%	7 333 872,85	40,52%	755 098,20	4,17%

AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS M/L PRAZO	22 609,78
--------------------------------------	-----------

EQUILÍBRIO CORRENTE	476 114,23	cumprido
---------------------	------------	----------

Saldo de tesouraria a transitar p/ mês seguinte	5 814 707,56
---	--------------

Fonte: Relatórios Periódicos – Informação de Gestão